Natalia Duque Cardona
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

EPISTEMOLOGIAS LATINO-AMERICANAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Contribuições da Colômbia e do Brasil

rocha
soluções gráficas

NYOTA

Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

EPISTEMOLOGIAS LATINO-AMERICANAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Contribuições da Colômbia e do Brasil

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora
2020

Selo Nyota

Coordenação do Selo
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: https://www.nyota.com.br/

Comitê Editorial e Científico

Daniella Camara Pizarro (UDESC)
Felipe Meneses Tello (UNAM)
Mary Luz Alzate (UNAL)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)
Claudia Mortari (UDESC)
Fernanda Oliveira (UFRGS)
Maria do Carmo Moreira Aguilar (UFRGS)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Ana Cláudia Borges (UFES)
Mariana Cortez (UNILA)
Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Bruno Almeida (UFBA)
Lia Vainer Schucman (UFSC)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Dorys Liliana Henao (U. de A.)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Bruno Almeida (UFBA)
Samanta Coan (UFMG)

Revisão espanhol: Vilmar Paulo dos Santos
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Vilmar Paulo dos Santos
Diagramação: Franciéle Garcês
Arte da Capa: Franciéle Garcês
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

C268e
Cardona, Natalia Duque
Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil / Natalia Duque Cardona, Franciéle Carneiro Garcês da Silva. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota)
206 p.

Inclui Bibliografia.
Disponível em: https://www.nyota.com.br/
ISBN 978-65-87264-17-2 (E-book)
ISBN 978-65-87264-16-5 (Impresso)

1. Epistemologias. 2. Epistemologias críticas. 3. Epistemologias negras. 4. Decolonialidade. 5. Biblioteconomia. 6. Ciência da Informação. I. Cardona, Natalia Duque. II. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. III. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:

ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.

COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: https://goo.gl/rqWWG3. Acesso em: 01 jun. 2020.
[2] Licença disponível em: https://goo.gl/Kdfiy6. Acesso em: 01 jun. 2020.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....7

APRESENTAÇÃO 13

PRESENTACIÓN.....19

LA SUBORDINACIÓN EN LA CIENCIA ¿UNA CONSECUENCIA DE LA COHESIÓN SOCIAL? Ideas para observar la Bibliotecología y la Ciencia de la Información.....25

Natalia Duque Cardona

¿CIENCIA DE LA INFORMACIÓN PARA QUÉ Y PARA QUIÉN? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario.....45

Natalia Duque Cardona

PERSPECTIVAS CRÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NA BIBLIOTECONOMIA.....73

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

COLONIALIDADE DO SABER E DEPENDÊNCIA EPISTÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS 119

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

SOBRE AS AUTORAS..... 203

PREFÁCIO

…Sou o que segura minha bandeira
A espinha dorsal do planeta é minha cordilheira
Sou o que meu pai me ensinou
Quem não ama seu país não ama sua mãe
Sou américa latina
Um povo sem pernas mas que caminha...
(América Latina, Calle 13)

Existem várias formas de apresentar um livro, e mais a partir da universidade e do conhecimento científico, rigorosas, qualificadas, detalhadas, cheias de palavras que falam de um conteúdo, de maneira abstrata. Este livro exige mais e para isso me refiro à música, lembro-me da voz de Residente (ex-vocalista do grupo Calle 13) recitando o que é a América Latina cantada desde a resistência dos povos, em Latinoamérica nos gritam que somos um povo que caminha sem pernas... Que melhor maneira de apresentar-nos a uma proposta pensada a partir do Sul? Concordo com Residente e acrescento que há muito tempo caminhamos com as próprias pernas, mas em estradas construídas por outros.

Nesse sentido, há uma frase que utilizo com certa frequência e com certeza alguns dos nossos leitores já se depararam com ela, se não, que seja esta a oportunidade de conhecê-la: "não há texto sem contexto". Palavras simples, mas poderosas para pensar as epistemologias que deram lugar à construção do conhecimento que durante séculos marcou o desenvolvimento das nossas sociedades latino-americanas, de Indo-América, Abya-Yala e outros territórios: colombianas, bolivianas, equatorianas, brasileiras, só para citar algumas que se referem ao contexto em que este livro surge e que são epistemologias que vêm de fora, geralmente apresentadas como um conhecimento único, que raramente levou em conta o contexto ao qual chega.

Nesse sentido, há uma frase que utilizo com certa frequência e com certeza alguns dos nossos leitores já se depararam com ela, se não, que seja esta a oportunidade de conhecê-la: “não há texto sem contexto”. Palavras simples, mas poderosas para pensar as epistemologias que deram lugar à construção do conhecimento que durante séculos marcou o desenvolvimento das nossas sociedades latino-americanas, de Indo-América, Abya-Yala e outros territórios: colombianas, bolivianas, equatorianas, brasileiras, só para citar algumas que se referem ao contexto em que este livro surge e que são epistemologias que vêm de fora, geralmente apresentadas como um conhecimento único, que raramente levou em conta o contexto ao qual chega.

Porém, é neste momento da história, quando tomamos conhecimento daquela ideia que aprendemos e repetimos na escola e na universidade, sobre a existência de um "único" conhecimento válido, aquele que vem em grande parte da América do Norte e/ou da Europa e que tem sido quase a única bússola para o desenvolvimento dos povos latino-americanos, ignorando nossa cultura, crenças, necessidades e, acima de tudo, nossa memória. É assim que é necessário que pensemos o que aconteceu ao nosso saber, onde ficou, porque se tornou invisível e porque os nossos referentes estiveram de fora e não discutiram com os nossos conhecimentos e saberes ancestrais... Estas questões colocam-me na lógica do presente, em termos de tempo e espaço e me chamam para trazer as memórias que residem em nosso passado para refleti-las e processá-las, e assim pensar em um futuro onde possamos contar com novas formas de conhecer e compreender nossas realidades a partir de outras narrativas, próprias e comuns à nossa sociedade; essa, creio, é a maneira de construir, mudar e valorizar o futuro, que por si só, em meio a uma pandemia, vemos incerto.

A responsabilidade e o desafio da Academia, desde as Ciências Sociais e em particular desde a Biblioteconomia e da Ciência da Informação, em assumir a reflexão como tarefa permanente, sobre as bases epistemológicas que dão suporte

teórico a estas disciplinas, pensando-as principalmente no contexto latino-americano, apropriando-se de uma reflexão situada e com um contexto que permita a formação de profissionais íntegros com um olhar atento para seus territórios e, portanto, para sua própria cultura, não é tarefa menor. Por isso precisamos de seres humanos, mulheres e homens, formados a partir do saber, do fazer, mas fundamentalmente do ser, aquele ser que prioriza a alma e, portanto, a permeia em cada ato e em tudo que a envolve. Aquele ser que quer intentar suas ações perguntando, por exemplo, para quem estamos gerando conhecimento, para que e por que o geramos. Um ser capaz de propor outras narrativas que nos permitam passar das tradicionais do mundo ocidental às do nosso contexto.

Exigimos profissionais da informação que articulem seus saberes a partir da construção de novas narrativas que possibilitem a apropriação de nossa cultura como eixo central de desenvolvimento. Esta é uma das possibilidades que encontro neste livro onde duas grandes mulheres: Natalia e Franciéle, fiéis representantes das citadas anteriormente, colocam algumas ideias no nosso caminho para que juntas e juntos possamos construir e repensar a nossa formação e a responsabilidade que temos do lugar que cada um ocupa no campo biblioteconômico.

Dorys Liliana Henao Henao
Diretor. Escola Interamericana de Biblioteconomia
Universidade de Antioquia
Colômbia

PRÓLOGO

…Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria no quiere a su madre
Soy América latina
Un pueblo sin piernas pero que camina…
(Latinoamérica, Calle 13)

Hay diversas maneras de presentar un libro, y más desde la universidad y el conocimiento científico, rigurosas, calificadas, detalladas, llenas de palabras abstractas que hablan de un contenido. Este libro* requiere más que ello y para ello me remito a la música, recuerdo la voz de Residente (ex vocalista de la agrupación Calle 13) recitando lo que es América Latina cantada desde la resistencia de los pueblos, en Latinoamérica nos grita que somos "un pueblo sin piernas pero que camina"… ¿Qué mejor manera de introducirnos a una propuesta pensada desde el Sur? Estoy de acuerdo con Residente, y sumo que ya llevamos un buen tiempo caminando con nuestras propias piernas, empero en caminos construidos por otros.

En este sentido, hay una frase que uso con cierta frecuencia y seguramente algunos de nuestros lectores se han encontrado con ella en el camino, de no ser así que sea esta la oportunidad para conocerla: "no hay texto sin contexto". Palabras sencillas pero sin embargo potentes a la hora de pensar en las epistemologías que han dado paso a la construcción de conocimiento que durante siglos ha marcado el desarrollo de nuestras sociedades latinoamericanas, de Indoamérica, de Abya-Yala, de un territorio otro: colombianas, bolivianas, ecuatorianas, brasileñas, solo por mencionar algunas que hacen referencia al contexto en que surge este libro y que son epistemologías que vienen de afuera, en

general presentadas como un único conocimiento que raramente ha tenido en cuenta el contexto al que llega.

Empero, es en este momento de la historia, cuando somos conscientes de esa idea que hemos aprendido y repetido en la escuela y la universidad, acerca de la existencia de un "solo" conocimiento válido, ese que viene en gran parte de Norteamérica y/o de Europa y que ha sido casi la única brújula del desarrollo de los pueblos latinoamericanos, ignorando nuestra cultura, creencias, necesidades y sobre todo nuestra memoria. Es así como nos es necesario pensar qué ha pasado con nuestros saberes, dónde han quedado, por qué se han invisibilizado y por qué nuestros referentes han estado afuera y no han conversado con nuestro conocimiento y saber ancestral… Estos interrogantes me ubican en la lógica del presente, en términos de tiempo y espacio, y me convocan a traer las memorias que yacen en nuestro pasado para reflexionarlas y tramitarlas, y así pensar en un futuro donde podamos contar con nuevas formas de saber y de entender nuestras realidades a partir de otras narrativas, propias y comunes a nuestra sociedad; esa, creo, es la forma de construir, cambiar y potenciar el futuro, que ya de por sí en medio de una pandemia se ve incierto.

Requerimos profesionales de la información que articulen sus conocimientos desde el ser con la construcción de nuevas narrativas, que permitan la apropiación de nuestra cultura como eje central del desarrollo. Esta es una de las posibilidades que encuentro en este libro donde dos grandes mujeres: Natalia y Franciéle, fieles representantes de lo dicho anteriormente, ponen en nuestro camino algunas ideas para que juntas y juntos construyamos y re-pensemos nuestra formación y la responsabilidad que tenemos desde el lugar que cada uno ocupa en el campo bibliotecológico.

Dorys Liliana Henao Henao
Directora. Escuela Interamericana de Bibliotecología
Universidad de Antioquia
Colombia

APRESENTAÇÃO

> *(…) Antes, quando o eu cartesiano a arrastava, havia algo chamado alma, que agora imaginamos como este espaço interior, como este reino de cada um, um tesouro onde são mantidas as possibilidades ocultas e imprevisíveis de cada um, seu reino secreto. Este espaço foi apagado e em seu lugar surgiram os atos psíquicos ou de consciência. Toda a realidade, qualquer que seja a sua forma de ser, teve que ser fundada e legitimada em um ato de consciência, ainda tem que ser. É o legítimo, o existente, o real. É o psicologismo consecutivo ao cartesianismo.*
>
> *Maria Zambrano, A razão da sombra (2003, p. 161)*

O cartesianismo que anima a ciência moderna nos levou cada vez mais às ciências humanas e sociais sem alma e, entretanto, a um fundamento destas que ignora para além dos eventos factuais, objetos de estudos e escolas filosóficas, esquecendo o significado das mesmas. No caso da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, não há diferença, pois continuamos a pensar em fundamentos epistemológicos desenvolvidos em escolas hegemônicas como a europeia e a anglo-saxônica. No entanto, já desde os anos 90, com a inflexão decolonial que estamos vivendo na América Latina e no Caribe, há quem acredite que uma base de disciplinas exige, acima de tudo, avançar da questão do conhecimento para a questão do ser, que não é mais do que uma insistência no significado da ciência, em um contexto como a América Latina.

Embora o conhecimento científico proposto pela modernidade tenha se expandido mundialmente, hoje, mais

do que nunca, se encontra em tensão em relação às diversas formas de produção do conhecimento existentes, porque, como disse Zambrano (2003, p. 161), "existem outras relações que não são conhecimento intelectual nem talvez nunca possam ser [...]", no entanto, esse conhecimento que alude ao significado da ciência é o que ele chama de lugar da alma, fundamental para pensar o conhecimento na perspectiva sul.

E esta é a tarefa que nos embarca, uma pergunta sobre significado em relação ao conhecimento, mas não desprovida de coração. Portanto, o que se encontra neste material são reflexões que buscam colocar em tensão o saber-poder-coração da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, na perspectiva sul e contribuem para o fortalecimento de narrativas e conhecimentos que não apenas aludem à razão, mas à razão poética que expressa o significado da existência humana em relação à ciência.

Como profissionais, mulheres e cidadãs, consideramos que a epistemologia não deve mais ser um exercício solitário que desconhece e se distancia das perguntas que envolvem o mundo social, e que, no campo do qual fazemos parte, é urgente colocar essa base em um sentido que passe das representações imaginárias e simbólicas ao mundo da vida. Portanto, o livro ***Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil,*** tem como propósito apresentar discussões a respeito do significado da Biblioteconomia e Ciência da Informação na América Latina, mais do que gerar soluções, questões e futuros campos de reflexão que, como proposto por Boaventura de Sousa Santos citado por Catherine Walsh (2007, p. 107), dão origem a uma "'epistemologia do sul' que dê credibilidade às novas experiências sociais e contra-hegemônicas e aos pressupostos epistemológicos alternativos que estas experiências constroem e marcam".

Dessa forma, esta obra encontra-se elaborada em quatro capítulos, a saber: no capítulo 1, intitulado *A subordinação na Ciência: uma consequência da coesão social? Ideias para observar a Biblioteconomia e a Ciência da*

Informação, a autora questiona sobre as formas de produção do conhecimento que as disciplinas utilizaram em contraste com o contexto em que essas foram localizadas, buscando configurar e reconfigurar as disciplinas em um contexto específico como a América Latina, pois a relação dessas disciplinas com a ciência ainda é subordinada.

No capítulo 2, intitulado *Ciência da Informação para que e para quem? Aproximação aos paradigmas da Ciência da Informação no contexto universitário*, há uma insistência no sentido que têm essas disciplinas em um contexto como o latino-americano, apresentando os paradigmas em que essas se apoiaram e gerando perguntas a respeito da necessidade de um novo que se configure não só em relação ao saber, mas também com o sentido de pensar a Biblioteconomia e a Ciência da Informação em um contexto intercultural.

No capítulo 3, intitulado *Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia*, busca evidenciar bibliotecárias(os) e movimentos que contribuem criticamente para a construção epistemológica e práxis em Biblioteconomia. A autora procurou identificar outras linhas epistemológicas de construção do campo biblioteconômico-informacional que visem elucidar a pluralidade de saberes e de práticas - em especial evidenciando as questões étnico-raciais e população negra - que demonstrem a crítica às tendências hegemônicas de produção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI).

Por fim, o capítulo 4, intitulado *Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias*, possui o objetivo de apresentar a discussão sobre como a colonialidade do saber e dependência epistêmica operam na Biblioteconomia no contexto brasileiro. Apresenta a hipótese de que, se por um lado, a docência e a pesquisa em Biblioteconomia estão imbricadas da colonialidade do saber, a qual evidencia perspectivas euro-norte-americanizadas de fazer ciência e exercer a profissão bibliotecária, por outro, os docentes e pesquisadores colaboram (mesmo que de forma inconsciente) para a manutenção da colonialidade do poder (QUIJANO, 1997), a partir do uso de elementos que

constituem o padrão mundial de poder capitalista do século XXI. Tais elementos – que advém do colonialismo, imperialismo e eurocentrismo (PORTO-GONÇALVES, 2005) – operam pela dependência epistêmica, epistemicídio e hierarquização étnico-racial da população presente no mundo e influenciam nos diversos âmbitos da sociedade, nas subjetividades e imaginários socialmente construídos (QUIJANO, 2002). Tal colonialidade do saber colabora para a propagação de discursos do mito da meritocracia, do mito da democracia racial, do epistemicídio do pensamento negro na área, do racismo (em suas várias facetas) e da branquitude dentro do campo biblioteconômico.

Assim, esperamos que essas ideias que possibilitam contribuir para o fundamento das disciplinas na perspectiva sulista não deixem de fora a vida humana, a experiência

> certas situações pelas quais o homem passa e diante das quais a forma enunciativa da ciência não tem força, nem valor. Porque essa experiência sabe que as verdades podem estar diante de nós, difíceis e invulneráveis, estéreis e impotentes ao mesmo tempo. Sabe que a vida precisa da verdade, mas de sua verdade, isto é, a verdade de uma certa maneira (ZAMBRANO, 2003, p. 213).

Que existam muitas outras histórias e reflexões que animem e elevem o significado da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, lembrando que sua fundação não apenas implica razão, mas também poética, e que, como proposto por Walsh (2007), não apenas refuta, mas também propõe outros relatos que se descentralizem da academia e do cientificismo ocidental, dando lugar aos saberes e conhecimentos de diversas comunidades, como indígenas, afros, africanas, andinas, ribeirinhas, entre muitas outras. Assim, trazemos uma pequena contribuição para continuar decolonizando o conhecimento que nos foi imposto por mais

de 500 anos e uma oportunidade de entrar em uma era de clareza, uma era Pachakutik.

Natalia Duque Cardona
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

REFERÊNCIAS

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. IX, n. 9, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos** 4, ano 17, n. 37, 2002.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas (Col)**, n. 26, p. 102-113, 2007.

ZAMBRANO, M. **La razón en la sombra**: antología crítica. Madrid: Siruela, 2003.

PRESENTACIÓN

> *(…) Antes, de que el yo cartesiano la barriera, había algo llamado alma, que nos imaginamos ahora como este espacio interior, como este reino de cada uno, tesoro donde se guardan las ocultas e imprevisibles posibilidades de cada cual, su secreto reino. Este espacio fue borrado y en su lugar aparecieron los hechos psíquicos o los actos de conciencia. Toda realidad, cualquiera que fuese su manera de ser, tenía que estar fundada y legitimada en un acto de conciencia, aun lo ha de estar. Es lo legítimo, lo existente lo real. Es el psicologismo consecutivo al cartesianismo.*
>
> *María Zambrano. La razón en la sombra, (2003, p. 161)*

El cartesianismo que anima la ciencia moderna nos ha llevado cada vez más a unas ciencias humanas y sociales sin alma, y en tanto a una fundamentación de estas que desconoce más allá de hechos fácticos, objetos de estudios y escuelas filosóficas, olvidando el sentido de las mismas. En el caso de la Bibliotecología y la Ciencia de la Información, no hay ninguna diferencia pues se continúa pensando en fundamentaciones epistemológicas desarrolladas bajo escuelas hegemónicas como la europea y la anglosajona, empero ya desde los noventa con la inflexión decolonial que vivimos en América Latina y el Caribe, hay quienes creemos que una fundamentación de las disciplinas requiere antes que nada de avanzar de la pregunta por el saber, a la pregunta por el ser, que no es más que una insistencia por el sentido de la ciencia en un contexto como América Latina.

Si bien el conocimiento científico propuesto por la modernidad se ha expandido mundialmente, hoy más que nunca se encuentra en tensión en relación con las diversas

formas de producción de conocimiento existentes, pues como dice Zambrano (2003, p. 161) “existen otras relaciones que no son conocimiento intelectual ni quizá puedan serlo nunca (…)”, empero ese saber que alude al sentido de la ciencia es lo que llama el lugar del alma fundamental para pensar el conocimiento en una perspectiva Sur.

Y es esta la labor que nos embarca, una pregunta por el sentido, en relación con el saber empero no desprovisto de corazón. Por lo cual lo que se encuentra en este material son reflexiones que buscan poner en tensión el saber-poder-corazón de la Bibliotecología y la Ciencia de la Información en una perspectiva Sur, y aportar al fortalecimiento de narrativas y saberes que no sólo aludan a la razón, sino a la razón poética que expresa el sentido de la existencia humana en relación con la ciencia.

Como profesionales, mujeres y ciudadanas, consideramos que la epistemología no debe ser más un ejercicio en solitario que desconoce y se distancia de las preguntas que circundan el mundo social y que en el campo del cual somos parte urge situar esta fundamentación en un sentido que pase de los imaginarios y representaciones simbólicas al mundo de la vida. Por tanto, ***Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil***, tiene como propósito presentar discusiones respecto al sentido de la bibliotecología y la Ciencia de la Información en Latinoamérica, generando más que soluciones, preguntas y futuros campos de reflexión que, como lo plantea Boaventura de Sousa Santos citado por Catherine Walsh (2007, p. 107), den lugar a “una ‘epistemología del sur’ que dé credibilidad a las nuevas experiencias sociales contrahegemónicas y a los supuestos epistemológicos alternativos que estas experiencias construyen y marcan”.

Así, este trabajo se elabora en cuatro capítulos, a saber: en el capítulo 1, *La Subordinación en la Ciencia ¿una consecuencia de la cohesión social? Ideas para observar la Bibliotecología y la Ciencia de la Información*, la autora se pregunta por las formas de producción de conocimiento que

han usado las disciplinas en contraste con el contexto en que estas se han ubicado, buscando configurar y reconfigurar las disciplinas en un contexto particular como Latinoamérica, pues aún la relación de estas disciplinas con la ciencia es subordinada.

En el capítulo 2, *¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario* hay una insistencia en el sentido que tienen estas disciplinas en un contexto como el Latinoamericano, presentando los paradigmas en que estas se han apoyado y generando preguntas respecto a la necesidad de uno nuevo que se configure no sólo en relación con el saber sino con el sentido de pensar la Bibliotecología y la Ciencia de la Información en un contexto intercultural.

En el capítulo 3, titulado *Perspectivas críticas y epistemologías negras en la Bibliotecología*, se busca destacar a los bibliotecarios y los movimientos que contribuyen de manera crítica a la construcción epistemológica y praxis en la Bibliotecología. Identificar otras líneas epistemológicas de construcción del campo bibliotecológico-informacional que tienen como objetivo dilucidar la pluralidad de conocimientos y prácticas - en particular poniendo de relieve los problemas étnico-raciales y la población negra - que demuestran las críticas a las tendencias hegemónicas de la producción de conocimiento en Bibliotecología y Ciencias de la Información (BCI).

Finalmente, el capítulo 4, titulado *Colonialidad del saber y dependencia epistémica en la Bibliotecología: reflexiones necesarias*, tiene como objetivo presentar la discusión sobre cómo la colonialidad del saber y la dependencia epistémica operan en Bibliotecología en el contexto brasileño. Presenta la hipótesis de que, por un lado, la enseñanza y la investigación en Bibliotecología están entrelazadas con la colonialidad del saber, que muestra perspectivas euronorteamericanizadas sobre hacer ciencia y ejercer la profesión bibliotecaria y por otro, profesores e investigadores colaboran (aunque sea inconscientemente) para mantener la colonialidad del poder (QUIJANO, 1997),

utilizando elementos que constituyen el estándar mundial del poder capitalista en el siglo XXI. Dichos elementos, que provienen del colonialismo, el imperialismo y el eurocentrismo (PORTO-GONÇALVES, 2005), operan por la dependencia epistémica, el epistemicidio y la jerarquía étnico-racial de la población presente en el mundo e influyen las diversas esferas de la sociedad, en las subjetividades e imaginaciones socialmente construidas (QUIJANO, 2000). Tal colonialidad del saber contribuye a la difusión de discursos sobre el mito de la meritocracia, el mito de la democracia racial, el epistemicidio del pensamiento negro en el área, el racismo (en sus diversas facetas) y la blanquitud dentro del campo bibliotecológico.

Así esperamos que estas ideas que permitan aportar a la fundamentación en las disciplinas en una perspectiva Sur no dejen por fuera la vida humana, la experiencia

> ciertas situaciones por que el hombre pasa y ante las cuales la forma enunciativa de la ciencia no tiene fuerza, ni valor. Porque sabe esta experiencia que las verdades pueden estar frente a nosotros, duras e invulnerables, estériles e impotentes a la vez. Sabe que la vida necesita de la verdad, mas de su verdad, es decir de la verdad en cierta forma (ZAMBRANO, 2003, p. 213).

Que sean muchos más los relatos y reflexiones que aviven y enarbolen el sentido de la Bibliotecología y la Ciencia de la Información recordando que su fundamentación no sólo implica la razón, sino también la poética y que implica como lo propone Walsh (2007) no sólo refutar sino también proponer otros relatos que se descentren de la academia y del cientificismo occidental, dando lugar a saberes y conocimiento de comunidades diversas como las indígenas, afros, africanas, andinas, ribereñas, entre muchas otras. Este es así, un pequeño aporte a seguir decolonizando el conocimiento que por más de 500 años nos ha sido impuesto

y una oportunidad para entrar en una era de la claridad, una era Pachakutik.

Natalia Duque Cardona
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

BIBLIOGRAFÍA

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. IX, n. 9, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos** 4, ano 17, n. 37, 2002.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas (Col)**, n. 26, p. 102-113, 2007.

ZAMBRANO, M. **La razón en la sombra**: antología crítica. Madrid: Siruela, 2003.

LA SUBORDINACIÓN EN LA CIENCIA ¿UNA CONSECUENCIA DE LA COHESIÓN SOCIAL? Ideas para observar la Bibliotecología y la Ciencia de la Información

Natalia Duque Cardona

1 A PROPÓSITO DE LA SUBORDINACIÓN

> *Quizás haya que renunciar a creer que el poder vuelve loco, y que, en cambio, la renunciación al poder es una de las condiciones con las cuales se puede llegar a sabio. Hay que admitir más bien que el poder produce saber (y no simplemente favoreciéndolo porque lo sirva o aplicándolo porque sea útil); que poder y saber se implican directamente el uno al otro; que no existe relación de poder sin constitución correlativa de un campo de saber, ni de saber que no suponga y no constituya al mismo tiempo unas relaciones de poder.*
>
> *Michael Foucault. Vigilar y Castigar (2002, p. 30)*

Para Simmel, la sociedad es una realidad dual conformada de dos elementos: de un lado están los sujetos y por otro se hallan los intereses de estos. A partir del relacionamiento intencionado de ambos elementos se van conformando las relaciones sociales y con ello la sociedad en sí misma. En palabras de Simmel (2002, p. 195):

> por una parte, están los individuos en su existencia inmediatamente perceptible,

> los que llevan a cabo los procesos de asociación, quienes se encuentran unidos por tales procesos dentro de una unidad mayor que uno llama 'sociedad'; por otra parte, se encuentran los intereses que, habitando en los individuos, motivan tal unión: intereses económicos o ideales, bélicos o eróticos, religiosos o caritativos. Para satisfacer tales impulsos y para alcanzar tales propósitos, resultan las innumerables formas de la vida social: todos los con-un-otro, para-un-otro, en un-otro, contra-un-otro y por-un-otro.

Es así como hombres y mujeres que hacen parte de la sociedad, cuentan con un impulso natural a generar relaciones sociales, a la interacción con el otro, con la otra. Sin embargo, en términos simmelianos como se planteó anteriormente las formas de relacionarse son intencionadas, tienen un propósito claro lo cual implica que estas estén cargadas de intereses particulares

> sin duda es a causa de necesidades e intereses especiales que los hombres se unen en asociaciones económicas o en fraternidades de sangre, en sociedades de culto o en bandas de asaltantes. Pero mucho más allá de su contenido especial, todas estas asociaciones están acompañadas de un sentimiento y una satisfacción en el puro hecho de que uno se asocia con otros y de que la soledad del individuo se resuelve dentro de la unidad: la unión con otros (SIMMEL, 2002, p. 195-196).

Para el caso de la ciencia, en especial de las Ciencias Humanas y Sociales, tal como lo plantea Wallerstein (1996) en su ensayo *Abrir las Ciencias Sociales*, es claro que este tipo de relacionamiento históricamente ha estado dado en virtud de

intereses particulares en relación con la constitución de un conocimiento científico, regido bajo ciertos parámetros, métodos y asociado al marco institucional en el cual la Universidad es por tradición el lugar adecuado para el desarrollo de la ciencia. En este espacio se generan procesos cohesionados de trabajo articulado en pro del desarrollo científico que derivan en lo que hoy día se entiende como universidad y disciplinas científicas.

De modo claro, y palpable, en el ámbito de la ciencia, desde sus inicios, las relaciones se dan bajo parámetros de subordinación, como lo plantea Wallerstein (1996, p. 3):

> Por lo menos el 95% de los estudios y de la investigación académica entre 1850 y 1914, y probablemente 1945, proviene tan solo de cinco países: Francia, Gran Bretaña, las Alemanias, las Italias y Estados Unidos, subordinando otros lugares y territorios como posibles productores de conocimiento.

Y la Bibliotecología y la Ciencia de la información no han sido ajenas a estas formas de producción de conocimiento, pues es bien sabido que son ciencias modernas cuyas epistemes se sitúan en centros de producción de conocimiento hegemónicos como el anglosajón y el europeo. Y que si bien estos han sido relevantes en la maduración de ambas se vuelve cada vez más urgente que puedan generarse tensiones en relación con epistemologías propias para configurar y reconfigurar las disciplinas en un contexto particular como Latinoamérica, pues aún la relación de estas disciplinas con la ciencia es subordinada.

Existen varios modos de relacionarse socialmente, en general la mayoría consideran diversas características que sitúan la subordinación en el ejercicio del poder, transversalizado por el género, la clase, la ideología, el conocimiento. Para efectos de este texto consideraremos la subordinación en el ámbito de la ciencia, como elemento a

tratar. Este modo de relación, de acuerdo con la propuesta de Simmel, está ligado directamente a la supraordenación, pues poseen una relación recíproca. Lo cual implica que el sujeto dominante espera del subordinado una reacción positiva o negativa, y a su vez el subordinado espera de quién ejerce el poder la dirección, las órdenes para caminar, y hasta en ocasiones líneas para el desarrollo de sus pensamientos y acciones, su subjetividad.

Las relaciones de subordinación, en general se han asociado a propósitos de dominación, que en el caso de la ciencia están ligados al control de un saber que permita avanzar y configurar la sociedad de un modo particular, sin embargo, estas implican por reciprocidad propósitos de emancipación. No obstante, este tipo de relaciones es dada entre sujetos en el cual existe un grado de inequidad[3], lo cual se observa en la coexistencia de grupos marginados o subalternizados (en el ámbito científico esto se refiere a aquellos que no hacen parte de una comunidad científica reconocida) y elites en la sociedad. Ahora bien, cuando no existe igualdad de condiciones sociales la reciprocidad de las relaciones puede ser asimétrica, como es el caso de la subordinación, en la que el mando depende de la obediencia del otro, ocasionando dominación (SABIDO, 2016). La dominación, no obstante, está ligada a interacciones sociales que pueden ser positivas o negativas en cuanto estén referidas a realidades concretas. Para ello es imperante que la comprensión de la noción de subordinación no se realice en abstracto, sino que pueda entenderse aplicada a casos concretos. Esto tomando en cuenta que las relaciones de subordinación se dan en doble vía, no solo van de arriba hacia

[3] Grado de inequidad, en relación con diversos elementos del mundo social. Puesto que esta puede ser observada en términos culturales, educativos, políticos, económicos. No obstante, en relaciones de subordinación estará siempre presente. Culturalmente por ejemplo hay una supremacía en cuanto a la existencia de la cultura escrita en relación con la cultura oral, la cual está subordinada. O en términos de formación académica, por ejemplo.

abajo, también se dan de abajo hacia arriba, horizontalmente y que su observación ligada con el hecho social hace más claro su entendimiento.

En el marco de la bibliotecología y la ciencia de la información la subordinación se sitúa en los marcos epistémicos que nos han provisto para el desarrollo de las disciplinas en Latinoamérica. Un ejemplo puede observarse, en el hecho de desconocer por siglos que los procesos de invasión y saqueo cultural del continente implicaron la pérdida de conocimiento e información de pueblos originarios, lo cual no es considerado en una visión positivista de la ciencia. Y como consecuencia se ha superordeado la Bibliotecología alrededor de la cultura escrita, en relación con el código alfanumérico, olvidando y subordinando otras formas de circulación y registro de la información.

En el artículo Simmel y Parsons replanteados, Levine (2008, p. 23) expone un esquema neosimmeliano de las formas sociales, el cual puede ayudarnos en la comprensión de la noción de subordinación.

Quadro 1 - Un esquema neosimmeliano de las formas sociales, por Levine (2008)

Relación	**Proceso**	**Rol**	**Colectividad**	**Patrón Dinámico**	**Variable**
Subordinación/ Superioridad	Dominación	Superior	Élite dominante	Imposición de la regla	Grado de inequidad
Enernistad	Conflicto	Enemigo	Ejército	Escalada	Grado de antagonismo
Relación anfitrión-extraño	Estadía	Extraño	Colectividad extraña	Extrañamiento	Grado de asimilación
Secreta	Confinamiento	Confidente	Sociedad secreta	Desclasificación	Grado de publicidad
Disimilitud	Diferenciación social	Miembro individualizado	Grupo heterogéneo	Grupo de expansión	Tamaño del grupo

Fuente: Levine (2008).

Es así como, la subordinación puede entenderse como la dependencia de una persona con otra o con otras, a las cuales se adhiere y somete, sin embargo, a la vez este relacionamiento que implica la dominación puede generar en el sujeto acciones intencionadas de emancipación. En su ensayo *Dominación y libertad: autoridad y prestigio* Simmel, plantea las relaciones de superordenación/subordinación como formas de relacionarse vitales en la vida social. Es por eso imperante para comprender este tipo de relaciones, esclarecer cómo se dan, y las nociones que surgen asociadas a ella, por ejemplo, la figura de autoridad la cual según Fernández y Salas (2011, p. 282):

> se deriva de la relación de subordinación se solidifica con la creencia más o menos voluntaria de la autoridad de quien se encuentra sumiso a ella (…) la autoridad se sustenta en el *reconocimiento* auténtico por parte del sometido; sin embargo, ese sometimiento está mediado por unas condiciones de libertad que aún no encuentran raigambre en la autoafirmación del sometido.

Además de la noción de autoridad, el pensar en subordinación pone en escena nociones como estatus y conflicto, las cuales están ligadas con el lugar que cada sujeto ubica en la relación de subordinación y los hechos dados en las formas de relacionarse. Para ello nos remitimos a cómo aborda Levine a Simmel en sus disertaciones

> Una relación como la superioridad-subordinación, es una forma considerada con respecto al tipo de conexión que vincula un número de estatus. Un proceso, como el conflicto, concierne el tipo de actividad que tiene lugar entre los poseedores de esos estatus. Un rol estatus, como el extranjero, concierne las

> propiedades de una de las partes hacia la relación. Una colectividad, como la sociedad secreta, concierne las propiedades de una parte hacia la relación cuando dicha parte se constituye por una pluralidad de unidades. Un patrón de desarrollo o patrón dinámico, como la expansión de grupo y el desarrollo de la individualidad, es una regularidad que concierne cambios formales exhibidos por los grupos a través del tiempo. (LEVINE, 1981, p. 68).

Ahora bien, estrictamente hablando, la relación de subordinación no aniquila la libertad del subordinado, sino en el caso de coacción física inmediata. En los demás casos se limita a exigir por nuestra libertad un precio que no estamos dispuestos a satisfacer; a renunciar a un estatus que en ocasiones ni siquiera habíamos adquirido, pero que tal vez si anhelábamos. Hechos que son muy evidentes en el ámbito científico en la necesidad de pertenencia a ciertas comunidades o escuelas particulares. Este tipo de relaciones puede estrechar, sin duda, más y más el círculo de condiciones exteriores lo cual implica estar en una búsqueda permanente de la libertad, sin embargo, no llega nunca aniquilar totalmente, exceptuando el caso de violencia física.

Como mencionamos inicialmente, las formas de relacionamiento social son intencionadas y tienen claro sus propósitos, y en el caso de la subordinación hemos expuesto que se da con fines de dominación, no obstante, este tipo de relación de un grupo a una persona tiene como consecuencia principal la unificación de un grupo, la integración del sujeto a un conglomerado mayor. “Esta unificación es casi equivalente en las dos formas características de esta subordinación: la primera consiste en que el grupo con su cabeza constituya una verdadera unidad interior y que el jefe dirija las fuerzas del grupo en el sentido mismo del grupo, de manera que en este caso la superioridad sólo significa propiamente que la voluntad del grupo ha hallado en el jefe

una expresión o cuerpo unitarios; la segunda, que consiste en que el grupo se halle en oposición a su cabeza y forme un partido frente al jefe (SABIDO, 2016).

La acción dominante y cohesionadora de las relaciones de subordinación, implica consecuencias disociadoras; las consecuencias unificadoras y el despojo de una parte de sí. Habrá que preguntarnos ahora entonces qué sucede cuando hablamos de cohesión social y más en un campo como el científico, en el cual esta idea de cohesión tradicionalmente implica ubicarse en un paradigma científico dejando de lado e invisibilizando diversas alternativas epistémicas. ¿Implica la cohesión la integración? ¿Necesariamente la acción dominante y cohesionadora solo se da a partir de relaciones de subordinación o podría estar implícita allí la emancipación? ¿Esa emancipación que el conocimiento puede generar implica romper con una comunidad científica?

2 ACERCA DE LA COHESIÓN SOCIAL

Cualquier poder si no se basa en la unión, es débil

Jean de la Fontaine (1621-1695)

Ahora bien, una vez hemos explorado algunas ideas en relación con la noción de subordinación; expondremos brevemente en términos Durkhenianos qué se entiende por cohesión social, con el fin de ver cómo ambos conceptos se relacionan en el ámbito concreto de grupos poblacionales nombrados como "minoritarios" cuya producción de conocimiento se encuentra subordinado en la ciencia y sólo ha logrado visibilizarse y ponerse en la esfera pública a través de acciones afirmativas.

La cohesión social es un concepto íntimamente relacionado con la integración social, sin embargo, no es sinónimo de ésta. Este concepto empezó a desarrollarse

teóricamente por Émile Durkheim, partiendo de las dificultades presentadas al momento de integrar las sociedades modernas, caracterizadas por una gran densidad social y moral que acompañaba a los procesos de individuación y se traducía en una notable pluralidad de intereses y valores (DURKHEIM, 2007), no obstante, la cohesión social se lleva a cabo a través de acciones de integración.

La integración tiene como fin comprender los mecanismos a través de los cuales se da la permanencia de vínculos sociales, es decir como estos se estabilizan o mantienen en el tiempo. Además, también se interesa por entender cómo se reparan aquellos vínculos que han sido fracturados o precarios. De aquí, que al momento de hablar de integración se hace alusión a normas o institucionalidades que posibilitan la vinculación de los sujetos a la sociedad. O a la forma en que se desarrollan socialmente acciones que permiten articular, cohesionar, unificar a los individuos a un grupo mayor.

En el ámbito científico la integración ha implicado la universalización de prácticas y saberes, en las cuales se invisibilizan y niegan diversas formas de producción de conocimiento, a la vez que se legitima unas por encima de otras. En el campo de la bibliotecología y ciencia de la Información, por ejemplo, se presenta el libro como un símbolo y objeto cultural que integra una forma de registro del conocimiento que prevalece sobre otras: el código alfanumérico, olvidando e invisibilizando otras formas de registro presentes en contextos multiculturales como los existentes en Latinoamérica, como el tejido, la pintura, la danza, la cerámica, entre muchos otros. Y poniendo en último lugar la oralidad, la cual es la principal tecnología de poder de los pueblos y comunidades de este territorio.

De acuerdo con lo expresado en los apartados anteriores el concepto de cohesión social hace referencia a las características de las relaciones sociales que posibilitan a los sujetos ser parte de una sociedad, hacer parte de un entramado social. Aspectos como la confianza en los otros, el

reconocimiento legítimo de una sociedad y por tanto la confianza en sus institucionalidades, afianzan la cohesión. No obstante, esta está ligada íntimamente a la cultura: a los mitos, ritos y rituales que compartimos como parte de la sociedad y por tanto también con el conocimiento y saber que excluimos.

Podríamos decir entonces que el propósito de la cohesión social es la integración. La noción de cohesión social apunta a construir una tipología, que en Durkheim sólo tenía dos posibilidades: solidaridad mecánica (o cohesión basada en la semejanza) y solidaridad orgánica (o cohesión basada en la interdependencia funcional). El tema central en ambos casos era determinar cuál era el principio o la lógica de integración social, es decir, el factor que articula a los mecanismos conseguir una sociedad cohesionada.

Al respecto habría que preguntarse cuáles son los principios y mecanismos bajo los cuáles se ha pensado en generar integración social, y qué consecuencias tienen estos en el reconocimiento de la diversidad. Puesto que, en el caso de Durkheim, lo diferente era considerado como patológico, un síntoma de desorden social.

Esta visión clásica propuesta por Durkheim ha sido receptora de diversas críticas pues no permite explicar situaciones como lo diverso, el desarrollo de lazos de solidaridad basadas en las diferencias y no en sus semejanzas. Este hecho, en cierta medida, produce una privación de los universos simbólicos, esquemas de significado y diversas epistemes. En términos Durkhenianos la integración social está fundada en una apropiación y adhesión clara y consciente a las creencias, valores y normas colectivas, sin embargo, bien valdría preguntarse la pena si ese presupuesto podría ocasionar al contrario dificultades de integración social, pues excluye no sólo a una parte importante de la humanidad, sino a un inmenso conocimiento ancestral.

Esto es implícitamente reconocido por el propio Durkheim cuando señala al final de *La división del Trabajo Social* (2007) que:

> [...] la moral atraviesa por una crisis formidable [...] cambios profundos se han producido, y en muy poco tiempo, en la estructura de nuestras sociedades [...] la moral que corresponde a este tipo social [sociedades tradicionales] ha retrocedido, pero sin que [...] otro se desenvolviera lo bastante rápido para ocupar el terreno que la primera dejaba vacío en nuestras conciencias. Nuestra fe se ha quebrantado, la tradición ha perdido su imperio; el juicio individual se ha emancipado del juicio colectivo [...] Lo que se necesita es que cese esa anomia… nuestro primer deber es hacernos una moral (DURKHEIM, 2007, p. 428-429).

Durkheim logra reconocer entonces que el modo de relacionamiento entre los individuos y la sociedad está cargado de una esencia conflictiva y que la cooperación social es problemática, por lo que el análisis de cómo los individuos se identifican e integran a la sociedad, o cómo cooperan entre sí es un problema que queda abierto, y que de hecho hoy día seguimos enfrentando.

Así, la vinculación mecánica y funcionalizada entre los individuos y la sociedad es presentada homogéneamente en términos de cohesión social, de un modo directo; lo cual implica que todos tengamos los mismos hábitos, las mismas actitudes, creencias y valores. Empero, en las sociedades donde la diversidad es una de sus características principales, donde la división del trabajo ha hecho posible que la individuación y la cohesión social avancen a la par. En la medida en que un individuo se especializa y desarrolla la función para la cual está más capacitado, requerirá más de los otros que, de esta forma, lo complementan al ofrecerle todo aquello que él no puede atender por estar concentrado en hacer lo que mejor puede.

En la ciencia, la forma en que nos integramos a ciertos círculos académicos tiene hoy día altos costos y renuncias en

términos del saber. No contribuye mucho la visión moderna de la ciencia para permitirnos establecer diálogos y trabajo interdisciplinar lo que nos "cohesiona" como parte un selecto grupo de científicos, pero no logra integrarnos como comunidad. Y no sólo en el contexto de la producción de conocimiento en ámbitos como la universidad, sino incluso más preocupante en la vinculación de la ciencia con la sociedad que alude a la pregunta de ¿para qué y porqué la ciencia de la información y la bibliotecología en un contexto multicultural?

3 LA SUBORDINACIÓN¿ UNA CONSECUENCIA DE LA COHESIÓN SOCIAL?

Una vez hemos explorado la noción de subordinación en términos simmelianos, y reconocido que una de sus principales consecuencias es la unificación de los individuos a un grupo, es posible asociar la unificación como una de las características de la cohesión social; no obstante, es importante tener presente que la incorporación de los sujetos a la sociedad, en relación con la apropiación de su cultura podría observarse como un fenómeno de dominación.

Un caso particular es el de pueblos originarios como los afrodescendientes, los cuales dados sus procesos de esclavización fueron subordinados por ciertos grupos hegemónicos. Estas relaciones de subordinación implicaron la aculturación de sus mitos, ritos y rituales, de un conocimiento y saber ancestral puesto que estos no encajaban en la sociedad en la cual debían ser incluidos, integrados. Una vez éstos apropian o hacen suyas ciertas prácticas y dejan de lado cualquier vestigio de la diáspora africana, comienzan a hacer parte de una sociedad mayor que los acoge y de tal modo hacen parte de un grupo, de un modelo de sociedad que comparte creencias, valores, mitos y ritos, y sobre todo una matriz de conocimiento que tiene una característica: la universalidad.

No obstante, este ejercicio de subordinación genera un proceso de colonización de sus saberes, de su ser, y con ello se produce un proceso un acto de dominación que implica la expropiación de lo propio, de aquello diferente que en términos de Durkheim puede ser considerado patológico.

Ahora bien, el pensar en la subordinación como modo de relacionamiento de los individuos, da lugar a observar una variable de inequidad social que debe solucionarse, para generar un proceso de integración y así conseguir cohesión social, un entramado donde las relaciones sean lo más armónicas posibles. En el caso de los pueblos originarios se ha desarrollado una propuesta de solución a situaciones de conflicto que afectan la cohesión social, denominada acción afirmativa. Este es un concepto que materializa y relaciona las nociones de subordinación y cohesión social, y que debe ser observado con cuidado puesto que, en busca de la integración de los individuos segregados, podrían perpetuarse relaciones de subordinación, y por tanto de dominación social, relaciones de poder respecto a su conocimiento, que enfatizan en procesos de colonialidad del saber.

Se convierte así, en un reto para las sociedades multiculturales la cohesión social como un ejercicio que supera el reconocimiento, pues esta además de visibilizar los sujetos, sus prácticas y saberes requieren procesos de redistribución que permitan la disminución de brechas de desigualdad y en tanto la subordinación se modifique en otro tipo de relaciones que no impliquen la dominación. Para ello es fundamental que los actores colectivos e individuales vean en la juntanza una posibilidad para el bien común, y así en la cohesión no una imposición, sino una oportunidad.

Los Estados multiculturales que no generen vínculos fuertes entre sus ciudadanos causarán desencanto, desconfianza generalizada y constantes ataques por parte de grupos sociales conservadores que siempre intentarán mantener privilegios epistémicos y de bienes al igual que posiciones sociales naturalizadas, al tiempo que sienten temor ante el cuestionamiento de sus hegemonías por parte

de los grupos reconocidos como subalternizados por cada sociedad multicultural.

De acuerdo con la propuesta de Góngora (2014, p. 42), la acción afirmativa es entendida como "una política identitaria que recurre precisamente a la raza, la reafirma y disciplina bajo sus propios condicionamientos y lógicas" sin embargo al igual que la subordinación o cohesión social, esta propuesta de acciones afirmativas tienen su origen en otras latitudes.

Las primeras normas de trato preferencial según categorías étnicas o raciales surgen en el Imperio Austro-Húngaro después de 1867 y de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre 1923-1924. Además, la India fue la primera democracia en el mundo que trató de combatir las desigualdades sociales a través de políticas preferenciales. Estados Unidos de América (EE. UU.), también ha sido un territorio relevante en el desarrollo de acciones afirmativas, no obstante, le tardó tres lustros más que a la India (y cien años contados a partir de la proclamación de emancipación de Lincoln) generar consenso democrático respecto a la segregación racial, por lo cual sus acciones afirmativas fueron posteriores a las desarrolladas y propuestas en otros lugares del mundo.

Ahora bien, las acciones afirmativas buscan reivindicar variables de inequidad, representadas en relaciones de subordinación, procurando la integración de los sujetos a un colectivo mayor (cohesión social). Sin embargo, es imperante preguntarse el modo en que estas acciones afirmativas han sido concebidas, puesto que esto es primordial para pensar en el por qué y para qué de las mismas, el hecho de considerarlas como medidas reparativas, compensatorias o paliativas puede llegar a convertirlas en una forma de discriminación y de segregación. Y esta concepción parte de la comprensión que se tiene de nociones como subordinación, cohesión social, integración social, dominación, entre otras.

En otras palabras, es imperante preguntarse por el modo en que se generan procesos de integración social que aportan a la cohesión social, puesto que dependiendo de su

propósito concreto estas podrían perpetuar relaciones de subordinación y por tanto de dominación social.

En el caso de los afrodescendientes, quienes han estado sometidos a relaciones de subordinación históricas, se han implementado diversas acciones afirmativas en el mundo entero, sin embargo, estas no parten del reconocimiento de una minoría negra para pensarse o formularse. En general, parten de un imaginario occidental, blanco para pensar el modo en incluir, integrar a los individuos a la sociedad mayor, lo cual genera procesos de aculturación de los individuos, y la perdida de costumbres de las comunidades. Con lo cual el grado de inequidad no desaparecería, pues lo que se estaría haciendo es despojar a un sujeto de su cultura y apropiarse de otra, hecho que lo sigue dejando en desventaja con una sociedad mayor, y que perpetúa las relaciones de subordinación.

> Pese a las pretensiones de neutralidad y transferibilidad, el conocimiento experto producido por las agencias internacionales y las fundaciones filantrópicas estadounidenses sobre la acción afirmativa es un conocimiento situado (anclado al sitio desde el cual se produce, con las especificidades de su lugar de enunciación) y debería ser abordado como tal por la academia latinoamericana. En consecuencia, es necesario develar las lógicas neoliberales y economicistas que se encubren bajo una semántica de derechos e inclusión social. (GÓNGORA, 2014, p. 62).

Una discusión no sólo es reciente sino también problemática en nuestro medio académico por varias razones, y principalmente porque las nociones mismas de “reparaciones” y de “acciones afirmativas” no han hecho parte hasta ahora de la tradición de lucha contra el racismo en Colombia, ni del acervo construido por la academia nacional

sobre el tema, incluso internacionalmente. Además, dichas nociones son muy polémicas y resultan difíciles de encuadrar en un modelo general que se ocupe de los problemas de la identidad y la etnicidad o en una visión política que propenda por la ampliación de la democracia y el empoderamiento de los sectores subalternos (ALMARIO GARCÍA, 2007).

Un punto importante, en la reflexión y preguntas a la implementación de acciones afirmativas que se han dado de acuerdo con un patrón de poder, es la posibilidad de pensar alternativas "otras" en relación con las acciones afirmativas que provengan de las organizaciones de base, de los movimientos sociales y que sean reconocidas y legitimadas por la sociedad. Las nociones de subordinación y cohesión social nos han remitido de modo permanente conceptos desarrollados en latitudes latinoamericanas, pero que no solo atañen a estas como lo son: colonialidad del ser (Mignolo), colonialidad del saber (Lander), colonialidad del poder (Quijano) y colonialidad de la naturaleza (Walsh), pues al fin de cuenta en las relaciones de subordinación este es uno de los hechos más notorios en las comunidades. O en algunos casos estas relaciones de subordinación generan de modo contrario procesos de emancipación ligados a la (de) colonialidad.

Ahora bien, Simmel y Durkheim, dos clásicos de la sociología pueden convertirse en los cimientos para proponer, pensar y comprender a la luz de epistemologías propias en las Ciencias de la Información, de propuestas del sur, hechos y relaciones sociales que día a día se perpetúan y continúan generando procesos de dominación de los individuos. Fundar esta discusión y análisis en estos referentes, permite en el caso concreto de las acciones afirmativas una reflexión creativa acerca de la realidad, permitiendo reconstruir, formular y legitimar alternativas "otras" que conlleven a una sociedad más justa, equitativa y libre. Esto será una posibilidad, siempre y cuando el diálogo de saberes comience a dar respuestas argumentadas a las preguntas que nos realizamos, las cuales no están muy lejos de las que los sociólogos clásicos se hacían.

BIBLIOGRAFÍA

ALMARIO GARCÍA, O. Reparaciones contemporáneas: de la Memoria de la Esclavitud al cuestionamiento de la exclusión social y el racismo. *In:* ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, L. C. (Eds.). **Afro-reparaciones**: Memorias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2007. Disponible en: http://www.bdigital.unal.edu.co/1237/7/06CAPI05.pdf

DURKHEIM, É. **Las reglas del método sociológico**. Madrid: Akal, 2001.

DURKHEIM É. **La división del Trabajo Social**. México: Colofón, 2007.

DURKHEIM, É. **El suicidio**. México: Colofón, 2007.

FRASER, N.; HONNETH, A. ¿**Redistribución o reconocimiento?** Madrid: Ediciones Morat, 2006.

FERNÁNDEZ, A.; SALAS, J. El problema de la individualización en Simmel. *In:* **George Simmel y la modernidad**. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2011. p. 277-288.

GÓNGORA, M. E. Geopolíticas de la identidad: La difusión de acciones afirmativas en los Andes. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 77, n. 77, p. 35-69, 2014. Disponible en: http://revistas.javeriana.edu.co/inde x.php/univhumanistic a/article/view/5955

LEVINE, D. Sociology's Quest for the Classics: The Case of Simmel. *In:* RHEA, B. (Ed.). **The Future of the Sociological Classics**. London: Allen & Unwin, 1981.

LEVINE, D. Simmel y Parsons replanteados. **Revista Colombiana de Sociología**, 31, p. 13-31, 2008. Disponible en: https://pdfs.semanticscholar.org/8806/c8 b6c2ae4198e7c1f17a26d681b1b830f1be.pdf

PAREKH, B. Igualdad en una sociedad multicultural. (S. Chaparro, Trad.). *In:* **Repensar el multiculturalismo**. Diversidad cultural y teoría política. España: Istmo, 2005, p. 353-387.

SABIDO, O. Alcances teórico-metodológicos de la sociología relacional de Georg Simmel. *In:* VERNIK, E.; BORISONIK, H. (Ed.). **Georg Simmel, un siglo después**: actualidad y perspectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Instituto de Investigaciones Gino German, 2016. Disponible en: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170816104717/Georg_Simmel.pdf

SIMMEL, G. **El individuo y la libertad**. Ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1986.

SIMMEL, G. **Sobre la Individualidad y las formas sociales. Escritos Escogidos**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

ZABLUDOVSKY, G.; SABIDO, O. **Sociología**: estudios sobre las formas de socialización, George Simmel. G. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

¿CIENCIA DE LA INFORMACIÓN PARA QUÉ Y PARA QUIÉN? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario

Natalia Duque Cardona

1 A QUÉ Y A QUIÉN SE DEBE LA CI

En la actualidad la información está en permanente contacto con los sujetos, hace parte de su día a día, esta situación ha implicado una naturalización de su uso y presencia en el mundo, empero cuando se observa con atención y conciencia este recurso, se redescubre la necesidad latente de comprender y aprehender sobre este. De tener capacidad de observación y comprensión de la información en relación con la sociedad y el rol que esta juega en la vida de cada uno. Entre las disciplinas científicas que posibilitan este entendimiento se encuentra la Ciencia de la Información, en adelante CI, encarando los retos contemporáneos de una sociedad globalizada y en constante desarrollo tecnológico, a un ritmo que si bien corresponde a los desarrollos tecnológicos de los últimos 20 años es anacrónico al desarrollo social de regiones como Latinoamérica y el Caribe.

Solo en temas como el estado de banda ancha en la región, de acuerdo con las Naciones Unidas (2016, p. 16), aún con los avances logrados

> quedan pendientes problemas relacionados con la calidad y equidad en el acceso a Internet. En términos de calidad del servicio, ningún país de la región tiene al menos 5% de sus conexiones con

> velocidades mayores de 15Mbps mientras que, en los países avanzados, el porcentaje de conexiones de esta velocidad es cercano al 50%. Asimismo, persisten las diferencias en el acceso entre las zonas rurales y urbanas, y entre quintiles de la distribución del ingreso. En el país con mayor brecha entre las áreas urbanas y las rurales.

La CI es un sistema de conocimientos sobre una parte de la realidad, con lo cual la búsqueda y exploración de la verdad, no la absoluta verdad, es una de sus características fundamentales y con ello el estudio de sus paradigmas y cimientos es una tarea ineludible para los profesionales de la información y con situaciones como las enunciadas en América Latina y el Caribe vale preguntarse ¿CI para qué y para quién?

Esta es una pregunta que como lo expresa Rendón Rojas (2008, p. 67), citando al filósofo griego Aristóteles, busca explorar "la correspondencia del enunciado con la realidad, la verdad es la adecuación del decir con el ser". Es así, como este interrogante está en aras de comprender la coherencia existente de la teoría con la práctica. En otras palabras, de entender los modos en qué la CI se relaciona con la sociedad y como esta permite la comprensión de realidades situadas en relación con la producción, uso y acceso a la información.

Preguntas como estas buscan establecer la consonancia de una ciencia con la realidad, poniendo en tensión el acceso al conocimiento y la información que tienen, en general, los grupos académicos con el que tienen los grupos y colectivos sociales no situados en contextos como el universitario. Estos últimos, los grupos sociales, se entienden como actores fundamentales en la producción de información local y en los ciclos de transferencia social de la información, y así mismo se constituyen como un puente fundamental de la universidad, y su información científica, con la sociedad y la información local.

Se desarrolla así, una disertación que explora bajo un enfoque intercultural los paradigmas de la CI planteados por Capurro (2007), preguntándose por la pertinencia de estos en el contexto universitario y su relación con la sociedad. Este texto cobra sentido en cuanto es ineludible, en la actualidad, observar con cuidado los alcances, delimitaciones y relaciones disciplinares e interdisciplinares de la CI en una sociedad plural y diversa que aspira a la interculturalidad. Así mismo, se destaca la pertinencia de los interrogantes en relación con las brechas informacionales y culturales que tiene hoy día el sur[4], donde la información local es fundamental, puesto que en gran medida esta constituye el patrimonio cultural inmaterial de los pueblos, y en tanto es su esencia. Empero, este tipo de información generalmente está ausente en las instituciones de educación superior, de los circuitos formales de circulación de la información; con lo cual las preguntas planteadas cobran mayor sentido.

2 ANTECEDENTES DE LA CI

Si bien, el ensayo se centra en los paradigmas de la CI propuestos por Capurro (2007), es importante reconocer los antecedentes teóricos que han fundamentado esta ciencia, una vez que su desarrollo, la producción académica y sus representantes dan cuenta de una mirada particular del mundo y de un modo de relacionamiento con la sociedad. Para

[4] El sur es entendido como un concepto que no implica una ubicación geográfica, sino un conjunto de pensamientos e ideas situadas en perspectiva de epistemologías que han sido históricamente subordinadas, y se consolidan en propuestas del Sur, en epistemologías del sur que implican la comprensión a partir de una perspectiva latinoamericana del conocimiento. De acuerdo con Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 14): "Las Epistemologías del Sur reflexionan creativamente sobre esta realidad para ofrecer un diagnóstico crítico del presente que, obviamente, tiene como su elemento constitutivo la posibilidad de reconstruir, formular y legitimar alternativas para una sociedad más justa y libre".

ello, se presenta a continuación un breve recorrido de los teóricos de la CI y finalmente se presenta a nivel técnico, metodológico, teórico y gnoseológico una mirada a las teorías que estos plantean.

Inicialmente las principales teorías que aportaron fundamentos y conceptos a la CI se ubican en el campo de las ciencias exactas y naturales; la Teoría General de Sistemas (TGS) de Bertalanffy (1930-1970), la teoría de los juegos de Von Neumann (1928), La teoría matemática de la comunicación de Shannon (1948), la cibernética de Norbert Wiener (1942; 1961), las estructuras sintácticas del lenguaje de Noam Chomsky (1971), la ecología de la mente de Bateson (1970) y las leyes de la forma de G. Spencer -Brown (1972).

En el siglo XX, se destacan algunos referentes que incidieron en el desarrollo teórico en la Ciencia de la Información, en su mayoría norteamericanos, como son: Budd (1995), Dick (1999), Ellis (1999), Hjørland (1998; 2000), Ørom (2000), White y McCain (1998), Bates, Borko, Bawden y Robinson, y Bates (1999). La CI para el siglo XXI comenzó a articularse y desarrollarse, en América Latina y el Caribe, con disciplinas científicas como la bibliotecología, la archivística y la documentación; y de este modo comenzaron a aparecer referentes en el campo como: Radamés Linares (Cuba), Rafael Capurro (Uruguay - 2003), Miguel Ángel Rendón Rojas (México - 2008), Didier Álvarez Zapata (Colombia - 2011); vinculado con la Maestría en Ciencia de la Información de la Escuela Interamericana de Bibliotecología, Emilio Setién Quesada (Cuba - 2006) y Alejandro E. Parada (Argentina - 2015 y 2016).

Si bien, la mayoría de los principales teóricos de la CI se ubican en una cultura anglosajona, es claro que Latinoamérica y el Caribe han comenzado a generar un proceso de producción de conocimiento científico con relación a esta importante. Es de anotar que estas producciones, en general, si bien se producen en otro lugar geográfico responden en términos epistémicos a una corriente anglosajona, una vez retoman los clásicos de la CI para su desarrollo sin situar el conocimiento en un contexto específico.

Además de los clásicos y aportes del siglo XX y XXI enunciados, se han generado en la última década recursos que vinculan la Teoría Crítica con la CI, en aras de generar conocimiento que se desligue de la escuela anglosajona y posibilite un diálogo con otras escuelas de conocimiento y disciplinas. Decisión que responde a la comprensión de la información como un recurso que se instaura en todos los campos del saber, tanto en el conocimiento científico como en el saber popular.

Un referente fundamental para este ensayo es *Critical Theory for Library and Information Science: Exploring the Social from across the Disciplines* [Teoría crítica para la biblioteca y Ciencia de la Información: explorando lo social a través de las disciplinas] de Leckie, Given y Buschman (2010), material en el cual es explícita la necesidad de una teoría crítica en la CI, en cuanto es urgente adaptar perspectivas teóricas de otras disciplinas para la comprensión de este campo científico en relación con los fenómenos sociales y culturales de los que es parte la información. En virtud de que la CI no debería permanecer ajena a las actuales tendencias académicas donde el aislamiento no es una opción recomendable. Y donde hoy día, la re-comprensión de las ciencias retomando los enfoques sociohistóricos, territoriales y socio-culturales es una tarea inaplazable.

En la producción de los referentes mencionados, a excepción del último, se observa que los referentes desarrollan una perspectiva pragmática de la CI de modo claro y explícito, aludiendo al uso de la información como un recurso en el campo de la ciencia, empero, hay un vacío en términos de la vinculación de la información local en las perspectivas teóricas planteadas. Lo cual reitera la necesidad de preguntarse ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Pues si bien hay una importante producción de conocimiento al respecto, este no vincula el saber científico con el mundo social aun cuando el origen de la información local es del siglo XIX.

La información local surge como idea en el siglo XIX con la propuesta de William H.K Wright en el Reino Unido y se

consolida en espacios bibliotecarios en la década de los setenta con los servicios de información local en países anglosajones y Europa del norte en unidades de información públicas, que tienen una profunda convicción en las relaciones que se dan entre la información y los sujetos. Hecho que evidencia que en el campo bibliotecario, la consideración de la información local ronda los dos siglos, sin embargo, en los paradigmas científicos que fundamentan la disciplina, y que se discuten en el contexto universitario, este tipo de concepto no es frecuente.

Un ejemplo de esto es el Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, Colombia, que cuenta con "Salas mi barrio" las cuales son espacios orientados al encuentro de la ciudadanía con información correspondiente a su territorio. En estas se organiza, gestiona y dispone recursos de la comuna y en relación con esta. Aun cuando esto se vive en el contexto local, no es común que este material empírico haga caso de los planes de estudio o temáticas desarrolladas en la universidad. Específicamente en el caso de la Universidad de Antioquia donde se ofrece el programa de bibliotecología.

La ausencia de la información local y de perspectivas que involucren los sujetos en la CI puede verse en definiciones dadas a la transferencia de la información como la propuesta por Borko (1968) donde este proceso se concibe en una perspectiva pragmática y funcional, en el cual la información fundamental, sin embargo, los sujetos y procesos que esta implica están en un segundo plano, incluso ausentes del discurso. La transferencia de la información hace referencia a: "las propiedades y el comportamiento de la información, las fuerzas que rigen su flujo, los métodos para procesarla" (BORKO, 1968, s.p.), la investigación sobre sus representaciones en sistemas naturales y artificiales y la utilización de códigos para la transmisión de mensajes, entre otros fenómenos más, es claro que esta ciencia involucra procesos, que el mismo autor refiere como el "conjunto de conocimientos relacionados con el origen, colección, organización, almacenaje, recuperación, interpretación,

transmisión, transformación y utilización de información" (BORKO, 1968, s.p.).

La exploración en perspectiva técnica permite entender que los enfoques teóricos presentes en los referentes revisados se centran en un enfoque empírico analítico, que presenta de manera formal el desarrollo de la CI. Otros abordan un enfoque fenomenológico hermenéutico donde se privilegia la comprensión de la ciencia a la luz de los desarrollos teóricos realizados. Y el enfoque crítico dialéctico es escaso una vez que solo hasta mediados del 2000 se comienza a observar la CI en relación con la sociedad y su propósito transformador, y no solo con su lugar en el ámbito académico.

La indagación en términos metodológicos en los referentes permite entender que hay un reiterativo propósito interpretativo analítico y de sistematización de la CI en perspectiva anglosajona, empero, es escaso el estudio y desarrollo metodológico situado territorialmente, lo cual plantea un vacío en este campo de conocimiento. Los estudios son generales, con lo cual es escaso ver trabajos contextualizados a un territorio o comunidad en particular.

El estudio en perspectiva teórica, de los referentes mencionados en este apartado, permite entender que la CI se ha valido de diversas ciencias y disciplinas para la construcción de su corpus teórico, especialmente de la filosofía de las ciencias. También la informática, cibernética, termodinámica, física, fisicoquímica han aportado a su fundamentación y escasamente los estudios culturales, la ciencia política, la educación, entre otras han entrado a sumarse a su corpus, lo cual pone nuevamente en evidencia la necesidad de preguntarse por la relación de esta con la sociedad, es decir para qué y para quién la CI.

Finalmente, la exploración de los supuestos gnoseológicos en los referentes estudiados es de tipo empírico-analítico; estos privilegian la objetividad, es decir el proceso cognitivo centrado en el objeto en este caso la información. Sin embargo, comienzan a surgir otras ideas como las de Radamés Linares (2010) que reconocen la CI como

un campo interdisciplinario y metacientífico de reciente surgimiento en la historia de las ciencias, que, si bien fue respaldado por el empirismo y el positivismo, requiere ubicarse hoy día en el campo de las Ciencias Humanas y Sociales. Así mismo Capurro (2003) da lugar a un diálogo de la información con la sociedad y más recientemente Leckie y Buschman (2010) buscando generar diálogos interdisciplinares entre la teoría social y la CI.

Es así como estos antecedentes de la CI reiteran la necesidad de una pregunta que posibilite entender cómo se da la relación de la ciencia con la sociedad.

3 ¿Y A TODO ESTO QUE PASA CON LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN?

Los enfoques de la CI han evolucionado en virtud del desarrollo de la ciencia, y así se encuentran enmarcados en diversos paradigmas (físico, cognitivo y social), cada uno en relación con un objeto de estudio particular. Se ha transcurrido del trabajo con material empírico: información, la cual se entendía exclusivamente como un recurso que debe ser sometido a un ciclo de organización y transferencia, ubicado en el paradigma físico o paradigma de la objetividad donde referentes como Goffman, Shanon y Waver, Bertran y Brookes fueron fundamentales hasta considerar la sociedad y su relación con la información, a comprenderla como proceso y acto.

El trabajo con material empírico está en relación con lo que Capurro (2007) plantea como el paradigma físico, o paradigma de la objetividad en la comprensión epistemológica de la CI en el cual existe un objeto físico que se transmite a un receptor. En este paradigma referente como Goffman quien centró su interés como teórico del interaccionismo simbólico en comprender la influencia de los símbolos y los significados sobre la acción e interacción humana. Y Shanon y Waver (1949-1972) quienes desarrollaron

la teoría matemática de la información fueron fundamentales.

No obstante, para finales del siglo XX e inicios del siglo XXI se dieron una serie de rupturas en este paradigma físico, con la llegada de Sociedad de la Información, donde las tecnologías de la información y la comunicación se adentraron en el espacio social, en la vida íntima y se instauraron como dispositivos de control que median el capital cultural al que tienen acceso la sociedad. Durante esta época, en el campo de la Ciencia de la Información hay dos paradigmas relevantes, el cognitivo que de acuerdo a Capurro (2007) busca fijar el conocimiento en los documentos y transmitirlo a partir de portadores, el cual en cierta medida se relega a los procesos sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de información.

En este paradigma se destacan referentes como Bertran C. Brookes, para quien en palabras de Linares (2010, p. 151) "el aspecto central de la Ciencia de la Información es entender las relaciones del mundo objetivado con el mundo mental de cada uno de los sujetos", Nicholas Belkin, quien dio grandes aportes en los procesos de recuperación de información, la interacción usuario-ordenador y las interfaces y Peter Ingwersen, informatólogo, informático y bibliómetra quien ha realizado grandes aportes al modelo cognitivo de recuperación de la información.

Y el paradigma social que permite estudiar las relaciones entre discursos, áreas de conocimiento y documentos en relación a las posibles perspectivas o puntos de acceso a diversas comunidades de usuarios. Es decir que permita reorientar los procesos informativos y su relación con la sociedad, hechos que han implicado insertar el paradigma cognitivo en un contexto social y ampliar la perspectiva al relacionamiento.

Al paradigma social han realizado importantes aportes autores como Capurro, Luhman, (1987) quien aportó al desarrollo de la Teoría General de Sistemas sociales, Frohmann (1995) con aportes en relación con la

epistemología de la Ciencia de la Información, Hjørland, entre otros.

Sin embargo, el paradigma preponderante ha sido el cognitivo, en palabras de Linares (2010, p. 53):

> El carácter hegemónico del enfoque cognitivo en la Ciencia de la Información durante gran parte de las dos últimas décadas del siglo XX estuvo tan significativamente extendido en este dominio y su comunidad, que no es desacertado afirmar su carácter paradigmático.

Ahora bien, estos tres paradigmas de la CI corresponden a enfoques teóricos que se enseñan y reproducen en el contexto universitario, los cuales se han desarrollados de acuerdo a condiciones históricas que necesariamente no han implicado el reconocimiento de los procesos informacionales en contextos glocales[5], incluso en perspectiva sur en relación con el territorio latinoamericano. Así, las escuelas clásicas de la CI habitan los espacios académicos, y en tanto las aulas, en general bajo una perspectiva tradicional que corresponde a un discurso hegemónico en relación con la ciencia.

Empero, retomando el paradigma social y la propuesta de Capurro (2007, p. 12) quien plantea que "el conocimiento está ligado a la acción" es urgente plantear una exploración y reflexión en perspectiva filosófica y teórica, de modo tal que

[5] El neologismo Glocal establece un desafío sumamente interesante: asumiendo cada cual su propia forma de interpretar la realidad global, se plantea un conflicto de hecho entre lo que recibimos del entorno más general y nuestras concepciones que resultan de vivencias e influencias permanentes provocadas en una realidad más inmediata, local. Esta situación de lo Glocal plantea un amplio campo de exploración en donde nada está resuelto o definido, donde la democracia y la diversidad, el pluralismo, la poliarquía y la diferenciación constituyen los elementos básicos de un sistema por construir.

en el contexto universitario pueda darse lugar a indagar por el modo en que esta ciencia se relaciona con los territorios y sujetos. Si bien esta es una cuestión que tiene sentido en la educación universitaria, es claro que para el caso de la Universidad Pública es vital una vez que esta responde a una idea del bien común. En este caso el relacionamiento debería ir en procura de la acción comunitaria, el fortalecimiento del tejido social, de recibir respuestas aceradas de los profesionales al contexto local, nacional y global; pero sobre todo de una actividad reflexiva que permita al campo científico y a la comunidad académica contribuir en el contexto universitario, a través de la formación de nuevos profesionales, a disminuir las brechas informacionales, culturales y económicas del continente.

Para esta discusión, es fundamental reconocer la universidad como un dispositivo cultural[6] que alberga el conocimiento científico, y que en el caso de la CI ha contado con paradigmas que no necesariamente han reconocido a los sujetos, saberes y experiencias donde se instauran. Una de las razones por las que puede darse este hecho es que la CI en el contexto anglosajón y europeo es diferente a lo que ocurre en Latinoamérica, esto partiendo de la premisa que las Ciencias, aún con objeto de estudio común, responden a sus contextos y necesidades y con ello se desarrollan y perfilan con relación a la realidad social. Además, es claro que la CI es una disciplina que retoma una herencia hegemónica, en el contexto académico, ya sea anglosajona con referentes como Borko o europea situada en el campo de la documentación científica con autores como Otlet y La Fontaine.

[6] Para Deleuze (1990, p. 155), el dispositivo "es una especie de ovillo o madeja (…) en las cuales las categorías de saber, poder y subjetividad están presentes. Desenmarañar las líneas de un dispositivo, es en cada caso levantar un mapa, cartografiar, recorrer tierras desconocidas, y eso es lo que Foucault llama el "trabajo del terreno", en términos de éste los dispositivos son máquinas para hacer ver y para hacer hablar, y en general está compuesto de dos dimensiones: curvas de visibilidad y curvas de enunciación".

En el caso de Latinoamérica se cuenta con importantes desarrollos en Ciencia de la Información, empero, la mayoría de estos carecen de un diálogo con la diversidad cultural e informacional del continente, lo cual ratifica la importancia de un análisis a partir del lente intercultural. Donde las escuelas clásicas dialoguen con nuevas propuestas sin imponerse a estas.

Así, en aras de esta comprensión situada y consonante con la realidad social, es importante como lo propone Castro (2010) en su artículo d*escolonizar la universidad: la hybris del punto cero,* llamar la atención acerca del diálogo de saberes y la formación profesional que en la Ciencia de la Información se vive en la Universidad, con el ánimo de no *y* en la Ciencia de la Información a reproducir miradas hegemónicas respecto a esta, descontextualizada de desarrollos situados.

En esta perspectiva se reitera la importancia de la pregunta por el para qué y para quién la Ciencia de la Información y el paradigma bajo el cual un pueblo, como el Latinoamericano, debe entablar con la academia y la sociedad un diálogo plural y diverso. Aquí particularmente es fundamental analizar los enfoques teóricos a la luz de la realidad social, reconociendo la diversidad de información que se gesta, produce y circula en la base de comunidades diferentes a las académicas, en relación con los objetos de estudio que proponen los investigadores para la Ciencia de la Información.

En el caso de Hjørland (2002), citado por Linares (2010) éste plantea como objeto de estudio “las relaciones entre discursos, áreas de conocimiento y documentos. En relación con las posibles perspectivas o puntos de acceso a diversas comunidades de usuarios” lo cual enfatiza en esos “quiénes” a quien se dirige la Ciencia de la Información.

Rendón Rojas propone que (2007, p. 72) el objeto de estudio para Bibliotecología y Ciencia de la Información es el Sistema de Información Documental (SID) conformado por la interacción entre información, documento, usuario e institución informativa documental. Objeto de estudio que considera una definición de documento situado en un

enfoque tradicional, el cual requiere objetivarse en un formato y un soporte, dejando de lado otros tipos de información, que abundan en nuestro contexto local. Así, el Sistema de Información Documental orienta la pregunta para qué la ciencia de la información y a quiénes responde.

Surge así en las diferentes posturas de los autores la pregunta por el sujeto, por la sociedad, por el territorio; puesto que la información puede ser de diversos tipos, y un campo disciplinar como el de la Ciencia de la Información, aún en un paradigma social, puede ir en procura de la adquisición de información que perpetúe la lógica sistémica de reproducción de una mirada del mundo en una perspectiva hegemónica, o dar lugar al conocimiento de la información que se construye y gesta en la base de los territorios y las comunidades, en procura de la movilización social, del reconocimiento de la información que no circula exclusivamente en medios y canales convencionales, pero sobre todo de la apropiación social del conocimiento, intenciones imperantes para Latinoamérica y retos fundamentales de la universidad y los profesionales de la información y la sociedad.

Para una perspectiva intercultural es fundamental estudiar los modos de relacionamiento que el contexto universitario plantea, los cuales en general responden a una estructura arbórea del conocimiento, que de acuerdo con Castro (2010, p. 81)

> favorecen la idea de que los conocimientos tienen unas jerarquías, unas especialidades, unos límites que marcan la diferencia entre unos campos del saber y otros, unas fronteras epistémicas que no pueden ser transgredidas.

Esta mirada clásica en el marco de un paradigma social implica el reconocimiento de una comunidad científica que posee la plena capacidad de preguntarse y cuestionarse, he aquí el sentido explícito de las preguntas de este artículo.

Específicamente en el contexto universitario, la pregunta por este relacionamiento se da en las Escuelas y Facultades de Bibliotecología, una vez que estas han sido las encargadas de liderar y abanderar los procesos en este campo, especialmente con estudios posgraduados en CI y con sus pregrados bibliotecología, archivística, museología y documentación las cuales son disciplinas científicas que poseen un diálogo inter y transdisciplinar con la CI.

Por ejemplo, la Escuela Interamericana de Bibliotecología (2016, p. 5)

> Ha buscado integrar a la Universidad de Antioquia a una ya larga tradición mundial de altos estudios que focaliza y desarrollan la Ciencia de la Información como campo de saber dirigido a estudiar los procesos sociales vinculados con la producción, circulación, organización, uso y apropiación de la información (…) pero también, enfatizar la necesidad de impulsar en Colombia una amplia conciencia social y estatal respecto del valor estratégico que tiene la información en la superación de los muchos retos de desarrollo que tiene el país.

Lo que implica la urgencia de estudiar y reconstruir los modos de relacionamiento del conocimiento en Ciencia de la Información dado en la universidad, con la sociedad.

Surge entonces la pregunta: En perspectiva intercultural ¿Cuál es la relación de los paradigmas de la Ciencia de la Información desarrollados en el contexto universitario con la producción y transferencia de información local; en el marco del contexto contemporáneo y en relación con las necesidades culturales, políticas y educativas del territorio?, ¿y por supuesto con las brechas informacionales, culturales y económicas que como Latinoamericanos se tienen? Preguntas que se sintetizan en indagar por el sentido de la CI ¿Ciencia de la información para qué y para quién?

Tal vez sean estos algunos de los cuestionamientos que esta disertación proponga para continuar la discusión de la Ciencia de la información en perspectiva intercultural, pues si bien no se desarrollan aquí, el texto pone en tensión hechos e ideas vinculados a posibles respuestas, los cuales pueden convertirse en insumo para un trabajo posterior en el campo que implique una perspectiva intercultural.

4 PARADIGMAS DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN: UNA MIRADA A TRAVÉS DE LA INTERCULTURALIDAD

Injértese en nuestra cultura,
lo mejor de la cultura universal,
pero el tronco ha de seguir
siendo nuestra cultura.

José Martí

La idea de plantear una mirada intercultural a los paradigmas de la CI resume su propósito, en la cita de José Martí como una alternativa para el diálogo entre la cultura heredada y la desconocida y que, por tanto, se ha dejado en el olvido. Historias de origen, lenguas ancestrales, formas de escritura que no consideran el código alfanumérico, producción e información local, entre otros, son elementos a los que hoy se dirige la mirada en el contexto universitario, en búsqueda de coherencia y cohesión epistémica en la formación de los profesionales de la información, quienes se desempeñarán no sólo a una Sociedad de la Información, sino en un territorio como el latinoamericano, donde el diálogo entre culturas es fundamental, pues es característica inherente de la historia en el sur.

Por ello la interculturalidad se retoma como un marco analítico, a partir del cual se observan elementos de la cultura que no se han considerado históricamente, pues han sido relegados por la ciencia. Así, este marco comprensivo, la

interculturalidad, implica un trabajo político-social-epistémico y ético. Una visión funcional no es considerada para este análisis, ya que como lo plantea Walsh (2009) citando a Tubino (2005, p. 3) ésta "no toca las causas de la asimetría y desigualdad sociales y culturales", tampoco "cuestiona las reglas del juego", por eso "es perfectamente compatible con la lógica del modelo neoliberal existente" por lo cual no es el lugar de enunciación de este texto.

Así, el análisis de los paradigmas bajo un marco intercultural acude a un enfoque relacional de esta, pero no se limita a ella, pues este se refiere exclusivamente a la interacción entre culturas, la cual se supone es un hecho en el campo de la CI, una vez que independiente de la perspectiva hegemónica (eurocéntrica o anglosajona) de la ciencia, se da a partir de una relación constante entre diversos actores.

El análisis retoma del enfoque intercultural relacional, la vinculación de culturas ancestrales y grupos subalternizados con su producción cultural y el trabajo empírico de estos en términos de información local, asuntos poco abordados en el contexto universitario y en el campo de las bibliotecas. Es importante destacar que esta perspectiva permite visibilizar, reconocer y conocer cómo producen y para qué usan la información pueblos indígenas, afrodescendientes y room (gitanos), pueblos campesinos, población diversa sexualmente, mujeres, entre otros. Y en términos de la CI trabajar temas en relación con la producción y transferencia de saberes plurales situados en información local.

Finalmente, el análisis centra su esencia en la comprensión crítica de la interculturalidad, la cual se entiende como lo plantea Walsh (2009, p. 4) como

> una estrategia, acción y proceso permanentes de relación y negociación entre comunidades, en condiciones de respeto, legitimidad, simetría, equidad e igualdad. Pero aún más importante es su entendimiento, construcción y

> posicionamiento como proyecto político, social, ético y epistémico -de saberes y conocimientos-, que afirma la necesidad de cambiar no sólo las relaciones, sino también las estructuras, condiciones y dispositivos de poder que mantienen la desigualdad, interiorización, racialización y discriminación.

4.1 ¿UN ENFOQUE INTERCULTURAL PARA OBSERVAR LOS PARADIGMAS DE LA CI?

Plantear un enfoque como el intercultural a la comprensión de los paradigmas de las CI busca poner en tensión los dispositivos, tecnologías de poder y narrativas que perpetúan discursos hegemónicos en relación con la ciencia, con el ánimo de tramitar técnicas de emancipación que vayan en procura de la igualdad, la redistribución, el reconocimiento y el buen vivir. Y en el campo de la CI se propone con la intención de que la información esté al servicio de los sujetos, no los sujetos al servicio de la información y esta última esté en diálogo con el contexto, los sujetos y el territorio y los diversos modos de producción de conocimiento que no aluden a la ciencia.

Es así como en este texto, se entiende la CI como una ciencia que posibilita, a través de la comprensión del uso y manejo de la información, decolonizar el ser a través del saber, es decir que contribuye a partir del conocimiento y aprehensión de saberes, a la emancipación intelectual y social de los sujetos. Asunto que logra, a partir del trabajo con información local, la visibilización y vivificación de la palabra hablada, la incorporación en el ciclo de transferencia de la información de sujetos productores de conocimientos y de tesoros humanos vivos. Estos elementos dan lugar a la decolonialidad del saber una vez incluyen la promoción, apropiación y producción de conocimientos que no son blancos, europeos, masculinos y “científicos”, discutiendo el

status del conocimiento "científico" y valorando e incorporando a las comunidades y sujetos el legado intelectual de pueblos ancestrales y grupos poblacionales subalternizados.

El enfoque intercultural permite una mirada de los paradigmas, que como lo plantea Capurro (2010, p. 249), recordando a Kuhn, posibilita ver una cosa con referencia a otra, en un contexto como el Latinoamericano y es por ello que hoy se plantea la necesidad ineludible de dialogar con la CI, retomando una perspectiva sur, enmarcada en un contexto territorial, local y global, que reconoce los sujetos, saberes y experiencias para preguntarse para qué y a quién sirve la CI, y cuál es el rol de la ciencia en el territorio.

Esto en virtud de reconocer que como lo plantea Capurro (2003), la Bibliotecología y la Documentación, al igual que la Ciencia de la Información, poseen un corpus proveniente de un marco duro anglosajón y/o eurocéntrico.

En el caso de la CI su fundamentación responde a un canon establecido en un dispositivo como la Universidad, donde los conocimientos son poco dinámicos, una vez que aluden a la tradición y herencia de las ciencias. No obstante, es latente la posibilidad de una alternativa que en el contexto universitario vaya en procura de la comprensión y acción de la CI, permitiéndole a las disciplinas científicas tejer con los territorios y sus necesidades reales, así la universidad debe procurar ampliar su marco de acción y descentrar su mirada de sí misma para establecer relaciones que surjan en las comunidades y se den con estas.

Los paradigmas en CI que hoy se conocen, particularmente los propuestos por Capurro (2007) y desarrollados en la formación universitaria, han procurado un marco analítico, que responde a una mirada anglosajona, para la comprensión de los fenómenos informacionales contemporáneos. Empero, así como históricamente se han generado reflexiones que han posibilitado el desplazamiento de un paradigma físico a uno cognitivo y luego a uno social, hoy día es inminente la necesidad de pensar un paradigma intercultural de la CI.

De tal forma, se hace necesario observar y analizar la ciencia en doble vía, a partir un marco clásico y dar apertura a un marco progresista. El primero con el ánimo del reconocimiento de un saber eurocéntrico y anglosajón el cual que ha posibilitado una comprensión de la información como objeto, como proceso y en relación con la sociedad y por supuesto la cualificación de profesionales de la información. Aunque, este análisis puede recurrir también a un marco analítico enmarcado en discursos y propuestas académicas subalternas, desarrolladas en latitudes no occidentales, los cuales van en procura del diálogo entre epistemes, que posibilite un tejido en relación con los territorios y el núcleo de categorías fundamentales de la CI, la cual requiere comprenderse y situarse histórica y contextualmente.

4.2 PARADIGMA FÍSICO DE LA CI

El paradigma físico de la CI se desarrolla entre 1945 y la década de los 70 y está fundamentado en tres corrientes filosóficas que conciben que la ciencia se desarrolla, construye y constituye de elementos de absoluta verdad, como lo son: el empirismo, el positivismo y el racionalismo. Este paradigma posee dos características científicas en relación con el contexto histórico y político, de acuerdo a Vega Almeida (2010, p. 72) “un componente de ciencia pura que investiga el objeto sin considerar sus aplicaciones y un componente de ciencia aplicada que desarrolla productos y servicios”. Así, en esta mirada es fundamental la información objetivada dando relevancia al objeto sobre el sujeto.

Aun bajo estas premisas, es importante indagar por los soportes y formatos que albergan la información y que hoy día no solo están en relación con la cultura escrita y las TIC, sino que conciben fuentes y recursos como los tesoros humanos vivos, las bibliotecas humanas, escrituras que no responden al código alfanumérico, entre otros. En este sentido es ineludible la tradición oral y gráfica que en general corresponde a producción local, la cual no ha sido parte

importante de los circuitos de circulación social de la información. Y como tal ha estado ausente de las discusiones de la CI y del contexto universitario.

4.3 PARADIGMA COGNITIVO DE LA CI

El paradigma cognitivo de la CI se establece entre la década del 70 y el 80, éste responde a los cambios de ordenamientos social de la era industrial a la era de la información, dónde la información no solo se refiere a lo concreto sino al poder derivado de su contenido y por supuesto de las transacciones que del uso y acceso a esta pueden derivarse.

Este paradigma se fundamenta en pilares teóricos nacientes de la ciencia, como la relatividad y la incertidumbre, dando un lugar importante al sujeto como actor cognoscente que transforma la información en conocimiento y la aprehende. Esta nueva visión está basada en el cognitivismo y el mentalismo. En esta perspectiva el paradigma amplió la visión de un objeto a la relación entre un objeto, un sujeto y un portador de información (texto). No obstante, esta relación enmarcada en la Sociedad de la Información deja de por fuera el análisis y relacionamiento con portadores de textos que no hacen parte una cultura hegemónica como se mencionó en el anterior paradigma. Así mismo al centrar este paradigma en una visión individualista la comprensión de lo social y de la constitución comunitaria está ausente, con lo cual la información local como producto del dialogo de saberes esta invisibilizada.

4.4 PARADIGMA SOCIAL DE LA CI

Finalmente, el paradigma social de la CI en la década del 90 se pregunta por el relacionamiento de la información con la sociedad, procurando ir de una mirada individualista a una que vinculé la sociedad, en búsqueda de un proyecto más humano y que busque, como lo plantea Vega Almeida (2010,

p. 83), “el reconocimiento del ser humano como sujeto histórico en mutua interrelación con la naturaleza y la sociedad”. Aquí el reconocimiento del contexto y el sujeto a través de una perspectiva histórica y cultural es imperante, una vez que permite realizar análisis situados en el contexto.

Al igual que en las Ciencias Humanas y Sociales, en este paradigma el análisis de la disciplina se realiza a partir de un marco analítico eurocéntrico, lo que le implica a este paradigma, aun con las ganancias que posee, el reto de proveerse un sustento que permita situarlo en el territorio, en el continente del que hace parte en relación con los sujetos que lo habitan y que en gran medida corresponden a pueblos ancestrales y originarios, a hombres y mujeres que son la suma de una gran diversidad cultural, lo cual les implica modos de producción de información diversos y construcción de conocimiento dado a partir del dialogo de saberes.

4.5 ¿UN PARADIGMA INTERCULTURAL DE LA CI?

De este modo se hace necesario proponer una revolución científica al paradigma social, en consonancia con la pregunta para qué y para quien la CI, y el lugar que la Universidad juega en los circuitos de producción de conocimiento. Es posible que una propuesta de este tipo pueda desarrollarse en un marco analítico decolonial y que se fundamente en los estudios culturales y las epistemologías del sur, procurando que la producción y transferencia de la información no responda exclusivamente a la lógica de reproducción de un conocimiento científico, sino que involucre el conocimiento local, situado, contextualizado y en consonancia con la historia y memoria latinoamericana.

Lo anterior plantea un gran reto para la CI, pues en relación con su surgimiento implica que la revolución científica busque alternativas no hegemónicas para incorporarse en la sociedad de acuerdo con las demandas y retos que exige la reivindicación de lo propio y la disposición de la ciencia al servicio de las comunidades.

En esta tarea la Teoría Crítica es una herramienta fundamental, como lo plantean Leckie, Given y Buschman. El estudio de los paradigmas a la luz de esta es indispensable en cuanto permite adaptar las perspectivas teóricas de otras disciplinas a la comprensión del campo científico de la CI, en relación con los fenómenos sociales y culturales de los que es parte la información.

La posibilidad de un paradigma intercultural posibilita más que reinventar, observar con un lente diferente al que se usa habitualmente, dando lugar a otros saberes, epistemes y discursos, los cuales permiten ampliar la mirada sobre la información, por ejemplo, en términos de producción y transferencia de saberes locales.

5 ALGUNAS IDEAS PARA FINALIZAR

Las inquietudes del porqué y para quién la CI, tienen sentido, una vez son fundamentales para dar línea a las discusiones en perspectiva teórica de la CI, en cuanto se aborda la comprensión relacional de los enfoques teóricos planteados en la enseñanza universitaria y su relación con el contexto social, hecho que fortalece el corpus epistemológico de la ciencia y su relacionamiento con la sociedad. Además, es posible su aplicabilidad a fenómenos sociales, instituciones y prácticas de la vida cotidiana como lo son la biblioteca, la práctica de lectura, escritura, oralidad, la construcción de ciudadanía y la comprensión del lugar de la información en el espacio social en relación con el contexto cultural, educativo y político.

Adicionalmente, preguntas de este tipo permiten establecer relaciones de cooperación, a partir del diálogo de saberes, con las teorías sociales, promoviendo la inter y transdisciplinariedad, lo cual permite una reflexión crítica del lugar de la información en relación con los sujetos, saberes y experiencias. Es decir, una pregunta constante por los sujetos a quienes impacta la información y por supuesto por los creadores y productores de contenido en el espacio social.

Inquietudes como estas pueden incidir en unidades de información (bibliotecas, archivos, museos, centros de documentación, entre otras), colecciones, servicios y políticas públicas de lectura, escritura y oralidad, procurando la vinculación consciente a estos de los ciclos de transferencia social de la información de modo consistente, pertinente y acorde con las necesidades de cada región.

Así mismo, este interrogante permite movilizar los procesos formativos llevados a cabo en la educación universitaria con el ánimo de fortalecerlos, específicamente los implementados en las facultades de Bibliotecología y/o Comunicación donde se forman los futuros profesionales de la información (bibliotecólogos, archivistas, museólogos, documentalistas, comunicadores, etc.), esperando que la formación de estos responda a la realidad social y sobre todo a los retos y demandas que como sociedad tenemos.

En el contexto de América Latina y el Caribe, discusiones de este tipo son fundamentales una vez que es urgente la consolidación de una perspectiva teórica que implique una mirada Sur en el campo de la CI. Ejercicios como estos pueden procurar la discusión al interior de la comunidad científica y a la vez generar la constitución de comunidad con el propósito de generar una propuesta alternativa a la CI para lo cual el marco analítico de la interculturalidad y las epistemologías del sur son una alternativa posible, ya que es urgente en términos de paradigmas explorar la posibilidad de una revolución científica, que permita el desarrollo de un nuevo enfoque teórico en la CI que dé respuesta a las necesidades reales de Latinoamérica.

Finalmente, para el Caso de Colombia, la disertación estaría aportando a la Escuela Interamericana de Bibliotecología y por ende a la Universidad de Antioquia, liderazgo en la reflexión cultural y política de la Ciencia de la Información situada en el contexto local. Y además un reto en términos de la vinculación de las políticas públicas[7] con los

[7] En el caso de Colombia algunas de ellas son el Plan Municipal de Lectura, Escritura y Oralidad de Medellín, el Plan Nacional de

procesos informacionales contemporáneos y con las organizaciones internacionales que proponen lineamientos para el desarrollo cultural y educativo, en diversos espacios, como son CERLALC (Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe), UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura) e IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions).

Así, que la pregunta de para quién y para qué la CI, en el contexto universitario para América Latina y el Caribe, respondería a la necesidad de sujetos particulares como los que alberga el Sur, y a una intencionalidad de buscar un trabajo permanente de empoderamiento donde la información esté al servicio de los sujetos y posibilite alternativas para la construcción de una sociedad más justa y equitativa.

BIBLIOGRAFÍA

ÁLVAREZ, D. Maestría en Ciencia de la Información: ámbito de formación integral y eje de un proyecto de integración científico. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 34, n. 2, p. 211-220, 2011.

BATES, M. J. The invisible substrate of information science. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 50, n. 12, p. 1043, 1999.

BATES, M. J. Fundamental forms of information. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 57, n. 8, p. 1033-1045, 2006.

BATESON, G. **Pasos hacia una ecología de la mente**: una aproximación revolucionaria a la autocomprensión del hombre. Argentina: Lumen, 1998.

Lectura y Escritura de Colombia, la Política Pública de comunicación del Ministerio de las TIC.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to information science**. Facet Publishing, 2015.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BUDD, J. An Epistemological Foundation for Library and Information Science. **The Library Quarterly**, v. 65, n. 3, p. 295-318, 1995.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Revista Venezolana de información, tecnología y conocimiento**, v. 4, n. 1, p. 11-29, 2007.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Revista Acimed**, v. 21, n. 2, p. 248-265, 2010.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information: theorizing Information and Inforrmation Use. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, n. 1, p. 343-411, 2003.

CASTRO, S. Descolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el dialogo de saberes. *In:* CASTRO, S; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una verdad epistémica más allá del capitalismo global, Bogotá, Colombia: Siglo del hombre Editores, 2007.

CHOMSKY, N. **Estructuras sintácticas**. México: Siglo XXI, 2004.

DELEUZE, G. **¿Qué es un dispositivo?** Michel Foucault, filósofo, 155-161, 1990.

DICK, A. Epistemological Positions and Library and Information Science. **The Library Quarterly**, v. 69, n. 3, p. 305-323, 1999.

ELLIS, D; ALLEN, D.; WILSON, T. Information science and information systems: Conjunct subjects disjunct disciplines. **Journal of the association for Information Science and Technology**, v. 50, n. 12, p. 1095-1107, 1999.

ESCUELA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECOLOGÍA. **Maestría en Ciencia de la Información**. Documento para renovación del registro calificado. Medellín, Colombia: Escuela Interamericana de Bibliotecología. Universidad de Antioquia, 2016.

HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **JASIST**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

LECKIE, G., GIVEN, G.; BUSCHMAN, J. **Critical Theory for Library and Information Science**: Exploring the Social from across the Disciplines. USA: Libraries Unlimited, 2010.

LINARES, R. Epistemología y Ciencia de la Información: repensando un dialogo inconcluso. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 21, n. 2, p. 140-160, 2010.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic Outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.

NACIONES UNIDAS. **Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe 2016**. Santiago: Naciones Unidas. Cooperación Alemana Deutsche Zusammenarbeit, 2016.

PARADA, Alejandro E. Hacia un inventario provisional de las tendencias en Bibliotecología y Ciencia de la Información. **Información, cultura y sociedad**, v. 33, p. 75-88, 2015.

PARADA, Alejandro E. Abrir la Bibliotecología/Ciencia de la Información a las Humanidades y las Ciencias Sociales. **Información, cultura y sociedad**: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, 34, 5-10, 2016.

RENDÓN ROJAS, M. Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplina. **Investigación Bibliotecológica**, v. 22, n. 44, p. 65-76, 2008.

RENDÓN ROJAS, M. **Bases Teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México: UNAM-CUIB, 2007.

SETIÉN, E. Nueva propuesta para la estructura de la Bibliotecología en el contexto de la Teoría bibliológico informativa. **Ciencias de la Información**, v. 37, n. 1, p. 3-23, 2006.

SHANNON, C. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, n. 3, *p.* 379-423, 1948.

SPENCER, B. **Laws of form**. New York: The Julian Press, 1972.

VEGA, R. **Ciencia de la Información y paradigma social**: enfoques históricos, epistemológico y bibliométrico para un análisis de dominio. (Tesis de doctorado). Universidad de Granada. Universidad de la Habana, 2010. Disponible en: https://hera.ugr.es/tesisugr/19565859.pdf

VON BERTALANFY, W. **Teoría general de los sistemas**: fundamentos, desarrollo, aplicaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

VON NEUMANN, J.; MORGESTERN. O. **The Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton: Princeton University Press, 1947.

WHITE, H; MCCAIN, K. Visualizing a Discipline: An author Co-Citation Analysis of Information Science, 1972-1995. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 49, n. 4, 327-355, 1998.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. La Paz: Andrés Bello, 2009.

WIENER, N. **Cibernética y sociedad**. Buenos Aires: Editorial Suramericana, 1958.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NA BIBLIOTECONOMIA

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

Negros e negras pesquisadoras contribuíram (e contribuem) efetivamente para a construção da ciência que hoje conhecemos. Como cientistas, buscam compreender determinada área do conhecimento, sua função e o problema que pretende resolver voltando seus olhares para diversos aspectos das sociedades, sejam sociais, econômicos, políticos e educacionais.

Embora fazer ciência seja aquilo que pessoas pesquisadoras realizam, nem todas(os) possuem a mesma visibilidade entre os pares. Ainda há na academia, a percepção de quem é o sujeito que representa o perfil e *status* de cientista, aquela(e) que receberá recursos financeiros oriundos de órgãos públicos de fomento e também de organizações privadas.

A produção de saberes considerados científicos está historicamente vinculada ao norte do globo, o qual se utiliza do domínio simbólico, do pensamento colonial e do epistemicídio (CARNEIRO, 2007; SOUSA SANTOS, 1995) para definir como *saberes periféricos* (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2013) aqueles conhecimentos produzidos por pessoas e pesquisadoras(es) de continentes fora do eixo europeu-norte-americano.

No campo científico, esse discurso se propagou por intermédio de padrões teóricos e metodológicos que, muitas vezes, excluem formas de pensar e conhecimentos distintos do hegemônico, bem como servem como forma de controle e

propagação da colonialidade do saber (LANDER, 2005). O mundo biofísico e o universo do conhecimento estão em constante recolonização e, portanto, o pensamento e o conhecimento também não conseguem ficar excluídos desse processo. Assim, o poder colonizador não faz parte dos sujeitos em si, mas sim da natureza das relações sociais (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2013). Tais discursos acabam por invisibilizar os conhecimentos produzidos em outros lugares do globo, como o continente africano, sul-americano, entre outros.

Movimentos críticos, progressistas e de bibliotecárias(os) negras(os) dentro da Biblioteconomia existem há muito tempo. No entanto, ainda permanecem marginais ou invisibilizados dentro da profissão pelo argumento de que bibliotecas e Biblioteconomia são lugares de praticidade, eficiência e serviços. A incorporação de tais perspectivas neoliberais e práticas corporativas na Biblioteconomia privilegiam uma *práxis* com pouca reflexão ou crítica dentro da área (NICHOLSON; SEALE, 2018).

Nesse sentido, este capítulo busca evidenciar bibliotecárias(os) e movimentos que contribuem criticamente para a construção epistemológica e *práxis* em Biblioteconomia. Procura-se, aqui, identificar outras linhas epistemológicas de construção do campo biblioteconômico-informacional que visem elucidar a pluralidade de saberes e de práticas – em especial, evidenciando as questões étnico-raciais e população negra – que demonstrem a crítica às tendências hegemônicas de produção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI).

2 MOVIMENTOS E EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS NA BIBLIOTECONOMIA

Não é de hoje que reflexões críticas têm sido realizadas na Biblioteconomia. Quando analisamos a construção histórica do campo, percebemos as lutas pelo direito à informação, à biblioteca, à leitura e ao livro. A seguir,

apresentarei alguns[8] movimentos críticos e perspectivas epistemológicas realizadas por bibliotecárias(os). Apresento as reflexões críticas sobre a área e as estratégias de enfrentamento aos discursos hegemônicos, ao mesmo tempo em que evidencio lutas por direitos civis, acesso à biblioteca e à formação em Biblioteconomia, assim como pelo (re)conhecimento das contribuições de intelectuais negras(os) na construção da área.

a) Biblioteconomia de Guerrilha

No âmbito internacional de luta por direitos – dentre eles, o direito à biblioteca e à informação para pessoas e comunidades – encontramos o movimento de *Guerrilla Librarianship* ou Biblioteconomia de Guerrilha. Entendo que esse termo foi citado pela primeira vez no ano de 1981 por Jim Hennessy em seu artigo intitulado *Guerrilla librarianship? A review article on the librarianship of politics and the politics of librarianship*[9]. Nessa publicação, Hennessy analisa as relações existentes entre bibliotecas e autoridades políticas, e "descobre que os bibliotecários se percebem como legisladores não reconhecidos" (HENNESSY, 1981, p. 248). O autor entende "bibliotecários como guerrilheiros", pois podem moldar seu próprio futuro profissional a partir de

[8] Não farei uma revisão histórico-teórica nos estudos sobre teorias críticas e epistemológicas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois há produções científicas robustas no Brasil sobre tais assuntos. Assim, para aprender sobre as epistemologias e teorias em Biblioteconomia e Ciência da Informação, indico o estudo de teóricos(as) como Gustavo Silva Saldanha, Carlos Cândido de Almeida, Solange Mostafa, Miguel Rendón-Rojas, Francisco das Chagas de Souza, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Rafael Capurro, Jesse Shera, Paul Otlet, Nicolas Roubakine, Gabriel Peignot, Cezar Karpinski, entre outros.

[9] Biblioteconomia de guerrilha? Um artigo de revisão sobre a biblioteconomia da política e as políticas da Biblioteconomia (tradução minha)

ações e valores políticos. Para o autor, é esperado das(os) bibliotecárias(os) que afirmem valores "políticos específicos e realizem tarefas especiais em culturas políticas difundidas" (HENNESSY, 1981, p. 250). Embora tais culturas políticas sejam geralmente aquelas hegemonicamente dominantes, a(o) bibliotecária(o) tem o poder de transformar a biblioteca em um lugar político no qual é permitido evidenciar diferentes ideias, olhares, povos e culturas (HENNESSY, 1981).

Trinta anos depois, esse termo foi novamente evidenciado, dessa vez por conta do *Occupy Wall Street* (OWS), movimento de protesto aberto contra as desigualdades econômicas, sociais, políticas e a influência de organizações empresariais nos setores da sociedade, em especial, no setor financeiro. As(Os) bibliotecárias(os) guerrilheiras(os) foram contribuintes desse movimento quando construíram uma biblioteca no parque Zuccotti logo que as manifestações começaram. Sob o *slogan* de "Alfabetização, legitimidade e autoridade moral", a biblioteca do OWS promoveu a organização e distribuição de livros e periódicos para que as pessoas manifestantes se mantivessem entretidas e informadas. A partir dela, várias bibliotecas foram criadas em outros lugares com a colaboração voluntária de bibliotecárias(os) e ativistas, com doações de materiais bibliográficos e audiovisuais recebidos de editoras, empresas, livrarias e das pessoas simpatizantes (MCLEMEE, 2011).

Mandy Henk, bibliotecária à época da Universidade DePauw e participante do OWS, definiu a Biblioteconomia de Guerrilha como "a construção e manutenção de bibliotecas diretamente onde as pessoas e as necessidades de informações se cruzam. Pode significar construí-las na praia, em um bar ou em uma ocupação" (HENK, 2011, s.p., tradução minha).

Fundamentada nas cinco leis de Ranganathan[10], a Biblioteconomia de Guerrilha existe para surpreender, entreter, informar, educar de uma forma acessível, atender necessidades informacionais de grupos que possuem difícil acesso às bibliotecas, assim como oferecer um espaço educacional e de engajamento intelectual para a comunidade fora dos espaços de saber considerados tradicionais (MCLEMME, 2011; HENK, 2011).

No entanto, embora assumamos a importância das bibliotecas, é preciso ficar atenta(o) e refletir criticamente sobre as

> [...] muitas maneiras pelas quais as bibliotecas historicamente atendem aos interesses do racismo, patriarcado ou desigualdade de classe - para citar algumas formas de opressão nas quais as bibliotecas participaram ativa ou implicitamente. (COPE, 2015, p. 3, tradução minha).

Jonathas Luiz Carvalho Silva e Roosewelt Lins Silva, em seu artigo *Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações*, voltam o olhar para o posicionamento das bibliotecas frente ao contexto de luta de classes, a partir da teoria marxista. Como resultados, apontam que as bibliotecas,

> [...] no contexto da luta de classes, têm atuado como um aparelho ideológico do Estado [...] reproduzindo as idéias de uma elite, de uma minoria populacional relegando a um plano inferior o contexto

[10] As cinco leis da Biblioteconomia de Ranganathan são: 1) Os livros são para uso; 2) Para cada leitor, seu livro; 3) Para cada livro, seu leitor; 4) Poupe o tempo do leitor e, 5) A biblioteca é um organismo em crescimento (FIGUEIREDO, 1992).

> majoritário de uma população (SILVA; SILVA, 2010, p. 214).

Os autores abordam que a luta de classes precisa ser reconhecida como um fenômeno que se materializa em diversos âmbitos da sociedade. Por intermédio de ações desenvolvidas nesses âmbitos, inclusive nas bibliotecas por intermédio de ações administrativas, pedagógicas, culturais, educativas, políticas e sociais, propaga-se o estabelecimento da ideologia dominante e a manutenção das desigualdades sociais (SILVA; SILVA, 2010).

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, em seu texto *Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário*, publicado originalmente em 1995, reflete sobre como a biblioteca e a atuação bibliotecária podem ser revolucionárias. Defende que, no processo de alimentar com informações as populações marginalizadas e afastadas dos lugares de poder, a(o) bibliotecária(o) está instrumentalizando essas populações para que interfiram em suas realidades, compreendam os jogos de poder e as relações de classe existentes na sociedade. Argumenta ainda que a biblioteca pública poderia participar dessa revolução:

> servindo de contraponto em relação aos meios de comunicação de massa; criando novas demandas e procurando satisfazê-las em detrimento de falsas necessidades introjetadas pela sociedade de consumo; abrindo espaços que permitam à população, não só consumir, mas produzir cultura; produzindo informações que veiculem as necessidades e os interesses da população; advogando e sustentando o direito das classes dominadas de se fazerem ouvir; incentivando o surgimento em cada pessoa, da consciência da cidadania através de informações que propiciem o conhecimento dos direitos de

> todos aos bens mínimos que proporcionam o acesso a uma vida digna; participando da vida da comunidade que atende; privilegiando os carentes de tudo, inclusive, e principalmente, de informação, etc., etc., etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 1995, s.p.).

Entretanto, traz críticas ao dizer que na biblioteca, em especial na maioria das bibliotecas públicas, ainda não é presente uma atuação bibliotecária revolucionária, haja vista que as(os) bibliotecárias(os) fazem parte de uma ideologia hegemônica que incita ideias como as da imparcialidade bibliotecária, por exemplo. Nesse sentido, não seria revolucionário ser imparcial ou apolítico, pois conformismo e acomodação atendem aos discursos de grupos dominantes e retira a responsabilidade bibliotecária e da biblioteca nesse papel de mudança social (ALMEIDA JÚNIOR, 1995).

b) Biblioteconomia Crítica/Progressista/Radical

Em consonância com o movimento da Biblioteconomia de Guerrilha, apresento os próximos movimentos. Para Gina Schlesselman-Tarango (2017), Biblioteconomia Crítica (*Critical Librarianship)* ou Biblioteconomia Radical (*Radical Librarianship)* ou Biblioteconomia Progressiva (*Progressive Librarianship*), referem-se à Biblioteconomia que não é neutra, a qual se preocupa com a justiça social e está realmente preocupada com o que acontece e pode acontecer com o mundo.

O termo *Critical Librarianship* foi criado pelo bibliotecário Sanford Berman, quando em 2007, sugeriu à *Library of Congress*[11] que incluísse o cabeçalho de *Biblioteconomia Crítica*, classificado dentro de Biblioteconomia e Direitos Humanos. No entanto, a Biblioteca não aceitou a inclusão do termo (GARCIA, 2015).

[11] Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

Na perspectiva de Mandy Henk (2016, s.p., tradução minha), a Biblioteconomia Crítica, entendida como "a aplicação de várias metodologias críticas geralmente fundamentadas na pedagogia crítica ao estudo e prática da Biblioteconomia", fornece "um conjunto de ferramentas para fazer isso como uma profissão, a partir de nosso próprio discurso e prática profissional".

A professora e ex-catedrática da *School of Library and Information Studies da University of Alberta*, Toni Samek, infere que a Biblioteconomia Crítica provém do movimento progressista da biblioteca e da retórica de liberdade intelectual dos Estados Unidos dos anos 1930 (ROBERTSON, 2007; GARCIA, 2015). É definida como "um movimento internacional de bibliotecários e profissionais da informação que consideram a condição e os direitos humanos acima de outras preocupações profissionais" (ROBERTSON, 2007, s.p.).

Concebida ainda como aquela que procura preencher a lacuna entre teoria e prática na Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library & Information Studies*), a Biblioteconomia Crítica

> [...] utiliza uma lente reflexiva para expor e desafiar as maneiras pelas quais as bibliotecas e a profissão "conscientemente e inconscientemente apoiam os sistemas de opressão", buscando, assim, uma *práxis* socialmente fundamentada em teoria. (CRILLY, 2019, p. 83, tradução minha).

Tal lente permite analisar a ideia de neutralidade profissional e institucional, as estratégias para promoção de espaços e os programas com perspectivas que vão ao encontro dos princípios da justiça social para grupos marginalizados na sociedade, tais como as comunidades sem-teto e transitórias, a população LGBTQIA+, os povos negros e indígenas, refugiados e solicitantes de asilo, entre outros. Promove ainda reflexões sobre a catalogação crítica e as

teorias críticas da Biblioteconomia que colaboram para que essa lente se amplie e se transforme em ações dentro das práticas bibliotecárias (TURBITT, 2018).

A partir da teoria crítica, "que visa revelar os sistemas de dominância e opressão inerentes ao neoliberalismo" (WILSON, 2019, p. 35), a Biblioteconomia Crítica evidencia tensões dentro da Biblioteconomia na medida em que confronta bibliotecárias(os) e bibliotecas para refletirem sobre seus papéis nas estruturas de dominação simbólica e colonização epistêmica dentro das sociedades.

Dentro desse movimento nasceram grupos e eventos. O #CritLib (abreviação de Biblioteconomia Crítica, em inglês), grupo criado por bibliotecárias(os), baseia-se nos princípios de justiça social nas bibliotecas e visa discutir perspectivas críticas sobre a prática bibliotecária e as relações com as desigualdades estruturais, o capitalismo e os regimes de supremacia branca. Sua atuação acontece desde 2014, no *Twitter*, a partir da *hashtag* #critlib, pela qual evoca discussões sobre os fundamentos teóricos da competência em informação no ensino superior (CRITLIB, 2019; DOYLE, 2018; NICHOLSON; SEALE, 2018). No entanto,

> Apesar de uma agenda declaradamente ativista e voltada para a justiça social, a critlib - como pelo menos um espaço de discussão *online* - foi criticada por ser inacessível, excludente, elitista e desconectada da prática em Biblioteconomia, do conhecimento acadêmico e do terreno de organização para mudanças socioeconômicas e políticas. Ao mesmo tempo, a Biblioteconomia Crítica pode estar se tornando institucionalizada, simultaneamente legitimando seu poder de fazer mudanças e impedi-las. Como Nora Almeida aponta, "é possivelmente essa mesma tensão - entre cumplicidade e resistência, entre pertencer e alteridade -

> que melhor define... #critlib. (NICHOLSON; SEALE, 2018, p. 2).

No que concerne aos eventos, desde 2015, vários *workshops* de Biblioteconomia, simpósios e "desconferências[12]" críticas pensando diversos setores foram realizados. Dentre eles, posso citar o *Critical Librarianship in Higher Education*[13], elaborado pela *Virginia Library Association* e realizado em 2019; o *Critical Librarianship & Pedagogy Symposium* realizado na Universidade do Arizona no ano de 2018[14], com o tema "Poder e resistência na pedagogia da biblioteca"; e o *The Critical Librarianship in Practice: 2017 Unconference @UW Libraries*[15] cujo enfoque também esteve na Biblioteconomia Crítica, dessa vez promovido pela *University of Washington* e apoiado por diversas instituições[16], sob o tema de "Biblioteconomia crítica na prática". Este último evento se inspirou nas "desconferências" do #CritLib

[12] Traduzida livre do inglês *unconferences.*

[13] Informações retiradas do site do evento: VIRGINIA LIBRARY ASSOCIATION. **2018 VLACRL Spring Program**: Critical Librarianship in Higher Education. Williamsburg, VA, 2018. Disponível em: https://vla.memberclicks.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1022:2018-vlacrl-spring-program--april-12&catid=21:latest-news&Itemid=298. Acesso em: 10 jul. 2019.

[14] Informações do site do evento: 2018 CRITICAL LIBRARIANSHIP & PEDAGOGY SYMPOSIUM. **#claps2018**. Tucson, AZ: University of Arizona, 2018. Disponível em: https://claps2018.wordpress.com/. Acesso em: 12 jul. 2019.

[15] Informações obtidas no *site* do evento: CRITICAL LIBRARIANSHIP IN PRACTICE: 2017 Unconference @UW Libraries. **What is the Critical Librarianship in Practice: 2017 Unconference @UW Libraries?** Washington, DC: University of Washington, 2017. Disponível em: https://sites.google.com/a/uw.edu/2017unconference/registration-test. Acesso em: 12 jul. 2019.

[16] Entre as organizações patrocinadoras do evento estavam: *The Association of Librarians of the University of Washington* (ALUW), *Central Washington University Libraries*, *UW Libraries Diversity Advisory Committee*, *Library Juice Press*, and the *University of Washington Libraries' Teaching & Learning Group.*

para oferecer palestras-relâmpago e rodas de discussão de maneira rápida e divertida, visando examinar desigualdades estruturais oriundas do patriarcado, capitalismo e da supremacia branca imperialista. Para as pessoas da organização do evento, fazer uma "prática crítica é reconhecer, descrever e desafiar estruturas de poder, bem como negociar relações de poder que são (re)produzidas por meio da institucionalização da informação" (CRITICAL LIBRARIANSHIP IN PRACTICE..., 2017, s.p.).

Na literatura, a Biblioteconomia Crítica foi julgada por ser de natureza mais filosófica e estar desconectada da prática. Isso se deve à falsa separação entre teoria e prática, que deixa de relacionar tais categorias na atuação bibliotecária. Na compreensão de Kenny Garcia, bibliotecário da *California State University*[17], a Biblioteconomia Crítica se encontra "dentro de uma estrutura teórica crítica de natureza epistemológica, autorreflexiva e ativista" (GARCIA, 2015, s.p., tradução minha).

Na prática profissional, a Biblioteconomia Crítica está sendo aplicada nas várias ações e tarefas realizadas por bibliotecárias(os) e docentes em Biblioteconomia. Conforme Garcia (2015, s.p., tradução minha):

> Além da competência crítica em informação, bibliotecários acadêmicos e funcionários da biblioteca estão desafiando as concepções retrógradas da identidade de gênero na catalogação, desenterrando arquivos sobre ativistas da AIDS e trans negros *queer*, pesquisando a falta de representação de mulheres, meninas, pessoas e culturas em mecanismos de busca comerciais, documentando microagressões na Biblioteconomia e desenvolvendo um kit de ferramentas de padrões de diversidade

[17] Universidade do Estado da Califórnia (Tradução minha).

> para bibliotecas acadêmicas e bibliotecários.

Considerar que o exercício profissional está atrelado às convicções pessoais – as quais interferem na prática – também é importante para retirar a "política da praticidade" (NICHOLSON; SEALE, 2018), há muito adotada na Biblioteconomia. A ideia de praticidade se encontra inexoravelmente vinculada às alegações de neutralidade ainda defendidas por muitos profissionais. É dentro desse discurso de neutralidade na biblioteca e na prática bibliotecária que se propagam os ideais de supremacia branca (MATIAS; DIANGELO, 2013; DIANGELO, 2016), as microagressões (THURBER; DIANGELO, 2018), privilégio branco (MCINTOSH, 1988, 1989a,b, 1998; LIPSITZ, 2009), racismo (TATUM, 1992) e branquitude (BLACKBURN, 2015; GALVAN, 2015; HUDSON, 2017; SCHELESSELMAN-TARANGO, 2017).

O movimento da Biblioteconomia Progressista possui como referência atual a *Progressive Librarians Guild (PLG)* [18], criada em 1990, por bibliotecárias(os) que se encontravam preocupadas(os) com a profissão, especialmente, por suas alianças com a indústria da informação, assim como a aceitação acrítica do "serviço a um *status quo* político, econômico e cultural inquestionável" (PROGRESSIVE LIBRARIANS..., 2017, s.p.). O PLG se autodenomina como "de esquerda", e busca estar dentro e fora das organizações de bibliotecas oficiais como a *American Library Association* (ALA).

A Biblioteconomia Progressista é definida pelo grupo como aquela que exige o entendimento de que as bibliotecas são para o povo, e é por meio desse fato que é possível tornar a sociedade civil independente (PROGRESSIVE LIBRARIANS..., 2017a). Bibliotecárias(os) progressistas são definidos como aquelas(es) que:

[18] Pode ser traduzida como Organização de Bibliotecárias(os) Progressistas.

> [...] acreditam que as bibliotecas são, ou podem ser - ou devem ser - defensoras - e facilitadoras - do "direito de saber" do público, de seu direito de acesso a todo o capital cultural socialmente produzido que, historicamente, através dos tempos, foi, na maior parte, criado, distribuído, acumulado, apropriado, organizado com base em formas sociais baseadas, em última análise, na exploração, manutenção violenta da injustiça, desigualdade estrutural, privação de direitos por atacado, mas que, no entanto - ou talvez, por isso, dado o preço que foi pago - e mesmo nesta era "democrática", ainda está sendo pago - representem, como "registro humano", nosso patrimônio comum, coletivo e precioso legado humano (ROSENZWEIG, 2000, s.p., tradução minha).

Conforme Mark Rosenzweig – cofundador da PLG e Conselheiro da ALA – ser um(a) bibliotecário(a) progressista é lutar pela garantia de direitos e meios de acesso às informações, assim como considerar olhares “alternativos sobre questões sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais [...] quer estejamos falando de bibliotecas públicas, escolares, universitárias ou governamentais” (ROSENZWEIG, 2000, s.p., tradução minha).

Os integrantes do PLG rejeitam a noção de neutralidade biblioteconômica, assim como se opõem à mercantilização da informação, a qual transforma bens comuns de informação em bens privados e comercializáveis. Entendem, ainda, que as ações executadas por bibliotecárias(os), tais como catalogação, indexação, política de desenvolvimento de coleções, o serviço de referência, a automação de bibliotecas, entre outros, incorporam escolhas políticas por parte da(o) profissional que realizará as atividades e oferecimento de serviços (PROGRESSIVE LIBRARIANS..., 2017a).

As bibliotecas são entendidas como partes das infraestruturas culturais e educacionais de sociedades democráticas, agindo como atores institucionais que preservam e atuam pela continuação da democracia. Para existir uma sociedade democrática, no entanto, é preciso admitir a existência de pontos de resistência e terrenos ainda a serem debatidos, como a branquitude, privilégio branco, racismo, sexismo, entre outros (ROSENZWEIG, 2000).

Bibliotecas só irão atingir seu pleno potencial quando incluírem pautas e debates de lutas sociais vigentes e historicamente reivindicadas, tais como as barreiras de acesso às populações marginalizadas, incluindo as diversas formas de exclusão social e as historicamente criadas com base em raça, classe, gênero, etnia, idade, condição física, orientação sexual, níveis de desenvolvimento, posição na economia global, entre outros. Tais barreiras e formas de exclusão devem ser identificadas e analisadas e, posteriormente, desmanteladas para que as bibliotecas possam oferecer acesso pleno e garantia de direito à informação para todas as pessoas (ROSENZWEIG, 2000). Como uma importante ação desse movimento, posso citar o *Progressive Librarian: A journal for Critical Studies and Progressive Politics in Librarianship*, definido pelo PLG como "um fórum para perspectivas críticas em Biblioteconomia e Ciência da Informação", cuja primeira edição foi publicada em 1990. O referido periódico publica "artigos, resenhas de livros, bibliografias, relatórios e documentos que exploram perspectivas progressistas sobre Biblioteconomia e questões de informação" (PROGRESSIVE LIBRARIAN..., 2017b, s.p. tradução minha).

A Biblioteconomia Radical tem, entre os seus demarcadores, a criação do Coletivo de Bibliotecários(as) Radicais (*Radical Librarians Collective* - RLC) no ano de 2013. O coletivo cresceu de forma orgânica a partir de conversas (presenciais e via *Twitter*) e interesses em comum de funcionários de bibliotecas. Entre as preocupações discutidas pelos integrantes estava o aumento da mercantilização das bibliotecas, o neoliberalismo crescente e as atitudes

gerenciais dentro da profissão, assim como a dizimação dos sistemas de bibliotecas públicas (RADICAL LIBRARIANS..., 2018a).

A partir da organização de sete pessoas integrantes e suas discussões, foi elaborado o primeiro encontro nacional do Coletivo de Bibliotecárias(os) Radicais intitulado *Radical Library Camp*[19], realizado em Bradford, Inglaterra, no ano de 2013. A realização do evento se deu em formato de "desconferências", pensando as bibliotecas a partir de uma perspectiva radical (RADICAL LIBRARIANS..., 2018a). Para que pessoas de diversos lugares pudessem participar do evento, foi criada uma conta no *Twitter* @radicallibs e realizado um encontro *online* por intermédio de *e-mail*, *hangouts* e *Wikispaces*.

O coletivo é constituído de comitês (semipermanentes e temporários) com membros que auxiliam na distribuição e realização de tarefas, sem uma estrutura hierárquica. Dentre os comitês semipermanentes, encontram-se os de administração e finanças (RADICAL LIBRARIANS..., 2018b). A partir daí as reuniões passaram a ser realizadas de forma constante, sempre com comissões organizadoras temporárias para eventos e compostas por quaisquer pessoas, mesmo não sendo bibliotecárias. Em 2015, o Coletivo lançou o *Journal of Radical Librarianship*, definido como um "periódico de acesso aberto, o qual publica trabalhos acadêmicos de alta qualidade, rigorosamente revisados e inovadores no campo da Biblioteconomia Radical" (JOURNAL OF RADICAL..., 2019, s.p., tradução minha). Seu escopo aceita trabalhos que contribuam para um "discurso em torno da biblioteca crítica e da teoria e prática da informação" (JOURNAL OF RADICAL..., 2019, s.p., tradução minha). Dentre os temas de enfoque, podemos citar política e justiça social, direitos digitais, teoria

[19] Informações sobre o 1º Evento estão disponíveis aqui: https://rlc.radicallibrarianship.org/previous-gatherings/bradford-28-09-2013/. O RCL utiliza o EvenBrite para registrar suas informações; o endereço é: https://www.eventbrite.co.uk/o/radical-librarians-collective-8013359592

antirracista, análise crítica de raça e estudos anticoloniais, equidade, diversidade e inclusão, pedagogia crítica.

c) Estudos Críticos da Branquitude em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI)[20]

Nas últimas décadas, pesquisadores(as) e bibliotecários(as) têm buscado a compreensão do porquê as bibliotecas são concebidas como *espaços brancos* e, especialmente, porque a área da Biblioteconomia é representada por mulheres brancas e maioria das pessoas bibliotecárias na administração de bibliotecas são homens brancos (BEILIN, 2017, HONMA, 2005). O exemplo mais óbvio da branquitude está nos livros que fazem parte dos acervos de nossas bibliotecas. Apesar da luta pelo protagonismo e representatividade de vozes negras no campo literário ser algo que tem aumentado nas produções de livros nos últimos anos, quando nos deparamos com os dados apontados pela pesquisadora Regina Dalcastagnè – que há mais de 15 anos estuda a literatura brasileira contemporânea – percebemos que os protagonistas e coadjuvantes em romances são, em sua maioria, brancos, homens, classe média, heterossexuais e pertencentes a grandes cidades (DALCASTAGNÈ, 2012). Em recente estudo escrito por Gustavo Tanus e Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus, no qual os autores investigaram os acervos das bibliotecas públicas estaduais brasileiras visando identificar a presença de autores e autoras negras de literatura afro-brasileira, foi constatado que os acervos das bibliotecas públicas são predominantemente compostos por autores do sexo masculino, com diferença significativa entre autores homens e autoras mulheres dependendo da região na qual a biblioteca se localizava. Os autores da pesquisa constataram ainda que as bibliotecas públicas estaduais são compreendidas como aparelhos

[20] Não irei me ater em especificar a branquitude em todas suas facetas, somente apresentar uma breve introdução.

ideológicos do estado à medida que mantêm a estrutura dominante de propagação do pensamento hegemônico em seus acervos (TANUS; TANUS, 2020).

Para entender como bibliotecas e a Biblioteconomia organizam, representam e constroem conhecimento visando reproduzir a branquitude e a supremacia racial branca, foram criados os *Critical Whiteness Studies in LIS* (Estudos críticos da Branquitude em Biblioteconomia e Ciência da Informação – BCI) (BEILIN, 2017). Seu intuito é olhar criticamente e problematizar como a branquitude tem impactado no campo e na profissão (HONMA, 2017).

Oriundos dos campos da Antropologia e dos Estudos Culturais nos Estados Unidos, os Estudos Críticos da Branquitude tiveram início na BCI por volta de 2001. A bibliotecária de origem dominicana, Isabel R. Espinal, foi uma das pioneiras nessa corrente. Em seu artigo publicado em 2001, intitulado *A New Vocabulary for Inclusive Librarianship: Applying Whiteness Theory to our profession*[21], argumentou que "a menos que abordemos a branquitude, a menos que a identifiquemos e nomeemos, muitos dos problemas que nos atormentam coletivamente e individualmente como bibliotecários de cor continuarão" (ESPINAL, 2001, p. 132-133, tradução minha). Para a autora, existem problemas que a Biblioteconomia precisa resolver visando atender à proposta da inclusão da diversidade na área e na profissão. Um dos maiores problemas apontados pela autora está no baixo número de pessoas negras e outros pertencimentos étnico-raciais, em bibliotecas, como usuárias e como bibliotecárias, o qual é decorrente da constituição do campo enquanto uma *profissão branca*. Esse obstáculo não poderá ser resolvido a menos que se enfrente a branquitude na Biblioteconomia e em bibliotecas. Ao aplicar a Teoria da Branquitude oriunda da Antropologia, acredita ser possível revelar como a branquitude se desenvolve na área e entender as atitudes,

[21] Um Novo Vocabulário para Biblioteconomia Inclusiva: aplicando a Teoria da Branquitude à nossa profissão (Tradução minha)

comportamentos e práticas institucionais e de grupos de profissionais (ESPINAL, 2001).

A bibliotecária, escritora e historiadora afro-canadense, Jody Nyasha Warner, também foi protagonista da abordagem da branquitude em BCI no início dos anos 2000. Em seu artigo *Moving Beyond Whiteness in North American Academic Libraries*[22], a autora elabora uma crítica à cultura universitária, ainda predominantemente branca, masculina e de classe média (WARNER, 2001). Para Warner, pessoas de pertencimentos étnico-raciais que não o branco e de culturas não-dominantes possuem dificuldades de adaptação à universidade, pois têm que se acostumar a uma cultura acadêmica que não as representa, ao mesmo tempo em que tentam se manter em contato com a história e cultura negras (WARNER, 2001). Podem se sentir desconfortáveis ao contatar um(a) bibliotecária(o) da biblioteca universitária, haja vista que, por serem negros(as), sentirão que estão sob a "ameaça do estereótipo" (STEELE; ARONSON, 1995) e "correm o risco de confirmar um estereótipo negativo sobre seu grupo" (STEEEL; ARONSON, 1995, p. 797). Ainda, podem sofrer o peso do racismo no tratamento recebido por bibliotecárias(os) brancas(os), já que estudos citados pela autora relataram que pessoas negras recebem piores tratamentos em organizações do que pessoas brancas (WARNER, 2001).

O cenário das bibliotecas estadunidenses continua a apresentar enormes lacunas no número de bibliotecárias e bibliotecários negros e de outros pertencimentos étnico-raciais não-brancos, bem como nos serviços destinados às comunidades negras, latinas e asiáticas (ESPINAL, 2001). Chris Bourg, em seu artigo *The unbearable whiteness of librarianship*[23] apresenta, por intermédio da análise de dados da *ALA Diversity Counts*, como existe uma completa falta de diversidade étnico-racial e de gênero na Biblioteconomia.

[22] Indo além da brancura em bibliotecas acadêmicas norte-americanas (Tradução minha)
[23] A insuportável brancura da Biblioteconomia (Tradução minha)

Conforme o autor, a análise de composição racial de bibliotecárias(os) nos Estados Unidos demonstrou que o grupo étnico-racial branco faz parte do maior número de profissionais. Na profissão bibliotecária, pessoas brancas representam 88% das(os) bibliotecárias(os), em detrimento a outros pertencimentos étnico-raciais, pois somente 5% são afro-americanos, 3% são asiáticos, 3% são latinos e menos de 1% são nativos americanos (BOURG, 2014a,b). Ainda dentro da Biblioteconomia, identificou que a área é composta em sua maioria (80%) por mulheres, no entanto, elas compõem somente 58% da diretoria de bibliotecas. Os dados de programas de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação analisados demonstraram que pessoas negras, latinas e asiáticas representam 4% das(os) mestrandas(os), enquanto 71% são mestrandas(os) brancas(os) (BOURG, 2014 a,b).

Apesar dos contextos supracitados se relacionarem aos estudos feitos nos Estados Unidos, reflito que no Brasil o contexto é semelhante em alguns pontos, sobretudo por estarmos em uma sociedade estruturalmente racista, branca, elitista, da qual a universidade se espelha – e, consequentemente, isso resulta numa epistemologia, formação e atuação em Biblioteconomia branco-centradas. Tal estrutura se reflete, por exemplo, no número de pessoas negras bibliotecárias em bibliotecas; pessoas bibliotecárias negras em situação de desempregabilidade; pessoas negras como universitárias, pesquisadoras ou docentes em Biblioteconomia; bibliotecárias(os) negras(os) respeitadas(os) como intelectuais no campo dos estudos étnico-raciais; a inclusão das questões étnico-raciais e das culturas e histórias negras na formação em BCI, entre outros.

No campo internacional, há diversos autores e autoras bibliotecárias que estão refletindo sobre a branquitude em BCI, dos quais posso elencar Gina Schlesselman-Tarango, David James Hudson, Todd Honma, Rachel Shaw e Ian Beilin. No Brasil, embora esteja em maior desenvolvimento em áreas como Psicologia, Ciências Sociais e Educação, os Estudos Críticos da Branquitude ainda se encontram em

desenvolvimento dentro do campo biblioteconômico-informacional. O primeiro artigo especificamente discutindo a Branquitude foi publicado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação de 2018, intitulado *A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial*[24] escrito por Daniella Pizarro, Gustavo Saldanha e por mim, no qual discutimos as questões relacionadas ao impacto da branquitude na formação bibliotecária (SILVA; SALDANHA; PIZARRO, 2018, 2019).

Apesar de termos um grande caminho a construir nos Estudos Críticos de Branquitude em BCI no contexto brasileiro, entendo que é necessário o enfoque em pessoas brancas bibliotecárias, visto que, a partir da sua atuação e formação, assim como ideais e referenciais brancos, podemos reproduzir a branquitude e a suposta supremacia racial branca como normas em ambientes de atuação profissional bibliotecária e, como consequência, realizar exclusões de populações marginalizadas e em situações de vulnerabilidades dentro de bibliotecas e na Biblioteconomia.

d) Biblioteconomia Negra Americana

A luta dos grupos não-hegemônicos pelo direito à biblioteca e à informação também faz parte da Biblioteconomia, como podemos perceber no último – mas não menos importante – movimento dessa seção, o da *Black Librarianship* (BL) ou Biblioteconomia Negra Americana, cujo início aconteceu no século XIX.

Antes de 1850 não havia treinamento formal para trabalhar em bibliotecas nos Estados Unidos, o que existia era a aprendizagem com mentores mais experientes sobre o livro,

[24] Posteriormente, este artigo foi ampliado e publicado no segundo volume do livro "Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações", disponível no *link*: https://drive.google.com/file/d/1MrMK__o1qiX4VlN5ZS0tW2pwDScHlsmD/view

as bibliotecas, seu propósito e funcionamento. Assim, a maioria das pessoas que aprendiam a profissão que futuramente se chamaria de Biblioteconomia foram sujeitos brancos e homens (SMITH, 2020).

A partir do *library movement*, iniciado em 1876, teve início a Biblioteconomia como profissão com a criação da *American Library Association* (ALA), do *American Library Journal* e da publicação da Classificação Decimal de Dewey. Com a expansão desse movimento pela biblioteca, aumentou também o interesse pela formação em Biblioteconomia. No entanto, a segregação racial, o difícil acesso dos grupos étnico-raciais marginalizados às bibliotecas, a inexistência ou inadequação de coleções e serviços de bibliotecas para negros e minorias étnicas, assim como a falta de escolas de Biblioteconomia para formação de afro-americanos na área e a desatenção por parte da ALA para com profissionais negros, tornaram-se motivos de manifestações e reinvindicações por parte de movimentos sociais pelos direitos civis, de bibliotecárias(os) negras(os) e de ativistas antirracistas. Nesse sentido, organizações e sujeitos desempenharam importantes papéis ao moverem bibliotecas e associações de bibliotecas ao encontro da igualdade racial e irem contra a segregação racial existente nos Estados Unidos (JOSEY; SCHOCKLEY, 1977; JOSEY; DELOACH, 2000; LIPSCOMB, 2004, 2005; SILVA, 2019; SILVA; SALDANHA, 2019).

O racismo, os códigos de privação de direitos e as leis de segregação impuseram à população afro-americana um sistema rígido de segregação racial oficialmente sancionada em todos os setores de suas vidas, inclusive no acesso à biblioteca pública. A maioria das bibliotecas, antes da década de 1960, privaram as pessoas negras de acessarem informações que precisavam para adquirirem conhecimentos e realizarem mudanças sociais em suas comunidades (AMERICAN LIBRARY..., 2018).

Para se ter ideia de como as estruturas de segregação racial eram fortes, somente 20 anos depois de ser criada a ALA é que Edward C. Williams ingressou como primeiro bibliotecário negro na Associação. Dentro de uma sociedade

segregada, a formação e atuação bibliotecária se tornaram algo de difícil acesso para pessoas afro-americanas. Conforme Jessie Carnie Smith (2018), no sul segregado, exceto por poucas posições em faculdades e bibliotecas públicas, não havia muitas possibilidades onde pessoas negras bibliotecárias pudessem trabalhar.

Para Satia Orange (2018), no início dos anos 1990, a ALA e a profissão bibliotecária não buscavam realmente incluir afro-americanos e outros grupos étnico-raciais. Embora tivessem pessoas negras e bibliotecárias em Conselhos da ALA, isso não garantia a prestação de serviços necessários às comunidades negras e de outros grupos. Em muitos casos, a ALA participou ativa e passivamente da privação de direitos de bibliotecárias(os) afro-americanas(os) no que concerne ao fornecimento de recursos de sua associação profissional. Ainda mais, aceitou como membros bibliotecas públicas americanas racialmente segregadas quando deveria ter se rebelado contra esse sistema de injustiça e restrição de direitos básicos (como biblioteca e informação) impostos aos grupos étnico-raciais marginalizados na sociedade americana (AMERICAN LIBRARY..., 2018; UNITED STATES, 2008, 2009).

Com a ação de líderes negros em lugares decisórios como E. J. Josey, Clara Stanton Jones, Albert P. Marshall e Virginia Lacy Jones, ao final dos anos 1990, a ALA foi demandada a pensar e agir intencionalmente em prol do fornecimento de bibliotecas, livro e informação aos diferentes grupos étnicos (AMERICAN LIBRARY..., 2018; UNITED STATES, 2008, 2009).

Existiram elementos (autores antirracistas, bibliografias produzidas por bibliotecários afro-americanos, escolas de Biblioteconomia para formação de bibliotecários negros, criação de associações e incentivo à participação de bibliotecários negros na ALA, estímulo à formação em Biblioteconomia, entre outros aspectos) que consolidaram a *Black Librarianship* dos Estados Unidos da América enquanto movimento pelas causas sociais e educacionais de Bibliotecárias(os) negras(os) americanas(os) (SILVA, 2019). No campo epistemológico, vários foram os estudos da

Biblioteconomia Negra Americana que evidenciaram a atuação bibliotecária em prol da diversidade, equidade e o direitos humanos (WRAY, 1977); (re)conhecimento de bibliotecárias(os) negras(os) pioneiras(os) e contemporâneas(os), suas contribuições intelectuais e profissionais para a construção da Biblioteconomia Negra americana (JORDAN; JOSEY, 1977; JORDAN, 1977); a discussão sobre os sistemas de dominação patriarcal, colonial, privilégios e branquitude (BEILIN, 2017, HUDSON, 2017, HONMA, 2005); as associações e organizações profissionais bibliotecárias e suas contribuições para a luta antirracista (CALDWELL, 1977; JOSEY, 1977a; LEWIS, 1977; MARSHALL, 1977; ROBINSON, 1977); as escolas de Biblioteconomia e a formação de bibliotecárias(os) negras(os) (CAMPBELL, 1977; WATT, 1977; JOSEY, 1977b), assim como outras pesquisas.

3 PENSAMENTO NEGRO NA BIBLIOTECONOMIA NEGRA BRASILEIRA

No Brasil, embora exista desde o começo da profissão bibliotecária no país, apenas recentemente tornou-se (re)conhecida a Biblioteconomia Negra Brasileira, movimento intelectual, profissional e bibliográfico que abarca desde a formação e atuação profissional até reflexões teórico-epistemológicas produzidas por pessoas negras, assim como as pesquisas sobre questões étnico-raciais e população negra dentro do campo biblioteconômico-informacional (SILVA, 2019; SILVA; SALDANHA, 2019).

Para fins de recorte devido ao espaço disponível para este capítulo, irei apresentar alguns enfoques epistemológicos e de pesquisa de bibliotecárias(os) negras(os) no campo biblioteconômico-informacional. Embora nem todas as pessoas negras bibliotecárias possuam como enfoque as questões étnico-raciais, é possível perceber como estão construindo saberes e epistemologias plurais para pensar criticamente o campo a partir do eixo sul-sul.

3.1 BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ALGUNS OLHARES[25]

No que concerne às discussões e produções científicas produzidas no campo biblioteconômico-informacional, podemos evidenciar como emblemáticos desse movimento de bibliotecárias(os) negras(os) do Brasil, os livros: a) *Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política* (SILVA; LIMA, 2018) publicado em 2018 pela Editora da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), o qual "indica novas estratégias para enfrentamento histórico do racismo nos marcos da ampliação da presença negra no campo da Ciência da Informação e áreas correlatas" (MOURA, 2018a, p. 12); b) *Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia* (BARROSO et al., 2019), cuja reunião de textos evidenciam os olhares epistêmicos de bibliotecárias(os) negras(os) que discutem as relações raciais interligadas com gênero, sexualidade, informação e comunicação; c) *Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações* (SILVA; LIMA, 2019), o qual é "uma grande 'onda negra' de informações potentes a respeito da temática étnico-racial, manifestada numa profícua produção de conhecimentos afro-orientados, no campo da Ciência da Informação" (BORGES, 2019, p. 9); d) *Mulheres negras na Biblioteconomia* (SILVA, 2019), é uma obra que visa

> [...] contribuir para um crescente movimento de pesquisadoras e pesquisadores negros de demarcar e fortalecer o seu espaço na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, bem como consolidar a importância da luta antirracista e do

[25] Essa apresentação não pretende ser exaustiva, somente apresentar alguns bibliotecários e bibliotecárias negras e suas discussões no campo biblioteconômico-informacional.

> respeito à diversidade étnico-racial e cultural" (ALVES, 2019, p. 7).

Ainda sob essa perspectiva, evidenciamos a produção da bibliotecária Francilene Cardoso, cuja dissertação de mestrado intitulada *Biblioteca Pública na (re) construção da identidade negra* - da qual se originou o livro *O negro na Biblioteca* publicado em 2015 - promoveu a discussão sobre o negro, a biblioteca pública e seu papel na construção da identidade étnico-racial em pessoas negras (CARDOSO, 2011; 2015). Além disso, essa autora discutiu, em sua tese, o Estado, a necropolítica e o genocídio da juventude negra no nosso país (CARDOSO, 2018).

As publicações solo de Mirian de Albuquerque Aquino (2010, 2013, 2015), assim como aquelas realizadas com seus orientados e orientadas, Leyde Klébia Rodrigues da Silva, Jobson Francisco Silva Junior, Vanessa Alves Santana e Ronhely Pereira Severo, também são importantes materiais para a desconstrução do pensamento colonizador do campo. Em seus artigos, abordaram a informação étnico-racial, a construção identitária de pessoas negras dentro do ambiente acadêmico, a exclusão da população afro dos lugares de produção de conhecimento (AQUINO; SILVA JUNIOR; SEVERO, 2014); práticas profissionais e informação étnico-racial em bibliotecas (AQUINO; SANTANA, 2014); música, comunidades virtuais e a construção da identidade afrodescendente (SILVA JUNIOR; SILVA; AQUINO, 2014a); movimento negro e comunicação (SILVA JUNIOR; SILVA, AQUINO, 2014b); fontes de informação, movimento negro e informação étnico-racial (SILVA; AQUINO, 2014); produção do conhecimento sobre o negro em repositórios digitais (AQUINO et al., 2013), entre outras abordagens. Enfatizo ainda as pesquisas de Leyde Klébia Rodrigues da Silva[26], vinculadas à epistemologia social e feminismo negro, e de

[26] Informações obtidas no currículo lattes da autora: http://lattes.cnpq.br/9855397515537899

Jobson Francisco Silva Junior, relacionadas à identidade negra, funk e mediação da informação étnico-racial[27].

Nos estudos da História do Livro e das Bibliotecas, destaco a professora e bibliotecária da Biblioteca Nacional, Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro, cujas produções estão vinculadas à memória (PINHEIRO, 2020), livros raros e coleções especiais (PINHEIRO, 2019, 2017, 2016a,b, 2015), Brasil colonial, livro e leitura (PINHEIRO, 2000a,b).

Na Organização do Conhecimento (OC), destaco a bibliotecária e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Aparecida Moura, com especial destaque para sua colaboração à organização social do conhecimento, pelo olhar crítico destinado ao papel dos sistemas de organização do conhecimento como potenciais vetores discursivos e institucionais da classificação social por gênero, vinculado aos processos de circulação da informação e do conhecimento (MOURA, 2018b). Suas publicações e enfoques de pesquisa são direcionados ainda à semiótica aplicada aos estudos informacionais, análise de redes sociais também aplicadas a estes estudos, linguagem, gêneros digitais e formação discursiva, organização da informação em ambientes colaborativos, identidade e cultura popular[28], entre outros temas.

Ainda dentro da OC, o bibliotecário e professor da Universidade Federal do Maranhão, Márcio Ferreira da Silva, pesquisa em sua tese a representação de religiões de matriz africana na Classificação Decimal de Dewey (CDD), com enfoque crítico para a Umbanda (SILVA, 2018). Suas produções abordam ainda a representação do negro em sistemas de organização do conhecimento (SILVA; ALMEIDA, 2017) e as temáticas sobre negros e negras na Ciência da Informação (ORTOLAN et al., 2017).

[27] Informações obtidas no currículo lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/1440366714960339

[28] Informações coletadas no currículo lattes da professora Maria Aparecida Moura, pelo *link*: http://lattes.cnpq.br/3179079966117749

A bibliotecária Graziela dos Santos Lima, cuja dissertação teve como foco os cabeçalhos de assuntos de estudos africanos e afro-brasileiros (LIMA, 2016), possui estudos sobre Tesauro Afro-brasileiro (LIMA; KROEFF; RIBEIRO JUNIOR, 2014), legislação, questões étnico-raciais e a biblioteca (CARDOSO; LIMA, 2018), bibliotecas especializadas da temática étnico-racial (CARDOSO; LIMA, 2012; CARDOSO; GARCÊS; LIMA, 2014; CARDOSO et al., 2015a,b) e, atualmente, tem discutido a organização e representação da informação e do conhecimento vinculadas aos Estudos Africanos e da Diáspora.

No campo da Competência em Informação, destaco a professora da Universidade Federal de Minas Gerais e bibliotecária, Ana Paula Meneses Alves, cujas pesquisas estão vinculadas à competência em informação em bibliotecas universitárias (ALVES, 2015), competência e o uso ético da informação na produção científica (ALVES, 2015), inovação e competência em informação em redes acadêmicas (SANTOS et al., 2015), entre outros.

Ana Claudia Borges Campos, bibliotecária e docente na Universidade Federal do Espírito Santo, também merece destaque por sua contribuição nos estudos da Gestão da Informação e do Conhecimento, processos de disseminação da informação, assim como planejamento em unidades informacionais[29].

No que se refere aos estudos de *e-scienc*e e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação em nosso país, destaco a bibliotecária Valdinéia Barreto Ferreira, cujo enfoque de pesquisa se relaciona às políticas públicas para fomento científico, tecnológico e de inovação, assim como o *e-science* relacionado à melhoria e fortalecimento de laboratórios e grupos de pesquisa em ambientes de colaboração (FERREIRA, 2018).

[29] Informações retiradas do currículo lattes da professora Ana Cláudia Borges, disponíveis no *link*: http://lattes.cnpq.br/7352681814129799

No que concerne às bibliotecas e espaços de informação, destaco Elisângela Gomes, bibliotecária que aborda a Afrocentricidade – teoria idealizada por Molefi Kete Asante – para a promoção da equidade racial dentro da biblioteca (GOMES, 2016). O professor e bibliotecário, Erinaldo Dias Valério, tem discutido sobre informação étnico-racial e movimentos sociais negros (VALÉRIO, 2014) e relações raciais e formação política do bibliotecário para tal (VALÉRIO, 2018). Juntamente com a bibliotecária Dávila Maria Feitosa da Silva, esse autor já produziu sobre descolonização do fazer bibliotecário (SILVA; VALÉRIO, 2018); informação étnico-racial e os seus usos para uma participação cidadã (VALÉRIO; SILVA, 2018), além de discutir as relações raciais vinculadas à Biblioteconomia (VALÉRIO; SILVA, 2018).

A bibliotecária Sandra Regina Fontes tem buscado evidenciar a educação das relações étnico-raciais na biblioteca escolar, de forma a promover o conhecimento sobre autoras e autores negros que podem ser inseridos dentro das unidades de informação e bibliotecas escolares, para a promoção da identidade étnico-racial da população negra (FONTES, 2019; FONTES; MARTINS FILHO, 2018).

Bruno Almeida foi o bibliotecário que examinou o papel dos Centros de Referência LGBTQIA+ como espaços de informação, cultura e cidadania (SANTOS, 2018), assim como o silenciamento de Carolina Maria de Jesus na bibliografia (SANTOS; SILVA; LUBISCO, 2019).

A bibliotecária e professora Andreia Sousa da Silva defendeu sua dissertação sobre Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e o contexto informacional (SILVA, 2018; SILVA; KARPINSKI, 2018). Suas pesquisas versam ainda sobre diversidade étnica na biblioteca e a Lei Federal n.º 10.639/2003 (SILVA; FONTES, 2017), bem como estudos vinculados a movimentos associativos e à Biblioteconomia catarinense.

Nos estudos de Usuários, destaco a produção da professora da Universidade Federal de Minas Gerais e bibliotecária, Gláucia Aparecida Vaz, que possui pesquisas sobre estudos de usuários e práticas informacionais em

arquivos, assim como, sobre leitura, literatura, representatividade negra na mídia e políticas educacionais antirracistas[30].

Assim, os autores e as autoras supracitados têm buscado refletir sobre o campo biblioteconômico-informacional para desconstruir o saber hegemônico como norma da ciência, visando dar vazão a outras vozes e saberes de sujeitos deixados às margens da produção científica dentro da BCI. Ademais, mesmo quando não abordam questões étnico-raciais, seus corpos negros reforçam o pertencimento da população negra aos espaços universitários e das bibliotecas e, de certa forma, suas atuações e reflexões teóricas retiram da população branca a unicidade no direito ao conhecimento e à formação universitária, o que consequentemente promove a descolonização desses espaços historicamente brancos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste texto, a classe bibliotecária pode estabelecer movimentos de luta ou contribuir para fortalecimento dos mesmos, seguindo seu compromisso ético-político de disponibilização de informações para o público, ao mesmo tempo em que propõe debates críticos sobre *para que* e *para quem* a biblioteca e a profissão bibliotecária servem. Dentro e fora da Biblioteconomia, a pessoa bibliotecária pode exercitar o pensamento crítico, desenvolver habilidades de aprendizagem e alfabetização da informação, assim como se envolver com a diversidade epistêmica e étnico-racial, ética da informação, liberdade acadêmica, direitos humanos, justiça social, entre outros temas relevantes para nossa sociedade. Na união entre movimentos por direitos e discussões políticas, educacionais

[30] Informações retiradas do currículo lattes da professora Gláucia Aparecida Vaz, disponíveis no link: http://lattes.cnpq.br/3514849083614884

e econômicas, as bibliotecas são fomentadoras de ideias e argumentação, assim como componentes essenciais no processo de emancipação popular.

Ao se retirar da equação a ideia de neutralidade, tanto da(o) bibliotecária(o) quanto da biblioteca, possibilitamos que os mesmos tenham que assumir sua responsabilidade frente às críticas sociais e ao ordenamento social vigente, que ainda privilegia certos grupos étnico-raciais e sociais em detrimento de outros. Além disso, sem o discurso da imparcialidade, não há como justificar o descomprometimento com a mudança social, educacional e política da comunidade e do contexto na qual está inserida(o).

Sermos capazes de avaliar as contribuições bibliotecárias para atendimento das necessidades de informação dos diversos públicos é o que definirá como serão superadas as desigualdades socioeconômicas, informacionais, educacionais e de acesso, e como serão expandidos valores como justiça social, democracia e equidade étnico-racial, nas sociedades contemporâneas.

Demonstrei também que existem epistemologias e pesquisas realizadas por grupos colocados em situação de subalternidade na produção do conhecimento, em diversos lugares do globo, além de elucidar que os estudos críticos e de diversos enfoques, para além do étnico-racial, fazem parte da Biblioteconomia Negra Brasileira. O que se espera é que o fazer científico leve em conta outras formas de saber e que as perspectivas que buscam a criticidade, a inclusão, o respeito à diversidade e à pluralidade de pensamentos, sejam evidenciadas na Biblioteconomia contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de Doutorado para autora deste capítulo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; GOMES, H. T. (Org.). **Crítica pós-colonial**: panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. **Ensaios APB**, São Paulo, n. 15, 1995.

ALVES, A. P. M. Prefácio. *In:* SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2019.

ALVES, A. P. M. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 208 p.

ALVES, A. P. M. Competência em informação para a gestão da mudança nas bibliotecas universitárias. **Biblos** (Rio Grande), v. 29, p. 38-54, 2015.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Resolution to Honor African Americans Who Fought Library Segregation. *In:* **2018 ALA Annual Conference**, Chicago, 2018.

AQUINO, M. A. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social** (Impresso), v. 3, p. 25-35, 2010.

AQUINO, M. A. A inclusão étnico-racial na era da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, p. 61-75, 2013.

AQUINO, M. A.; SILVA, L. K. R.; SANTANA, S. R.; OLIVEIRA, T. F. C; SEVERO, R. P. Produção de conhecimento sobre negros e negras em repositório digital na UFPB: acesso/democratização. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, p. 96-107, 2013.

AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, p. 17-36, 2014.

AQUINO, M. A.; SILVA JUNIOR, J. F.; SEVERO, R. P. Imagens de exclusão de negros/as em produção de conhecimento em universidades públicas. **PontodeAcesso** (UFBA), v. 7, p. 78-92, 2014.

AQUINO, M. A. A construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 7, p. 136-160, 2015.

ARAÚJO, A. V. F. **Sobre a eminência e o eco da Bibliografia:** nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARROS, D. Resenha Epistemologias do Sul. S.l.: Ideias, 2011.

BARROSO, D. et al. (Orgs.). **Epistemologias Negras**: relações raciais na Biblioteconomia. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2019. v. 1. 312 p.

BLACKBURN, Fiona. The intersection between cultural competence and whiteness in libraries. **In the library with lead pipe**, Nova York, 01 dec. 2015. Disponível em: http://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2015/culturalcompetence/ Acesso em: 15 jan. 2020.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre)

BORGES, A. C. Prefácio. *In:* SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2019.

BOURG, C. The unbearable whiteness of librarianship. **Feral librarian**, 3 march 2014. https://chrisbourg.wordpress.com/2014/03/03/the-unbearable-whiteness-of-librarianship/

BOURG, C. Lack of diversity by the numbers in librarianship and in book stuff. **Feral librarian**, 22 february 2014. https://chrisbourg.wordpress.com/2014/02/22/lack-of-diversity-by-the-numbers-in-librarianship-and-in-book-stuff/

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

CARDOSO, F. C. Racismo e necropolítica: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 949-967, 2018.

CARDOSO, P. J. F.; SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S.; COSTA, A. Utilização do Facebook como meio de divulgação de fontes de informação pela Biblioteca de Referência NEAB/UDESC. **Revista ACB**, v. 20, p. 34-40, 2015a.

CARDOSO, P. J. F.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; LIMA, G. S. Os Interagentes da Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena. **Revista ACB**, v. 20, p. 452-462, 2015b.

CARDOSO, P. J. F.; GARCÊS, F. C.; LIMA, G. S. Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013. **Revista ACB**, v. 19, p. 102-110, 2014.

CARNEIRO, S. Epistemicídio. **Portal Geledés**, São Paulo, 04 set. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/epistemicidio/ Acesso em: 22 ago. 2019.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998a.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998b. (Prismas)

CRITICAL LIBRARIANSHIP IN PRACTICE: 2017 Unconference @UW Libraries. What is the Critical **Librarianship in Practice: 2017 Unconference @UW Libraries?** Washington, DC: University of Whashington, 2017. Disponível em: https://sites.google.com/a/uw.edu/2017unconference/registration-test Acesso em: 12 jul. 2019.

CRITLIB: critical librarianship, in real life & on the twitters. **About/Join the discussion**. S.l., 2019. Disponível em: http://critlib.org/about/ Acesso em: 20 nov. 2019.

CRILLY, J. A reflexive lens: critical librarianship at UAL. **ARLIS**, v. 44, n. 2, p. 83-91, 2019.

COPE, J. Four theses for Critical Library and Information Studies: a manifesto. **Journal of Critical Library and Information Studies**, n. 1, p. 1-8, 2017. DOI: 10.24242/jclis.v1i1.30.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIANGELO, R. **What does it mean to be white?** Developing white racial literacy. New York: Peter Lang, 2016.

DOYLE, A. Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, v. 4, n. 1, p. 25-33, 28 dez. 2018.

ESPINAL, Isabel. A New Vocabulary for Inclusive Librarianship: Applying Whiteness Theory to Our Profession. *In:* CASTILLHO-SPEED, Lillian, et al. **The Power of Language/El poder de la palabra**: selected papers from the Second REFORMA National Conference. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001. p. 131-152.

ESPINAL, Isabel; SUTHERLAND, Tonia; ROH, Charlotte. A Holistic Approach for Inclusive Librarianship: Decentering Whiteness in Our Profession. **Library Trends**, v. 67, n. 1, p. 147-162, 2018.

FERREIRA, V. B. **E-science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2018. 256 p.

FIGUEIREDO, N. M. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, 1992.

FONTES, S. R.; MARTINS FILHO, L. Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares. *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. 1. Ed. Florianópolis, SC: ACB, 2018.

FONTES, S. R. **Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis**: olhares e percursos. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALVAN, Angela. Soliciting Performance, Hiding Bias: Whiteness and Librarianship. **In the Library with the Lead Pipe**, Nova York, 03 jun. 2015. Disponível em: http://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2015/soliciting-performance-hiding-bias-whiteness-and-librarianship Acesso em: 20 jan. 2020.

GARCIA, K. Kepping up with... Critical Librarianship. **ACRL**: Association of College & Research Libraries, 2015. Disponível em: Acesso em: http://www.ala.org/acrl/publications/keeping_up_with/critlib15 nov. 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago., 2006

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação,** Campinas, 23(1): 5-14, jan./abr., 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

GOMES, E. O ensino de Biblioteconomia e as relações étnico-raciais. *In:* SPUDEIT, Daniela. F. A. de O.; PEREIRA, Danielle B.; LOBÃO, Irajayna de S. L.; DAVID, Jéssica G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia.** São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação, **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

HENK, M. Occupy Libraries: Guerrilla Librarianship for the People. **Occupy Wall Street Library**, Nova York, 28 october 2011. Disponível em: https://peopleslibrary.wordpress.com/2011/10/28/occupy-libraries-guerrilla-librarianship-for-the-people/ Acesso em: 20 jan. 2020.

HENK, M. What is Critical Librarianship? *In:* LITWIN, R. Mandy Henk's Hikuwai Event: What is Critical Librarianship? **Litwin Books & Library Juice Press**, 21 april 2016. Disponível em: https://litwinbooks.com/mandy-henks-hikuwai-event-what-is-critical-librarianship/

HONMA, Todd. Trippin' Over the Color Line: The Invisibility of Race in Library and Information Studies. **InterActions**: UCLA Journal of Education and Information Studies, v. 1, n. 2, 2005.

HONMA, T. Foreword. *In:* SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (Ed.). **Topographies of Whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento: Library Juice Press, 2017.

HOUNTOUNDJI, P. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008.

HUDSON, D. J. The whiteness of practicality. *In:* SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (Ed.). **Topographies of Whiteness**: Mapping Whiteness in Library and Information Studies. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 203-234.

KAYSER, E. Aníbal Quijano e a crítica latino-americana à colonialidade do poder, por Erick Kayser. **GGN**: O jornal de todos os Brasis. S.L. 28 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TNwrSW>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JORDAN, C. L. African American Forerunners in Librarianship. *In*: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JORDAN, C. L. African American Forerunners in Librarianship. *In*: JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (ed.). **Handbook of black librarianship**. 2. nd. ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

JORDAN, C. L.; JOSEY, E. L. A Chronology of Events in Black Librarianship. *In*: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY; E. J. Black Caucus of the American Library Association. *In:* JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977a.

JOSEY; E. J. The future of the Black College Library. *In:* JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977b.

JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (ed.). **Handbook of black librarianship**. 2. nd. ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

JOURNAL OF RADICAL LIBRARIANSHIP. **About the journal**. S.l., 2019.

LANDER, E.(Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

LEWIS, L. S. Georgia Teachers and Education Association, Librarians' Section. *In:* JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (ed.). **Handbook of black librarianship**. 2. ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

LIMA, G. S.; CARDOSO, P. Disseminando a igualdade: um balanço da biblioteca de referência sobre diversidade cultural - BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010). **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 17, p. 105-117, 2012.

LIMA, G. S.; KROEFF, M. S.; RIBEIRO JUNIOR, D. I. Tesauro afro-brasileiro: uso estratégico para organização e recuperação de informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LIMA, G. S. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da

Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2016.

LIPSITZ, G. Libraries & Memories: beyond White privilegie. **Progressive Librarian**, n. 32, p. 3-9, 2009.

LIPSCOMB, C. E. Race and librarianship: part I. **Journal of the Medical Library Association**, v. 92, n. 3, p. 299-301, July 2004.

LIPSCOMB, C. E. Race and librarianship: part II. **Journal of the Medical Library Association**, v. 93, n. 3, p. 308-310, July 2005.

MACHADO, J. V. S. M. Para (re) pensar a América Latina: a vertente descolonial de Walter D. Mignolo. **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica. Ano III, n. 5, 2014.

MARSHALL, A. P. North Carolina Negro Library Association. *In:* JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (ed.). **Handbook of black librarianship**. 2. nd. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

MATIAS, C. E.; DIANGELO, R. Beyond the face of face: emo-cognitive explorations of White neuroses and racial cray-cray. Educational foundations, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2013.

MCINTOSH, P. **White privilegie and male privilegie**: a personal account of coming to see correspondences through work in Women's Studies. Wellesley, MA: Wellesley Centers for Women, 1988.

MCINTOSH, P. White privilege: unpacking the invisible knapsack. **Peace and freedom magazine**, p. 10-12, 1989a.

MCINTOSH, P. "White privilege: unpacking the invisible knapsack" and "some notes for facilitators". **SEED**: the National SEED Project, s.p., 1989b.

MCINTOSH, P. White Privilege, color and crime: a personal account. *In:* MANN, C. R.; ZATZ, M. S. **Images of color, images of crime**: readings. Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Company, 1998.

MCLEMEE, S. Guerrilla Librarians in Our Midst. **Inside Higher Ed**, Washington, DC, 2 november 2011. Disponível em: https://www.insidehighered.com/views/2011/11/02/essay-librarians-occupy-movement Acesso em: 20 nov. 2019.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolononial. Barcelona, Gedisa Editorial, 2007. 241 p.

MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

MOURA, M. A. Prefácio. *In:* SILVA, F. C. G. da.; LIMA, G. dos S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018a.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em revista**, v. 14, p. 118-135, 2018b.

MOTTA, P. M. R.; BARROS, N. F. Crítica Pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas. **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n. 5, maio 2016.

NICHOLSON, K. P.; SEALE, M. Introduction. *In:* NICHOLSON, K. P.; SEALE, M. (Eds.). **The Politics of Theory and the Practice of Critical Librarianship**. Sacramento: Library Juice Press, 2018. p. 1-18.

PINHEIRO, A. V. Memórias de interação e solidariedade da Museologia e da Biblioteconomia em tempos de exceção. **Revista Museu**, v. esp., p. 1-1, 2020.

PINHEIRO, A. V. Biblioteca-Museu do passado no presente, e o futuro do livro raro. **Revista Museu**, v. 1, p. 1-1, 2019.

PINHEIRO, A. V. Hiperconectividade e difusão de coleções especiais em bibliotecas e museus. **Revista Museu**, v. 1, p. 1-1, 2018.

PINHEIRO, A. V. A Typographia Silva Serva na Biblioteca Nacional: catálogo de livros raros. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 132, p. 9-75, 2016.

PINHEIRO, A. V. Clássicos do acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 133-134, p. 143-193, 2016.

PINHEIRO, A. V. Livros raros de Biblioteconomia. **Chronos** (UNIRIO), v. 7, p. 100-119, 2015.

PINHEIRO, A. V. A Real Bibliotheca e a leitura no Brasil dos oitocentos. Leitura. **Teoria & Prática**, Campinas, v. 19, n. 35, p. 99-111, 2000.

PINHEIRO, A. V.; PINHEIRO, J.C. Joaquim Silvério dos Reis: aspectos contábeis do Brasil colonial [2ª parte]. **Jornal de Contabilidade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 283, p. 318-324, 2000.

PINTO, A. A. O profissional da informação como agente de (des)colonialidade do saber. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB): A Responsabilidade Social da Ciência da Informação, 10. 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

PROGRESSIVE LIBRARIANS GUILD. **Who we are**. Nova York, 2017a.

PROGRESSIVE LIBRARIANS GUILD. **Progressive librarian**: about. Nova York, 2017b.

OCCUPY WALL STREET LIBRARY. **About**. Nova York, 2013. Disponível em: http://peopleslibrary.wordpress.com/2011/10/28/occupy-librariesguerrilla-librarianship-for-the-people/ Acesso: 20 jan. 2020.

ORANGE, Satia. Interview. *In:* LANDGRAF, G. **Blazing Trails**: pioneering african-american librarians share their stories. American Libraries, 2 jan. 2018. Disponível em: https://americanlibrariesmagazine.org/2018/01/02/blazing-trails/ Acesso em: 10 jan. 2020.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação - v. 5, n. 5, out. 2004.

ORTOLAN, L. P. V.; SILVA, M. F.; ALVES, R. C. V.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira. **Biblionline**, v. 123, n. 3, p. 14-29, 2017.

OTLET, P. (1868–1944). **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PINHEIRO, L. V. R. Do Instituto Internacional de Bibliografia ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: as bibliografias como memória do conhecimento e reflexões das ideias de Otlet no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 63 - 85, maio./ago. 2015.

RADICAL LIBRARIANS COLLECTIVE. **Who is RLC?** S.l, 2018. Disponível em: https://rlc.radicallibrarianship.org/who-is-rlc/

RADICAL LIBRARIANS COLLECTIVE. A history of the Radical Librarians Collective. S.l, 2018. Disponível em: https://rlc.radicallibrarianship.org/about-2/history-of-rlc/

REIS, M. N.; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço acadêmico**, n. 202, p. 1-11, mar. 2018

RENDÓN-ROJAS, M. Á. Epistemologia de la Ciência de la Informacíon: objeto de estudo y principales categorias. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012.

ROBERTSON, T. Critical Librarianship: an interview with Toni Samek. **TaraRoberton.ca**, 13 nov. 2007.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. *In:* CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (Orgs.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

ROSENZWEIG, M. C. What progressive librarians believe. **Progressive Librarian Guild**, 2000.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, C. A; ALVES, A. P. M; LANZI, L. A. C; CIOCCA, I. G; SANTOS, V. C. B. Inovação e competência em informação no âmbito de redes acadêmicas de conhecimento: uma reflexão sobre as bibliotecas universitárias e a formação continuada do profissional da informação. *In:* BELUZZO, R. C. B.; FERES, G. G; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p. 171-214.

SANTOS, A. P. L.; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013.

SANTOS, B. A.; SILVA, F. C. G.; LUBISCO, N. M. L. A bibliografia do esquecimento: por que silenciamos a produção literária de Carolina Maria de Jesus? *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, ANCIB, 2019.

SANTOS, B. A. **Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1996.

SCHOCKEY, K. Intellectual Freedom Is Not Social Justice: The Symbolic Capital of Intellectual Freedom in ALA Accreditation and LIS Curricula. **Progressive Librarian**, n. 44, p. 101-110, 2016.

SCHLESSELMAN-TARANGO, G. Critical Librarianship in a Post-Truth Age. **Library Faculty Publications**, v. 36, s.p., 2017.

SILVA, A. S.; LUCAS, E. R. O. O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 83-96, 2006.

SILVA, A. S.; KARPINSKI, C. Contexto informacional dos núcleos de estudos afro-brasileiros: analisando o facebook como uma fonte de informação étnico-racial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 276-294, nov. 2018.

SILVA, A. S. **Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional**: análise sobre o facebook como uma fonte de informação étnico-racial. 2018. 243 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

SILVA, D. F.; VALÉRIO, E. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. 1. Ed. Florianópolis, SC: ACB, 2018.

SILVA, F. C. G; LIMA, G. S. L. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis, SC: ACB, 2018.

SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2019. 614 p.

SILVA, F. C. G. **Representações Sociais acerca das Culturas Africana e Afro-Brasileira na Educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 521 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, F. C. G. A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** (Online), v. 15, p. 144-182, 2019b.

SILVA, F. C. G.; PIZARRO, D. C.; SALDANHA, G. S. As Temáticas Africana e Afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, p. 1-21, 2017.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, pensamento crítico e meio social. *In:* SPUDEIT, D. F. A. de O.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de. S. L.; DAVID, J. G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S.; PIZARRO, D. C. A Branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Notas teórico-críticas sobre um ensino no âmbito do preconceito racial. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL; ANCIB, 2018.

SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2019. v. 1. 340 p.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019.

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. **Transinformação**, v. 26, p. 203-212, 2014.

SILVA, M. F. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD**: uma análise crítica da umbanda. 2018. 220 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C. C. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017.

SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010.

SILVA JUNIOR, J. F.; SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Comunidades virtuais de música como subsídio para a construção da identidade afrodescendente. **Perspectivas em Ciência da Informação (Online)**, v. 19, p. 75-89-89, 2014a.

SILVA JUNIOR, J. F.; SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Gêneros digitais: expandindo a comunicação no movimento negro da paraíba. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, p. 242-268-268, 2014b.

SILVA, S. J. Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas. **Civitas,** Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 510-513, jul.-set. 2015.

SMITH, K. 13 Pioneering Black American Librarians you oughta know. **Book riot**, 8 maio 2020.

STEELE, C. M.; ARONSON, J. Stereotype Threat and the intellectual test performance of African Americans. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 5, p. 797-811, 1995.

TATUM, B. D. Talking about Race, Learning about Racism: The Application of Racial Identity Development Theory in the Classroom. **Harvard Eduational Review**, v. 62, n. 1, p. 1-24, 1992.

THURBER, A.; DIANGELO, R. Microaggressions: intervening in three acts. **Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work**, v. 27, n. 1, p. 17-27, 2018.

TURBITT, S. ALIA Sydney's Saturday School of Critical Librarianship. **Australian Library and Information Association**, Sydney, 24 oct. 2018. Disponível em:

https://membership.alia.org.au/events/event/alia-sydneys-saturday-school-of-critical-librarianship. Acesso em: 20 jan. 2020.

UNITED STATES. Cong. House. **Apologizing for the Enslavement and Racial Segregation of African-Americans**. 110th Cong. 2nd sess. H. Res. 194. (2007-2008). 154 Cong. Rec. H7224. Washington: GPO, 2008. Disponível em: https://www.govtrack.us/congress/bills/110/hres194/text Acesso em: 23 jan. 2020.

UNITED STATES. Cong. Senate. **Apologizing for the Enslavement and Racial Segregation of African-Americans**. 111th Cong. 1st sess. S. Res. 26. (2009-2010). 155 Cong. Rec. S6761. Washington: GPO, 2009. Disponível em: https://www.congress.gov/111/bills/sconres26/BILLS-111sconres26es.pdf Acesso em: 23 jan. 2020.

VALÉRIO, E. D. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação**: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2014.

VALÉRIO, E. D; SILVA, D. M. F. Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri – UFCA. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 13, n. 1, 2018.

WATT, A. S. School libraries and black american children. *In:* JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage, **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WILSON, S. The politics of theory and the practice of critical librarianship. **Journal of Intellectual Freedom and Privacy**, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.journals.ala.org/index.php/jifp/article/view/6786/9517. Acesso em: 10 jan. 2020.

WRAY, W. Library services to black americans. *In*: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

COLONIALIDADE DO SABER E DEPENDÊNCIA EPISTÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

A profissão bibliotecária brasileira teve seu início com o primeiro curso de Biblioteconomia criado em 1911 no Rio de Janeiro, oferecido pela Biblioteca Nacional, e o segundo curso em São Paulo, criado em 1929 e oferecido pelo *Mackenzie College*, atual Instituto Mackenzie. O primeiro curso era oriundo da vertente francesa da *École National de Chartes* com uma perspectiva humanística; e o segundo advinha do modelo de ensino estadunidense, o qual insere uma abordagem tecnicista voltada para processos de organização de serviços de informação (GUIMARÃES, 1997; CASTRO, 2000; SOUZA, 2009). A partir destes, outros cursos foram criados e implementados no país seguindo tais vertentes:

> As transformações indicadas no ensino da Biblioteconomia no Brasil ganharam uma influência cada vez mais intensiva do pensamento anglo-americano após os anos 1960. A partir dali, multiplica-se o afastamento de uma crítica social então crescente, via um liberalismo humanista, que possuía Jesse Shera (1977) e seu conceito de epistemologia social, estabelecido junto de Margaret Egan nos anos 1950, como uma das forças refratárias a um tecnicismo acrítico. (SILVA; SALDANHA; PIZARRO, 2017, p. 6).

Ao analisar o histórico do ensino de Biblioteconomia examinado pelos estudiosos brasileiros como Francisco das Chagas de Souza, César Augusto Castro, Carlos Alberto Ávila Araújo, José Augusto Chaves Guimarães, percebemos que a ênfase dada ao currículo é para a perspectiva eurocentrada e norte-americanizada. Em muitos aspectos, as questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade e acessibilidades foram deixadas às margens ou mencionadas sem muita profundidade, mesmo o Brasil sendo um país latino-americano de dimensões continentais com especificidades que precisariam ser consideradas ao se desenvolver pesquisas, formar profissionais e exercer a profissão.

O histórico da profissão bibliotecária brasileira nos mostra que a maioria das disciplinas, estudos e escolas são voltadas para a discussão ou replicação de estudos e teorias oriundos do norte do globo, e retirou do seu escopo a construção de teorias, pesquisas, elaboração de currículos e epistemologias sobre diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e acessibilidades, urgentes debates no século XXI.

Especificamente relacionado às questões étnico-raciais, desenvolvi minhas pesquisas de graduação e mestrado voltadas para a compreensão de *como* acontece e *se* acontece a inserção da história, cultura e autorias negras no ensino de Biblioteconomia (SILVA, 2019a,b). Os resultados obtidos a partir da análise, tanto dos currículos e instrumentos normativos, quanto nas percepções levantadas pelos docentes entrevistados de cursos presenciais de Biblioteconomia de instituições brasileiras federais e estaduais demonstraram o despreparo para atuar com tais discussões no que concerne à produção intelectual e científica, à história e culturas das populações negras, entre outros aspectos. Além disso, as pesquisas evidenciaram o desconhecimento do aparato legislativo que corroboraria para a ampla discussão e inserção das questões étnico-raciais no currículo, como também o baixo conhecimento sobre epistemologias, teorias e perspectivas oriundas de bibliotecárias(os) e profissionais da informação negras(os)

que contribuíram para a construção do campo biblioteconômico-informacional como hoje conhecemos. Outro ponto de destaque está na evidência da branquitude dentro dos discursos, assim como a consciência de ser uma pessoa docente branca na Biblioteconomia, que por estar em lugar de privilégio e poder, não possui a dimensão de como opera o sistema que a insere como norma e exclui todos aqueles que não fazem parte desse padrão. Como consequência, o que se apresenta no contexto brasileiro são perspectivas que colaboram com a exclusão de populações negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outras que se encontram à margem da sociedade dentro da construção crítica de conhecimentos da área, assim como no exercício da profissão bibliotecária (SILVA, 2019a,b).

Os estudos sobre a problemática da educação relacionada com aspectos culturais, sociais e étnico-raciais têm sido desenvolvidos com maior afinco no Brasil e no continente latino-americano nas últimas décadas. Embora tenhamos na construção histórica do campo a produção da Biblioteconomia Negra, tanto brasileira quanto a americana, e demais produções que buscam compreender amplamente a questão racial e consciência ético-política na área, ainda é necessária uma educação em Biblioteconomia que evidencie o pensamento, a produção e o olhar de profissionais negros e de outros pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2019a,b).

Nesse sentido, a hipótese que apresento neste capítulo é de que: por um lado, a docência e pesquisa em Biblioteconomia estão imbricadas da colonialidade do saber, a qual evidencia perspectivas euro-norte-americanizadas de fazer ciência e exercer a profissão bibliotecária. Por outro lado, reflito que docentes e pesquisadores(as) colaboram (mesmo que de forma inconsciente) para a manutenção da colonialidade do poder[31] (QUIJANO, 1997), a partir do uso de

[31] Agustín Lao-Montes entende que o conceito de colonialidade do poder cunhado por Aníbal Quijano "revela o emaranhado de quatro processos históricos: em primeiro lugar, a ascensão do capitalismo

elementos que constituem o padrão mundial de poder capitalista do século XXI. Tais elementos – que advêm do colonialismo, imperialismo e eurocentrismo (PORTO-GONÇALVES, 2005) – operam via dependência epistêmica, epistemicídio e hierarquização étnico-racial da população presente no mundo e influenciam nos diversos âmbitos da sociedade, nas subjetividades e imaginários socialmente construídos (QUIJANO, 2000). Tal colonialidade do saber colabora para a propagação de discursos do mito da meritocracia, do mito da democracia racial, do epistemicídio do pensamento negro na área, do racismo (em suas várias facetas) e da branquitude dentro do campo. Assim, o objetivo deste texto é apresentar a discussão sobre como a colonialidade do saber e dependência epistêmica operam na Biblioteconomia no contexto brasileiro. Para tal, apresento um Modelo Conceitual criado para explicar esses fenômenos e culminar no estabelecimento de uma Biblioteconomia Crítica Antirracista e Decolonial. Embaso minha reflexão a partir de teóricos das Ciências Sociais, Políticas, Biblioteconomia e Ciência da Informação para discutir os elementos que colaboram para a manutenção do pensamento colonial, dependência epistêmica, racismo, branquitude, mito da democracia racial e da meritocracia na área.

histórico baseado na exploração do capital através de uma série de formas de trabalho; em segundo, a reorganização de corpos políticos inicialmente como estados-nação inseridos em relações desiguais de dominação imperial/colonial; em terceiro, a emergência de modernas hierarquias de classificação e estratificação raciais e étnicas correspondentes à reconstituição das hierarquias de gênero; e em quarto lugar, a criação e institucionalização de racionalidades e estruturas eurocêntricas de conhecimento" (LAO-MONTES, 2000, p. 90).

2 A MANUTENÇÃO DA COLONIALIDADE DO SABER NA BIBLIOTECONOMIA: UM OLHAR A PARTIR DOS PILARES DA BRANQUITUDE, RACISMO E EPISTEMICÍDIO

O poder é um fenômeno que opera pela presença da dominação, exploração e conflito. O padrão histórico de poder afeta as áreas básicas da existência em sociedade e se expressa pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, das subjetividades e intersubjetividades (QUIJANO, 2002).

Compreendido como a tomada empírica dos territórios, o Colonialismo se mantém historicamente por suas diversas formas de dominar e excluir os sujeitos. A colonização é uma forma de opressão e dominação das pessoas no âmbito social, via economia, cultura, política, saúde e educação (QUIJANO, 2002). As práticas sociais, o sentido da vida e o conhecimento se encontram submetidos à colonização social, pois mesmo com processos de emancipação política dos países colonizados, estes ainda carregam em suas estruturas o pensamento colonizador (BRUNO, 2019).

Os estudos decoloniais são definidos como "um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade" (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 4). A decolonialidade busca dissolver estruturas de dominação e exploração que constituem a colonialidade. A colonialidade se refere à colonização do saber e do imaginário social, sendo considerada um dos elementos que compõem o padrão de poder capitalista mundial (QUIJANO, 2000, 2002). Ancora-se no conceito de raça utilizado como justificativa pelo sistema religioso, científico e capitalista do século XVIII para produzir a hierarquização e classificação de pessoas em grupos étnico-raciais e sociais, algo que embora não se sustente cientificamente, ainda perdura até hoje no imaginário social (QUIJANO, 2002).

Embora etimologicamente a raça "cria" o racismo, corroboro com o pensamento Ta-Nehisi Coates (2015a,b) que afirma ser o racismo quem originou a raça, não o contrário. Para o autor:

> [...] raça é filha do racismo, não a mãe. E o processo de nomear "o povo" nunca foi uma questão de genealogia e fisionomia, mas de hierarquia. A diferença de tonalidade e cabelo é antiga. Mas a crença na preeminência do tom e do cabelo, a noção de que esses fatores podem organizar corretamente uma sociedade e de que eles significam atributos mais profundos, indeléveis – essa é a nova ideia no coração dessas novas pessoas que foram criadas irremediavelmente, tragicamente, enganosamente, acreditando que elas são brancas (COATES, 2015a, p. 7, tradução minha).

Ou seja, grupos elitizados de um determinado pertencimento étnico-racial (branco) – especialmente os do norte do globo – necessitavam garantir a manutenção de seus privilégios e poder, e utilizaram da religião e da ciência da época para hierarquizar as pessoas em grupos étnico-raciais e separá-las pela diferença de cor de sua pele, assim como características e estética do seu cabelo. Dessa forma, garantiria-se a exploração e dominação de populações denominadas "outras" e se manteria o sistema capitalista em pleno funcionamento. Dentre os vários sistemas colonialistas de exploração em prol do capitalismo – embasado em teorias racistas para exploração de determinados povos –, encontra-se o sistema escravista. Durante mais de 300 anos, o Brasil utilizou de mão de obra de africanos escravizados e seus descendentes para construir a sociedade brasileira e garantir o desenvolvimento da elite.

A sociedade brasileira é oriunda de um sistema que promove o racismo em todos os âmbitos. No campo do ensino

e produção acadêmica do país não é diferente. As universidades de países que foram colonizados não estão isentas de refletirem o racismo presente na sociedade e nem de propagarem o pensamento colonial (BRUNO, 2019).

O racismo é estruturante e estruturador das relações em sociedade e se manifesta em diferentes formas: racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), racismo epistêmico (GILROY, 2001; CARNEIRO, 2005; GROSFOGUEL, 2007; SILVA; SILVA; RODRIGUES; CASSIANO, 2020), racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019), racismo recreativo (MOREIRA, 2018), só para nomear algumas facetas.

O racismo epistêmico se encontra presente nas estruturas que hierarquizam o conhecimento produzido e o classificam como superior ou inferior dependendo de quem o produz e o pensa. A atribuição de inferioridade ao conhecimento produzido por grupos marginalizados está inter-relacionada às teorias racistas embasadas na religião e na ciência, que justificaram a exploração, dominação e atribuição de uma suposta baixa inteligência a pessoas negras e indígenas (GROSFOGUEL, 2016; BRUNO, 2019). Conforme Honma (2005), não é preciso demonstrações abertas de racismo dentro da universidade, pois os sistemas de reprodução da força ideológica da branquitude se expandem para todos os aparatos da academia, e dessa forma, fomentam o racismo estrutural por intermédio de elementos regulatórios (burocracia, regras e regulamentos) que excluem e restringem a participação de pessoas pertencentes a grupos raciais que estão à margem.

Por consequência, foram excluídas epistemes oriundas de diversos povos não-brancos, apropriou-se de conhecimentos, riquezas e saberes produzidos por continentes e países colonizados, e criou-se narrativas e epistemologias imbuídas de aparente universalidade (haja vista os métodos, padrões, procedimentos e conceitos criados), que corroborassem para a manutenção do privilégio epistêmico de grupos dominantes (GROSFOGUEL, 2016; SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018; BRUNO, 2019).

A dependência epistêmica[32] e colonialidade do saber também se fazem presentes na Biblioteconomia, haja vista o histórico de construção do campo a partir de vertentes estadunidense e europeias. Sobretudo, chama minha atenção a escolha que foi feita sobre qual Biblioteconomia seria inserida no nosso país, especialmente quando já existia a Biblioteconomia Negra Americana, a qual responderia melhor às problemáticas sociais, educacionais e étnico-raciais do Brasil em virtude da maioria da população brasileira (negra!)

[32] John Hardwig (1985, p. 336) infere que *dependência epistêmica* se relaciona à "lógica, ou estrutura epistêmica de um apelo à autoridade intelectual e a maneira como tal apelo constitui uma justificativa para acreditar e saber". Vinculada à dependência epistêmica, está a inferioridade epistêmica (no que concerne àquilo que o especialista sabe), na qual dizemos que alguém é leigo ou não tem autoridade para abordar, pesquisar ou discutir algum assunto, pois é inferior em conhecimento ao especialista. Seguindo essa lógica, existem pessoas consideradas cientistas, pesquisadoras e expertas que são respeitadas em determinada área do conhecimento, e aquelas que são consideradas leigas ou objetos de estudos, e que não poderiam estar em um lugar de produtoras de conhecimento e autoridade intelectual. Pensando a Biblioteconomia, podemos refletir como a dependência epistêmica se apresenta quando atribuímos a pesquisadores brancos de países europeus e americanos a autoridade na produção científica daquilo que conhecemos e construímos enquanto ciência bibliotecária, dos quais utilizamos suas reflexões para embasar nossa produção na área em detrimento daquela produzida, por exemplo, por pessoas do continente africano, latino-americano e caribenho, haja vista que essas últimas não são compreendidas como detentoras de conhecimento e de independência epistemológica. Aqui, percebe-se tal dependência epistêmica não apenas no apelo à autoridade, mas também pelos privilégios imateriais e simbólicos que transformaram grupos étnico-raciais brancos dominantes como criadores de conhecimento forjados por anos de revisionismo histórico sobre nossa história como humanidade, a partir do momento que aquele quem conta é quem se beneficia das dominações, opressões e epistemicídios imputados aos diversos grupos sociais e étnico-raciais não-brancos.

que aqui se encontrava e pela existência do racismo em ambos contextos: o americano e o brasileiro (SILVA, 2019a,b). No entanto, na história da Biblioteconomia brasileira, esse movimento foi desconsiderado nas reflexões de teóricos do campo, que em diferentes momentos da história trouxeram epistemologias, ideias, práticas e replicaram o que já estava sendo realizado no norte global colonial, mas se abstiveram de direcionar um novo olhar e evidenciar epistemes criadas a partir dos conhecimentos presentes nos povos à margem da sociedade.

No campo biblioteconômico-informacional brasileiro, narrativas e pensamento coloniais se apresentam de forma evidente. A começar pela estrutura que define quem produz e publica o conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (historicamente, pessoas pertencentes ao grupo étnico-racial branco). Tal estrutura mantém o monopólio do pensamento "branco" de fazer ciência que serve a projetos imperiais/coloniais/patriarcais (GROSFOGUEL, 2016), assim como regula os canais de comunicação científica do campo, via avaliação por pares pertencentes ao grupo racial dominante, muitas vezes, imbuídos da ideia de meritocracia, crença no mito da democracia racial e de projetos neoliberais de sociedade. Dessa forma, rechaçam ou desqualificam conhecimentos, projetos e perspectivas que propunham outras formas de justiça social e outras epistemologias oriundas *de* ou *sobre* grupos à margem da sociedade.

Quando reflito como tais elementos operam, posso citar como exemplo um pesquisador ou pesquisadora que estuda aspectos sociais e étnico-raciais na Biblioteconomia e Ciência da Informação, e que teve artigos ou projetos seus recusados por periódicos científicos, agências ou organizações sob o discurso de ter feito uma produção panfletária, vitimista ou militante, mesmo quando utilizou de embasamento teórico, métodos e procedimentos científicos. E quantos desses pesquisadores posteriormente submeteram o mesmo artigo ou projeto a outro periódico, agência ou instituição e o mesmo foi aceito? Ah, mas aí,

pessoa leitora, ao ler este capítulo você poderá argumentar comigo de que talvez o material não responderia ao escopo do primeiro periódico, agência ou organização, certo? Será que foi isso? Será que uma pessoa pesquisadora não saberia interpretar regras existentes em escopos de periódicos ou editais de seleção? Ou estamos somente buscando respostas para como a dependência epistêmica e o racismo epistêmico influenciam nos campos da sociedade, inclusive no biblioteconômico-informacional?

Minha outra reflexão de como o pensamento colonial e sua estrutura se encontram presentes na Biblioteconomia está vinculada à baixa expressão de docentes negros e negras em cursos de graduação em Biblioteconomia e de pós-graduação em Ciência da Informação, assim como a falta de (re)conhecimento de intelectuais e pesquisadores negros e negras do campo, mesmo os internacionais. Apesar da criação de cotas raciais[33,34], que possibilitaram a entrada de pessoas negras no ensino superior, a representatividade da população

[33] Conforme Maria Aparecida Clemêncio (2019, p. 151): "A política de ações afirmativas, na modalidade de cotas, é resultado de muitos anos de luta do movimento negro e indígena e de diferentes grupos da sociedade civil brasileira, em defesa da escola pública e gratuita. Contou também com o apoio de universidades, de governos e do poder judiciário. Foi um processo lento, marcado por várias resistências. A Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2002) e a Universidade de Brasília – UnB (2004), foram pioneiras na implantação das cotas no ensino superior federal. Vale dizer, que somente posterior a uma decisão do Superior Tribunal Federal, em 2012, é aprovada a Lei 12.711/2012, que permitiu o ingresso por meio de cotas em instituições Federais de Ensino (médio e graduação)".

[34] O artigo *Inserção da etnia negra no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina a partir das ações afirmativas,* de Vera Lucia Rodrigues Barbosa, Marisa Bräscher Basilio Medeiros, Marli Dias de Souza Pinto e Priscila Machado Borges Sena citam que existiram Projetos de Lei que defendiam ações afirmativas para pessoas negras desde 1999 (BARBOSA; MEDEIROS; PINTO; SENA, 2017).

negra não se reflete no quadro dos docentes dos cursos de Biblioteconomia brasileiros[35].

Em minha pesquisa de mestrado um dos argumentos para a baixa ou nenhuma inserção de questões étnico-raciais na formação em Biblioteconomia esteve no fato de não haver docentes negros e negras nos cursos e docentes brancos se sentirem desconfortáveis de inserirem tais discussões por não ser seu "lugar de fala" (RIBEIRO, 2017). Ainda, muitos desconheciam autores e autoras negras do campo biblioteconômico-informacional nacional ou internacional, sobretudo, por não considerarem o pertencimento étnico-racial de quem escreve e/ou a qual vertente ou discurso o autor ou autora escolhido(a) evidencia. Me pergunto: se o racismo é uma problemática branca (KILOMBA, 2019), por que somente pessoas negras são aquelas que deveriam abordá-lo em sua prática docente e profissional?

Peggy McIntosh (1990, p. 2, tradução e grifos meus) faz uma importante reflexão sobre o privilégio racial.

> Minha educação não me deu treinamento para me ver como opressora, como uma pessoa injustamente beneficiada ou como participante de uma cultura danificada. Fui ensinada a me ver como um indivíduo cujo estado moral dependia de sua vontade moral individual. Minha escolaridade seguiu o padrão que minha colega Elizabeth Minnich apontou: *os brancos são ensinados a pensar em suas vidas como moralmente neutras, normativas e médias, e também ideais, de modo que, quando trabalhamos para beneficiar os outros, isso*

[35] Faço tal inferência, pois durante minha pesquisa de mestrado, fiz a busca por docentes no Currículo Lattes, a partir da lista disponibilizada no site dos cursos de graduação presenciais de Biblioteconomia em universidades públicas e estaduais, e não foi encontrado número representativo de pessoas negras (entendendo aqui a partir de minha leitura racial de cada pessoa analisada).

> *é visto como um trabalho que permita que "eles" sejam mais parecidos com "nós".*

Tal análise poderia explicar o porquê docentes brancos(as) não refletem sobre seu pertencimento étnico-racial, assim como não fazem escolhas conscientes de ações antirracistas no currículo e na representação de grupos minoritários na sua prática docente, seja no plano de ensino, na leitura e reflexões de autores e autoras negras etc. Entendo ainda que essa lacuna deixada pela falta de discussões sobre questões raciais demonstra como o entendimento da diferença racial é desarticulado do ensino bilioteconômico, e como promove enquanto conhecimento "universal" uma perspectiva branca de ensino dentro da área, que não é questionada e não é reconhecida como tal (HONMA, 2005).

Como abordado no texto *A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove preconceito racial*,

> O ocultamento de movimentos que respondem por [...] teorias críticas demonstra os enormes problemas ainda vinculados ao conteúdo formativo do bibliotecário brasileiro. Essa e outras abordagens que colocam em cena os reais dilemas sociais que não estão fora, mas dentro das práticas de ensino e aprendizagem, indicam o cenário político em constante reprodução da opressão dentro da sala de aula (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2019, p. 3815).

A partir de tal justificativa reflito que docente branco(a) é uma pessoa pertencente a um grupo étnico-racial dominante que historicamente oprime, domina e explora pessoas negras, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, entre outros grupos à margem da sociedade. Além disso, tal docente precisaria olhar para a questão racial e também

compreender o seu próprio lugar na sociedade como uma pessoa branca pertencente ao grupo racial branco e que é detentora de privilégios raciais, simbólicos, materiais e imateriais, e buscar compreender como a branquitude a mantém nesse lugar (SCHUCMAN, 2014). Por fim, ter consciência de que assim como a ciência não é neutra, as relações sociais e raciais também não são, e por consequência, a prática docente bibliotecária está permeada de tensões raciais e pré-conceitos, reflexos da estrutura em sociedade. Somente a partir de uma postura reflexiva de como sua existência está relacionada com a manutenção do racismo, mas, principalmente com a adoção de uma prática antirracista de ensino, é que se poderia emancipar não só a si mesmo da branquitude (sim, porque a branquitude cobra seu "preço" tanto da pessoa branca quanto da não-branca), assim como permitir aos estudantes, colegas e pessoas não-brancas de suas relações o lugar de seres em igualdade de direitos e equidade de oportunidades em sociedade, via reflexos de posturas e ações antirracistas.

Em terceiro lugar, a colonialidade se expressa na incipiente existência de disciplinas, ementas e projetos políticos pedagógicos que permitam a inserção da questão étnico-racial e da Biblioteconomia Negra no ensino em Biblioteconomia (SILVA, 2019a,b). O currículo é um ato político e a não inserção de discussões sociopolíticas emergentes também reflete uma resposta do grupo docente ou núcleo docente estruturante dos cursos às demandas trazidas pelos próprios estudantes, muitas vezes, representantes dos povos que, por muito tempo, não estiveram nos bancos da academia e também não foram considerados como produtores de conhecimento dentro da Biblioteconomia.

Quando analisamos a sociedade brasileira, percebemos quem historicamente obteve o acesso à informação, à universidade e aos direitos básicos para construção de sujeitos em sociedade. Além disso, a partir das políticas de Estado, é possível ver quem faz parte do grupo étnico-racial dominante e decide quem pode ser ou não considerado

sujeito e quais serão aqueles que vivem e que morrem. É por meio de políticas auxiliares da manutenção do racismo institucional – e que muitas vezes não estão evidentes – que o racismo epistêmico irá operar.

Nas práticas bibliotecárias, o racismo epistêmico se apresenta ao excluir (ou não considerar) a inclusão de materiais bibliográficos, audiovisuais, digitais, acessíveis que colaborem para o (re)conhecimento de aspectos culturais, sociais, econômicos, históricos e educacionais das populações negras e outras que se encontram marginalizadas na sociedade. Um acervo com uma perspectiva antirracista colabora para colocar a biblioteca como um espaço central de promoção do debate étnico-racial e a decolonização desse espaço historicamente criado *por* e *para* uma elite. Promover ações e práticas antirracistas em bibliotecas é a chave para decolonizar o imaginário socialmente construído sobre a população negra (assim como indígena e LGBTQIA+), na medida em que oferece reflexões teóricas, epistemes e relatos de experiências oriundos de outras visões de mundo que não aquelas advindas da lógica colonial e racista.

O bibliotecário Ueliton dos Santos Alves embasa sua reflexão nas teorias decoloniais para pensar a Biblioteconomia e Ciência da Informação como forma de romper com estruturas que colaboram com uma narrativa única de produção do conhecimento. Sugere os *slams*[36] como tática a ser usada por bibliotecas visando a conexão entre

[36] Conforme Juliana Domingos de Lima (2016, s. p.), os *slams* "são campeonatos de poesia. Normalmente, os participantes têm até três minutos para apresentarem sua performance - uma poesia de autoria própria, sem adereços ou acompanhamento musical. O texto pode ser escrito previamente, mas também pode haver improvisação. Não há regras sobre o formato da poesia." Ver mais em: LIMA, Juliana Domingos de. O que são slams e como eles estão popularizando a poesia. **Nexo Jornal**, 20 dez. 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/20/O-que-s%C3%A3o-slams-e-como-eles-est%C3%A3o-popularizando-a-poesia

conhecimento e tradição da oralidade nesses espaços (ALVES, 2020). Oportunizar, dentro dos espaços da biblioteca, o encontro com a ancestralidade via momentos com representantes e lideranças de comunidades quilombolas e indígenas também é uma forma de construir novas experiências e subjetividades a partir da oralidade, elemento crucial para populações negras.

Assim como o fazer científico e a prática docente, a prática profissional em bibliotecas e unidades de informação não é neutra. Emily Drabinski (2019, p. 49, tradução minha) reflete sobre isso ao inferir que:

> O trabalho em bibliotecas estrutura os mundos intelectuais assim como os trabalhadores de biblioteca coletam, organizam, tornam acessível e preservam materiais para o uso. Esse trabalho não é neutro. Bibliotecas, como todas as instituições, são produzidas [e] inseridas em sistemas marcados por racismo, patriarcado e os modos de produção capitalista.

As estruturas de organização do conhecimento[37] ainda seguem classificações oriundas do norte do globo, como as

[37] Para aprender mais sobre o assunto, leia: FINDLAY, James A. **Dorothy Porter Wesley (1905-1995), Afro-American librarian and bibliophile**: an exhibition. Ft. Lauderdale, Fl.: Bienes Center for the Literary Arts, Broward County Library, 2001; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcante de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcante de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 2009. LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-**

categorias fixadas pela Biblioteca do Congresso, ou de sistemas de Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou Classificação Decimal Universal (CDU), que por diversas vezes são insuficientes para representar o conhecimento produzido por outros povos. Dessa forma, acabam por invisibilizar, excluir e/ou sub-representar populações, epistemes e comunidades.

Introduzir materiais escritos e produzidos por intelectuais negros e negras é uma das formas de evidenciar a representatividade e intelectualidade negras na produção do conhecimento, independentemente da área a qual este conhecimento faz parte. Dessa forma, luta-se não só pela representatividade e criação de identidade, mas principalmente contra o epistemicídio.

Como evidenciado por Sueli Carneiro, o epistemicídio é um dispositivo de racialidade[38]/biopoder[39] que opera em nossa sociedade. Articulado a outros elementos, o epistemicídio é um instrumento operacional que consolida as hierarquias raciais que ele mesmo produz, assim como nega a legitimidade do conhecimento produzido por grupos que foram colonizados, seus sujeitos e outras formas de conhecimento que não aquelas criadas pelo padrão colonial-imperialista-capitalista-patriarcal de mundo (SANTOS, 1995;

Brasileiros. 2016. 111 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

[38] Conforme a definição de Sueli Carneiro (2005, p. 33), a racialidade "é um elemento tático que pode atender à necessidade de justificação, legitimação e realização de um objetivo estratégico e a configuração que esse objetivo estratégico adquirirá, irá redefinindo-o, aportando-lhe novos conteúdos, dimensões e possibilidades, numa interação contínua que vai adequando tanto a racialidade, como os objetivos que a acionam de acordo com as mudanças conjunturais".

[39] Michael Foucalt (2008, p. 3) define biopoder como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder".

CARNEIRO, 2005). Ainda, promove a racialidade enquanto "um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades com repercussões sobre a educação" (CARNEIRO, 2005, p. 11) – e aqui eu diria que essas repercussões estão presentes na educação e na prática em Biblioteconomia também.

A autora chama atenção para como, nas universidades brasileiras, o epistemicídio se manifesta no dualismo do discurso ativista/militante *versus* o discurso acadêmico, e como o pensamento do(a) negro(a) sofre desqualificação como fonte de autoridade do saber sobre o próprio negro, enquanto o discurso branco sobre o negro é legitimado (CARNEIRO, 2005). Critica ainda sobre quando alguma pessoa negra ativista consegue o *status* de intelectual e pesquisadora das questões étnico-raciais reconhecida nacional e internacionalmente, esta é tratada como uma fonte de saber, mas não como uma autoridade do saber ou uma interlocutora no diálogo sobre o tema étnico-racial dentro da academia (CARNEIRO, 2005).

Trazendo Grada Kilomba para a reflexão, penso na máscara[40] que a pessoa negra pesquisadora está sujeita. Tal máscara evidencia os questionamentos:

> Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito

[40] Conforme Grada Kilomba (2010, p. 1), a máscara "foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar, cacau ou café, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo".

> Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir? (KILOMBA, 2010, p. 1-2).

Kilomba (2010) afirma a existência de um medo que os brancos colonizadores possuem de que o colonizado fale e confronte verdades que não deveriam ser ditas. Verdades estas desconfortáveis para serem ouvidas como a existência do racismo, do colonialismo e da escravidão, e que deveriam ser silenciadas e reprimidas.

Esse medo nasce daquilo que Robin DiAngelo conceitua como *fragilidade branca*, um estado no qual a mínima quantidade de estresse racial é intolerável às pessoas brancas, e acaba por desencadear movimentos, expressões de emoções (culpa, medo, raiva) e comportamentos (discussão, silêncio, abandono do que causa desconforto) (DiANGELO, 2018). Para a autora, o medo do confrontamento de pessoas negras à objetividade, códigos raciais brancos, solidariedade branca, liberalismo branco, ao individualismo, autoridade branca, à meritocracia e à centralidade branca se relacionam a interrupções que visam a quebra do equilíbrio racial branco (DiANGELO, 2018).

Grada Kilomba (2016, p. 174) infere que

> No mundo conceitual *branco*, o sujeito Negro é identificado como o *objeto 'ruim'*, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa.

O imaginário branco projeta sobre as pessoas negras a representação mental daquilo que pessoas brancas não querem ser. Criam fantasias que não representam os sujeitos negros, mas que são retratos autoritários sobre o que pessoas negras *deveriam ser*, *deveriam pensar* e o que *deveriam fazer*, a partir das projeções sobre o "Outro" criadas pelos sujeitos brancos (KILOMBA, 2016). Quantas vezes pessoas negras foram vítimas de racismo em estabelecimentos de ensino[41], jurídico[42], comerciais[43], por supostas atividades "suspeitas" ou serem confundidas com pessoas criminosas por conta desse imaginário branco perpetuado na sociedade brasileira?

O pensamento de fronteira[44] (GROSFOGUEL, 2009) é a resposta epistemológica de grupos subalternizados ao projeto eurocêntrico de mundo sempre presente na sociedade brasileira, em especial, com as lutas do movimento negro que batalhou pela instituição de políticas públicas em prol de populações negras. Instrumentos normativos como as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 – frutos dos atos de resistência, confronto e reivindicações do movimento

[41] G1. Professora denuncia ato racista de diretora de colégio particular de Maceió. **G1 Alagoas**, 05 fev. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/02/05/professora-denuncia-ato-racista-de-coordenadora-de-colegio-particular-de-maceio.ghtml

[42] DEISTER, Jaqueline. Advogada negra é vítima de racismo institucional em fórum de Duque de Caxias (RJ). **Brasil de Fato**, 11 set. 2018. Disponível em: https://www.brasildefatorj.com.br/2018/09/11/advogada-negra-e-vitima-de-racismo-institucional-em-forum-de-duque-de-caxias-rj

[43] G1. Professora denuncia racismo após ser acusada de furto ao guardar compras em ecobag, em Curitiba. **G1 Paraná**, 10 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/03/10/professora-denuncia-racismo-apos-ser-acusada-de-furto-ao-guardar-compras-em-ecobag-em-curitiba.ghtml

[44] Para saber mais sobre pensamento de frontera, leia também: MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina V. Thinking from the borders; shifting to the Geo- and Body-Politics of knowledge. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 205-222, 2006.

negro – implementaram a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas redes públicas e privadas de instituições de ensino (BRASIL, 2003; 2008). Outra consequência foi a consolidação de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), laboratórios coordenados por pesquisadoras(es) das questões étnico-raciais que se dedicam ao desenvolvimento de atividades destinadas às políticas de promoção da equidade racial. Dentre as atividades que os NEABs realizam, encontra-se a produção de pesquisas e publicação de materiais orientadores das questões étnico-raciais, os quais, ao longo dos anos, forjaram um arcabouço teórico que auxiliou a fomentar a luta antirracista e combater o epistemicídio.

Reflito sobre epistemicídio quando penso sobre quantas vezes já ouvi de pessoas negras estudantes de Biblioteconomia sobre as dificuldades que encontram para trazer debates relacionados às questões étnico-raciais para dentro da área, a partir de suas pesquisas de trabalho de conclusão de curso ou pesquisas de pós-graduação. Muitas vezes, essas pessoas são tolhidas de pesquisar sobre esses temas pelo discurso que as vincula ao ativismo e discurso político (como se não tratar do tema também não estivesse imbricado de questões políticas); por ser considerado um tema fora do campo biblioteconômico e mais vinculado às ciências sociais ou educação; ou pelo(a) docente orientador(a) não possuir *expertise* ou conhecimentos sobre as questões étnico-raciais; ou até mesmo pelo discurso que coloca a população negra dentro de uma categoria de "usuários", os quais deverão ser tratados de forma "igual" pelas pessoas bibliotecárias. Todas as questões anteriores carregam em si o pensamento colonial e o silenciamento de populações historicamente invisibilizadas dentro do meio acadêmico. Populações estas que, quando são estudadas, são classificadas como "objeto de pesquisa", examinadas e analisadas pelo olhar de pesquisadoras(es) brancas(os) (sim, a maioria das(os) pesquisadores brasileiros pertencem ao grupo étnico-racial branco e até poucas décadas eram aquelas(es) que produziram ciência sobre relações raciais no

Brasil), as(os) quais utilizam lentes forjadas pelo norte global e cujas influências coloniais e euroamericentradas estão em suas formas de pensar e de fazer ciência.

O estudo dos contextos históricos das populações e elementos que compõem as relações raciais brasileiras são essenciais para a formação e sensibilização de uma pessoa bibliotecária. Ainda enfatizo que um(a) docente orientador(a) não precisa entender sobre o tema, basta estar disposta(o) a aprender sobre essas questões junto à pessoa que está orientando; sobretudo, porque na maioria das instituições de ensino superior brasileiras existe a possibilidade de coorientação, a qual permite incluir uma pessoa pesquisadora negra atuante no campo dos estudos das questões étnico-raciais para auxiliar no debate e orientação da pesquisa.

Em quarto lugar, um dos outros espaços onde a colonialidade do poder se faz presente são associações profissionais bibliotecárias, conselho federal e regionais, e também federações de associações bibliotecárias e instituições. Minha reflexão para esta afirmação parte dos seguintes questionamentos: quantos de nós, brasileiras(os), ao longo dos anos de existência desses órgãos e entidades de classe profissional, sociedades e organizações profissionais, vimos ações efetivas realizadas em prol da população brasileira em vulnerabilidade étnico-racial, educacional, econômica e social, em especial, negras e indígenas? Quantas pessoas bibliotecárias negras, indígenas, LGBTQIA+ nós tivemos como presidentas na história do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) ou da Federação Brasileira de Associações de Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)? Quantos negros e negras da Biblioteconomia vemos como conferencistas ou palestrantes em eventos promovidos por essas entidades ou órgãos de classe? Quais as políticas públicas, orientações e instrumentos normativos para bibliotecárias(os) foram criados por tais setores visando instruir ações e práticas profissionais que garantam à população negra e demais populações em vulnerabilidade étnico-racial, socioeconômica e educacional o pleno acesso à biblioteca, ao livro e à leitura como direitos e oportunidades

de transformação da realidade em que se encontram? E quando se dão conta do déficit que há sobre a representação das populações historicamente invisibilizadas nas bibliotecas e unidades de informação, quantos desses órgãos e entidades se preocuparam em orientar a classe bibliotecária para que exerçam a profissão visando uma postura e ação antirracistas e de promoção da equidade étnico-racial?

Escrevendo com honestidade, pessoa que está lendo este capítulo, considero que, mesmo que você tenha me respondido dois ou três exemplos em resposta a essas questões, digo-lhe que ainda é pouco! Nós, população negra, somos 54% da população brasileira e este número não se reflete em cargos e nas ações de órgãos e entidades de classe brasileiros.

No meu entendimento, o CFB precisaria olhar para a população vulnerável e/ou à margem como consequência de projetos políticos históricos e sociais de nossa sociedade e instituir um Código de Ética Bibliotecária que abarque, de forma explícita, normas orientadoras de cunho antirracista, antissexista, antiLGBTQIAfobico e decolonial para conduta bibliotecária. Além disso, em conjunto com entidades e Federação, instituir um direcionamento para cursos de Biblioteconomia orientando a criação de disciplinas específicas que promovam o debate das relações étnico-raciais e do pensamento decolonial na profissão bibliotecária. Sempre atentos para que esta criação não seja relegada ao discurso de "tema transversal", que oculta a falta de formação bibliotecária para trabalhar com questões étnico-raciais e retira a responsabilidade de uma formação ético-política vinculada a estudos críticos sobre questões étnico-raciais voltados para a classe bibliotecária. Sim, porque é importante entender que não basta colocar no projeto político pedagógico uma disciplina de História e Culturas Africana e Afro-brasileira do departamento de História, por exemplo, pois a formação do(a) historiador(a) sobre este assunto é diferente daquela que precisa ser oferecida a estudantes de Biblioteconomia. Sobretudo, porque o(a) estudante precisa aprender como opera, desde a criação de nosso país, o

pensamento colonial, patriarcal e capitalista dentro da área; ser orientado(a) para perceber como os instrumentos e sistemas de classificação também carregam em si a estrutura hegemônica de mundo; como elaborar acervos representativos e que atendam demandas de populações historicamente marginalizadas; como criar ações culturais e de cunho informativo para populações que foram deixadas por muito tempo fora dos bancos escolares e que hoje enfrentam dificuldades no exercício da cidadania, entre outros aspectos.

Espero ainda, das associações bibliotecárias e das Federações, que em cada ação que realizem (sejam cursos, eventos, atividades, eleições) tenham a pauta antirracista e decolonial como agenda a ser atendida, não por ser algo instituído de fora para dentro (vindo do norte do globo) ou criado porque foram lembrados pelas pessoas negras bibliotecárias sobre o compromisso que essas entidades têm com essas populações, mas sim pelo real entendimento de que somente a partir de ações e formação antirracistas, a profissão bibliotecária, suas entidades e órgãos de classe poderão sair de um lugar de promotores da colonialidade do poder, epistemicídio, invisibilização e atendimento a projetos neoliberais e colonialistas, para promover representatividades, a diversidade de intelectualidades e o pertencimento à classe bibliotecária daqueles que dela fazem parte.

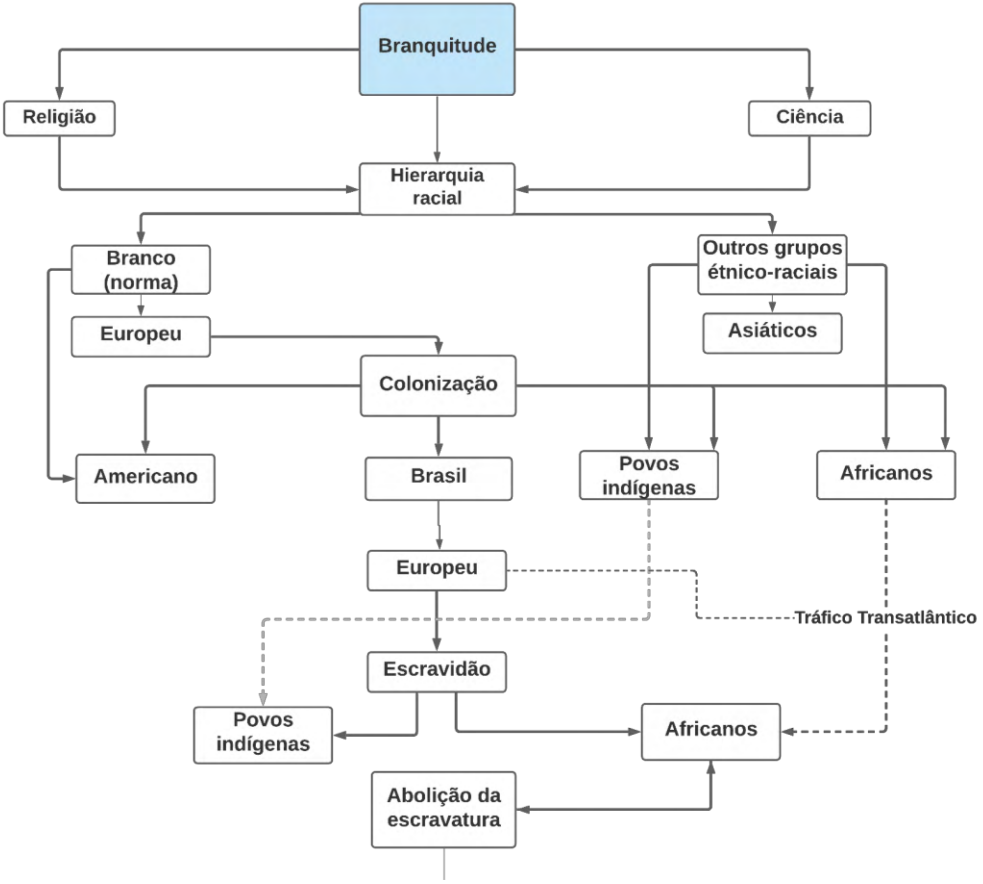
3 TEORIA CRÍTICA RACIAL, DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA E A LUTA ANTIRRACISTA COMO FORMAS DE DECOLONIZAR A BIBLIOTECONOMIA

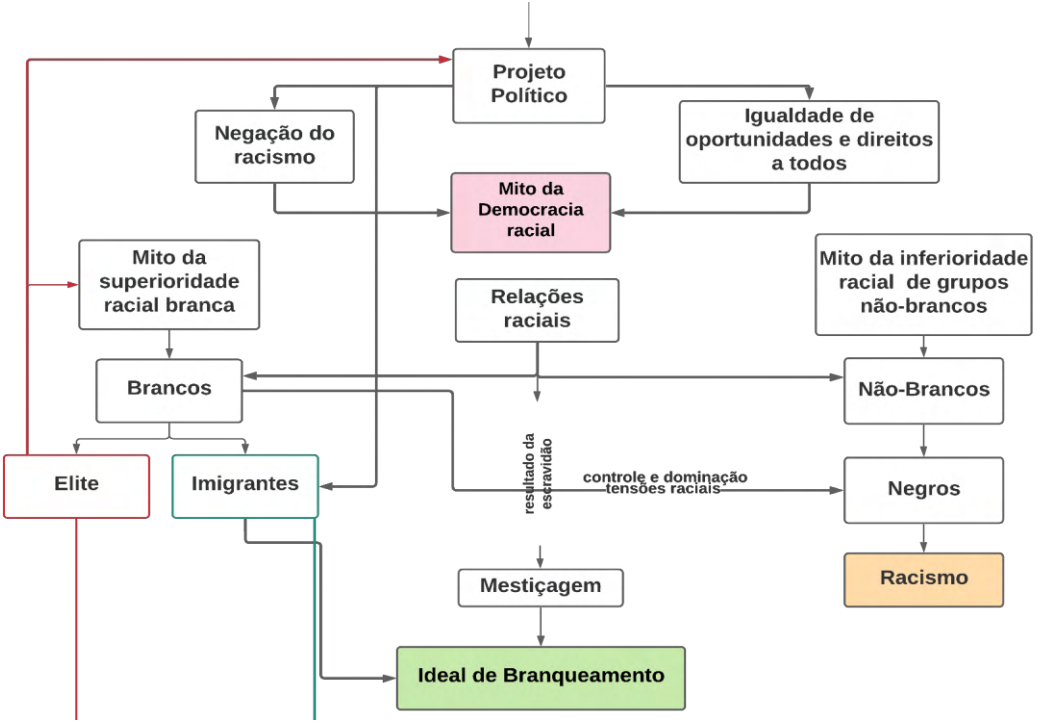
Em consonância com as reflexões e discussões apresentadas na seção anterior, nesta seção, apresento uma arqueologia inicial na qual trago como a branquitude é responsável pela colonização do saber, prática e formação em

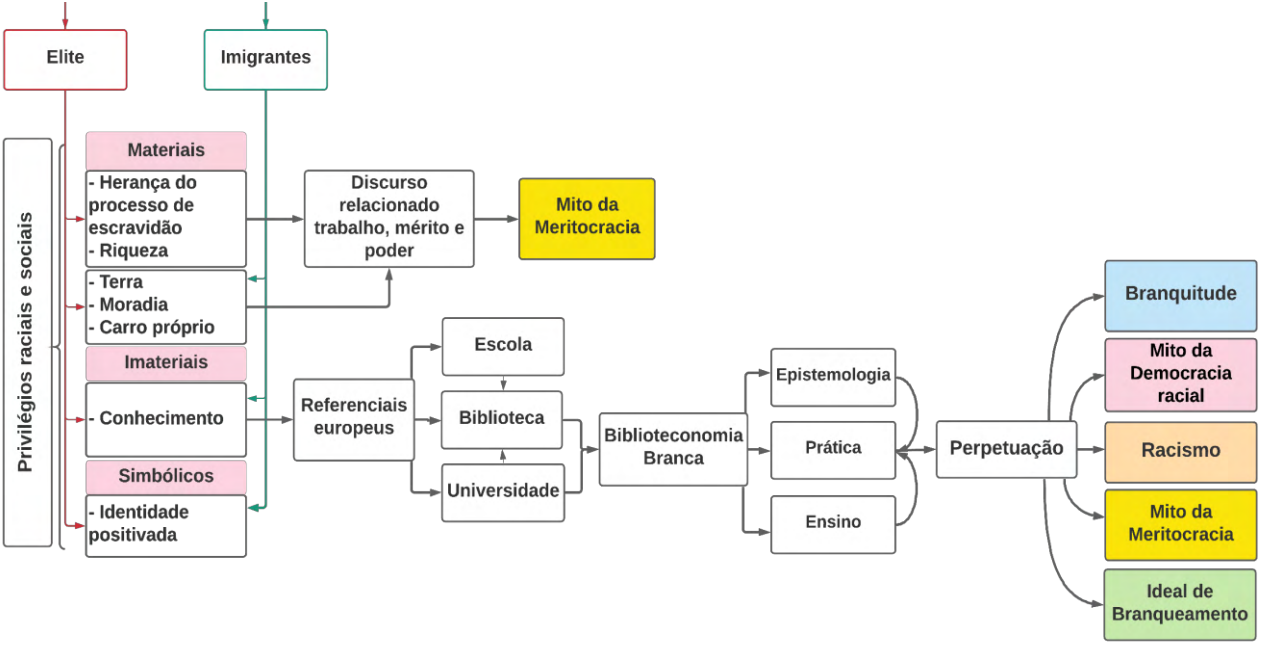
Biblioteconomia. A partir de um modelo conceitual (Figura 1), vou desenvolvendo uma breve explicação sobre branquitude, seus instrumentos e processos históricos de dominação, colonização e escravização dos povos não-brancos, em especial, os africanos. A construção, via projeto político da elite, dos mitos da democracia racial e da meritocracia, do estabelecimento da ideologia de branqueamento e as consequências como desigualdades e a negação do racismo. Na universidade, os referenciais europeus presentes no ensino, prática e epistemologias em Biblioteconomia e em bibliotecas nos levaram a construir uma *Biblioteconomia branca*, estabelecida da dependência epistêmica e discursos que preservam, evidenciam e disseminam referenciais europeus e estadunidenses em universidades e bibliotecas. Como perspectiva crítica, proponho o estabelecimento de uma *Biblioteconomia Crítica Antirracista e Decolonial*, resultante da desobediência epistêmica[45] pela inclusão de Teorias Críticas Raciais, as quais incluem referenciais decoloniais e contra-hegemônicos que colaboram para o estabelecimento de epistemologias outras que não aquelas dominantes.

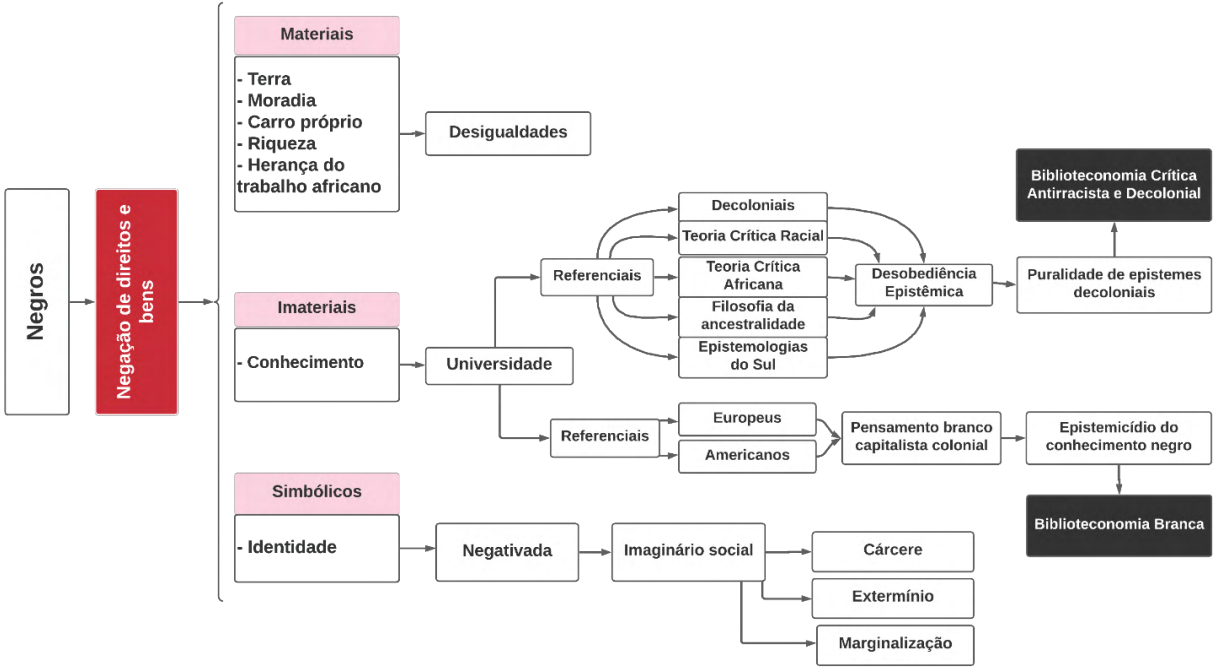
Figura 1 – Modelo conceitual criado a partir da branquitude, seus instrumentos e processos históricos de dominação, colonização e escravização dos povos não-brancos, em especial, os africanos e seus descendentes. A construção, via projeto político da elite, do mito da democracia racial, meritocracia, o ideal de branqueamento e as consequências como desigualdades e a negação do racismo. Na universidade, os referenciais europeus presentes no ensino, prática e epistemologias e biblioteca resultam em uma Biblioteconomia Branca. Como perspectiva contra-hegemônica, da teoria crítica racial, estudos decoloniais e saberes diversos surge a desobediência epistêmica, da qual resulta uma Biblioteconomia Crítica Antirracista e Decolonial (BCAD).

[45] Desobediência epistêmica pode ser entendida como uma ruptura com o padrão de poder hegemônico (branco-eurocêntrico-capitalista-patriarcal) por intermédio do desenvolvimento de pedagogías críticas, decoloniais e movimentos políticos de insurgência intelectual, no qual recriamos, revivemos e retomamos estrategicamente saberes ancestrais e de povos colocados à margem. (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2008; MENDONÇA, 2013).


Branquitude
Religião
Ciência
Hierarquia racial
Branco (norma)
Outros grupos étnico-raciais
Europeu
Asiáticos
Colonização
Americano
Brasil
Povos indígenas
Africanos
Europeu
Tráfico Transatlântico
Escravidão
Povos indígenas
Africanos
Abolição da escravatura


Projeto Político
Negação do racismo
Igualdade de oportunidades e direitos a todos
Mito da Democracia racial
Mito da superioridade racial branca
Relações raciais
Mito da inferioridade racial de grupos não-brancos
Brancos
Não-Brancos
Elite
Imigrantes
resultado da escravidão
controle e dominação
tensões raciais
Negros
Racismo
Mestiçagem
Ideal de Branqueamento


Elite
Imigrantes
Privilégios raciais e sociais
Materiais
- Herança do processo de escravidão
- Riqueza
- Terra
- Moradia
- Carro próprio
Imateriais
- Conhecimento
Simbólicos
- Identidade positivada
Discurso relacionado trabalho, mérito e poder
Mito da Meritocracia
Referenciais europeus
Escola
Biblioteca
Universidade
Biblioteconomia Branca
Epistemologia
Prática
Ensino
Perpetuação
Branquitude
Mito da Democracia racial
Racismo
Mito da Meritocracia
Ideal de Branqueamento



Fonte: Elaborado pela autora no programa Lucidhart (2020), a partir dos estudos de Solórzano (1997), Silvério (1999), Bento (2002), Munanga (2003), Guimarães (2004), Honma (2005, 2017), Lipsitz (2006), Moore (2007), Bernardino-Costa, Santos e Silvério (2009), Omi e Winant (2014), Schucman (2014), Coates (2015a,b), Galvan (2015), Beilin (2017), Almeida (2018), Césaire (2020).

3.1. A BRANQUITUDE É A MÃE DO RACISMO

Ao retomar Ta-Nehisi Coates (2015b, p. 19), "a raça é a filha do racismo, não sua mãe", reflito a branquitude, então, como a mãe do racismo. E é pensando nisso que desenvolvi o modelo conceitual apresentado na Figura 1. Em meu entendimento, da branquitude – termo desenvolvido pela Teoria Crítica Racial e pelos Estudos Críticos da Branquitude – articulada com o uso da ciência e da religião como instrumentos para servir aos seus anseios de expansão e domínio aos povos não-europeus, é que foram criadas as sociedades racialmente hierárquicas, estruturalmente racistas e desiguais que atualmente vivemos.

A branquitude interfere no desenvolvimento da igualdade e justiça para todos dentro das sociedades. Ela se modifica com o passar do tempo e está em constante processo de construção e reconstrução histórica e social, pois recebe influências locais e globais. Assim, para compreensão da branquitude, é importante entendermos a forma como foram construídas as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (SCHUCMAN, 2014a).

O professor do Departamento de Estudos Negros da Universidade da Califórnia, George Lipsitz, em sua obra intitulada *The Possessive Investment in Whiteness: how white people profit from identity politics*[46] (LIPSITZ, 2006, 2018), advoga que tanto a política pública quanto o preconceito privado se unem para criar um investimento possessivo na branquitude, o qual é responsável pelas hierarquias racializadas das sociedades. O autor ainda argumenta que a branquitude possui um valor monetário, haja vista que é responsável pelas vantagens que chegam aos sujeitos por intermédio dos lucros obtidos com as vantagens garantidas em mercados discriminatórios por meio das oportunidades educacionais desiguais disponíveis para crianças de

[46] O investimento possessivo na branquitude: como os brancos lucram com a política de identidade (tradução minha).

diferentes grupos étnico-raciais; pelas redes internas que canalizam oportunidades de emprego para amigos e parentes de pessoas brancas que lucraram com a discriminação do passado e do presente, e em especial, por intermédio de transferência de riquezas herdadas entre gerações que passam os despojos da discriminação para as gerações que as sucedem. Infere ainda que brancos são encorajados a investirem na branquitude e a permanecerem constantes e firmes a uma identidade que lhes proporciona vantagens estruturadas (LIPSITZ, 2006).

Embaso-me na definição do bibliotecário e historiador, Ian Beilin (2017, p. 83, tradução minha), para dizer que branquitude é

> [...] uma classificação socialmente construída ou um *status* conferido a respeito de certas pessoas (das quais a identidade tem estado em fluxo por toda a história), aproveitando uma ampla gama de privilégios, vantagens e confortos que qualquer outro grupo ou indivíduo considerado não-branco não tem automaticamente garantido.

A bibliotecária Angela Galvan compreende a branquitude como "um *status* de mudança concedido aos que estão no poder, entrelaçado com as relações de classe e a produção de desigualdades estruturais" (GALVAN, 2015, s.p., tradução minha). A autora se apropria da definição do *Alberta Civil Liberties Research Centre* (2015, s.p., tradução minha) para caracterizar a branquitude como uma ideologia que se baseia "em crenças, valores comportamentos, hábitos e atitudes, que resultam na distribuição desigual de poder e privilégio" para reforçar repetitivamente a hegemonia. Ainda concernente ao conceito, conforme a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento (2002, s.p.), a branquitude é "um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de

experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade".

Com relação a ser ou não considerado branca(o), Lia Vainer Schucman enfatiza que "ser branco e ocupar um lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam" (SCHUCMAN, (2014a, p. 55-56). Ser uma pessoa branca é ter "uma função social, não é uma cor exatamente. A cor é uma condição para essa função", conforme enfatiza Liv Sovik (SOVIK apud SOL, 2010, s.p.).

Para Maria Aparecida Silva Bento (2014), há sempre um silenciamento sobre os privilégios dos sujeitos brancos e pouca reflexão de seu papel na sociedade enquanto mantenedores de desigualdades raciais no país, que coloca a pessoa negra como foco de discussão e pesquisa, mas que silencia sobre as brancas e seus privilégios. Dessa forma, o racismo, por exemplo – que é um fator explícito das populações brancas –, passou a ser atribuído como um problema da população negra, não das pessoas brancas que são racistas. Segundo a autora, "há um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil" (BENTO, 2014, p. 26).

Bento nos fala sua percepção sobre o fato de que muitas das pessoas brancas progressistas que buscam o combate à opressão e às desigualdades silenciam e mantêm seu grupo sob proteção das avaliações e análises (BENTO, 2014). As pessoas brancas reconhecem que há desigualdades raciais, mas não associam essas desigualdades à discriminação racial[47], e isso é um sintoma denominado pela autora de *branquitude* ou *identidade racial branca*.

[47] A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em seu Artigo 1º da "Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial" que discriminação racial significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou

A busca pela compreensão da identidade racial branca começou com alguns estudos realizados nos Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra e Brasil. Entre os teóricos, destaco W. E. B. Du Bois – com sua Teoria Crítica Racial Africana – o qual realizou a teorização sobre a identidade racial branca em seu conhecido livro *Black Reconstruction in the United States*[48], assim como a obra do psiquiatra, Frantz Fanon, intitulada *Pele Negra, Máscaras brancas*. Este último pensador foi influência para muitas(os) dos pesquisadores e pesquisadoras contemporâneas(os) que escreveram sobre a população negra e africana e a opressão vivida pelos povos colonizados. No Brasil, Guerreiro Ramos, Iray Carone, Edith Piza, Maria Aparecida Silva Bento, Liv Sovik, Lourenço Cardoso, Lia Vainer Schucman e Lúcio Otávio Alves Oliveira são alguns dos estudiosos e estudiosas que abordam a branquitude ou a identidade racial branca em diversos contextos.

A partir da leitura desses autores e autoras, podemos compreender que pessoas brancas são consideradas racistas, pois fazem parte de uma estrutura que ainda propaga o pensamento de "raças superiores" e "raças inferiores", onde as primeiras seriam as pessoas brancas e as segundas as pessoas negras, indígenas, asiáticas ou de outro pertencimento étnico-racial (BENTO, 2002, 2014; SCHUCMAN, 2014a,b). Há sujeitos brancos que irão desaprovar o racismo e atitudes racistas, mas que possuem privilégios atribuídos pela sua identidade racial. Por outro lado, há outros que irão utilizar conscientemente seus privilégios simbólicos, materiais e imateriais para exercer o

exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública" (ORGANIZAÇÃO..., 1965, s.p.). No mercado do trabalho, por exemplo, a discriminação racial se manifesta "na ponta final das relações raciais, isto é, a parcela negra da população defrontava-se com o racismo no momento do ingresso e/ou no curso da relação de trabalho" (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 20).

[48] Reconstrução negra nos Estados Unidos (tradução minha).

racismo e propagar a suposta supremacia racial branca (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2014a,b). Visando compreender melhor esse grupo, nasceram os Estudos Críticos da Branquitude – articulados junto à Teoria Crítica Racial – visando conhecer, descrever e analisar o comportamento das pessoas brancas, e "estabelecer as estratégias de intervenção no processo de relações raciais" (PIZA, 2014, p. 70).

3.2 DA RAÇA AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A partir de nosso passado histórico, entendo que para manter os privilégios raciais e sociais, o grupo racial branco europeu criou discursos e colonizou empírica e figurativamente os territórios daqueles grupos étnico-raciais que classificou como "outros". Aimé Césaire, em sua obra *O discurso sobre o colonialismo* infere que:

> [...] a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal. É essa ação, esse choque em troca da colonização, que é importante assinalar (CÉSAIRE, 2020, p. 23).

O branco europeu criou o conceito de raça para hierarquizar os povos não-brancos – e até os próprios brancos – visando estabelecer um padrão de domínio. Historicamente, o conceito de raça começou a ser atribuído como conhecemos hoje quando o francês François Bernier o aplicou para

classificar a diversidade de seres humanos em grupos fisicamente distintos em 1684. A partir dos séculos XVI e XVII, esse termo começou a efetivamente fazer parte das relações sociais da França daquela época e passou a ser empregado pela nobreza visando a distinção entre a elite e a plebe. A nobreza francesa tinha como concepção a existência da pureza do sangue que a tornaria uma "raça superior" – chamado na Figura 1 deste capítulo de *mito da superioridade racial branca* – quando comparada às pessoas pertencentes à plebe. Essa concepção era atribuída devido a supostas aptidões naturais e habilidades especiais que os primeiros diziam possuir e que lhe davam o poder, inclusive, de escravizar os segundos (SILVÉRIO, 1999; MUNANGA, 2003).

No final do século XVII, para ser considerada como um ser humano, a pessoa deveria mostrar que era descendente de Adão, conforme estipulava a Teologia e as Escrituras, visto que as "três raças" estavam representadas no mito dos três Reis Magos, no qual, inclusive, havia um representante de africanos. A partir do século XVIII, a Igreja passou a ser contestada como representante do conhecimento pelos filósofos iluministas. Com esta recusa de explicação religiosa para a história da humanidade, os filósofos começam a utilizar o conceito de raça existente nas ciências naturais daquela época e iniciam a classificação das pessoas em grupos de raças diferentes – chamado aqui de *hierarquização racial*. Assim, o conceito de raça se estabeleceu como um instrumento de operacionalização do pensamento da branquitude para classificar a diversidade humana e, como resultado, subjugar ou subalternizar aquelas consideradas "raças inferiores" (SILVÉRIO, 1999; MUNANGA, 2003, 2017) – o qual nomeio na Figura 1 de *mito da inferioridade racial de grupos não-brancos*. A cor da pele e a concentração de melanina foi um dos critérios para separação de pessoas em grupos étnico-raciais distintos. Posteriormente, foram adicionados os aspectos morfológicos e mentais, visando aperfeiçoar tal classificação de grupos étnico-raciais (MUNANGA, 2003, 2017).

Embora tenha sido invalidado cientificamente, o conceito de raça para seres humanos ainda continua sendo

utilizado como elemento propulsor de desigualdades em diversos países do globo. No contexto da sociedade brasileira, o conceito de raça é entendido como um construto social, ou seja, a raça enquanto categoria classificatória é algo atribuído socialmente aos seres humanos pertencentes a determinados grupos étnicos, e não um conceito biológico. É a partir da existência da raça e da importância atribuída a ela que as desigualdades raciais são mantidas, pois as pessoas são distribuídas em categorias que as classificam dentro da sociedade brasileira como "seres de primeira ou segunda classe", conforme seus traços físicos, cor da pele e textura capilar. A partir dessa categorização, são dadas ou retiradas oportunidades para o desenvolvimento educacional, profissional, social, econômico e cultural de cidadãos brasileiros (BERNARDINO-COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009).

Por diversos anos, a relevância da raça e a existência das desigualdades raciais foram negadas pelos intelectuais e governantes do Brasil. Isso se deve ao *projeto de nação* articulado em prol da eliminação das diferenças e invisibilização das dificuldades imputadas a determinados grupos étnicos que não fazem parte do padrão estabelecido como o ideal de povo brasileiro. No entanto, essa negação não foi suficiente para eliminar a raça do imaginário brasileiro e de influenciar no desenvolvimento de uns em detrimento de outros grupos (BERNARDINO-COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009).

No Brasil, o racismo surgiu na cena política, mais fortemente, como uma "doutrina científica" quando estava perto de acontecer a abolição da escravatura e, consequentemente, a igualdade política e formal (distribuição de terras, direito à moradia, distribuição de riquezas acumuladas pelo trabalho dos africanos escravizados, por exemplo) entre todos os que no país viviam, sejam eles senhores ou africanos escravizados. Entretanto, o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004) nos lembra que não devemos apenas ler o racismo brasileiro como uma reação à igualdade legal entre cidadãos que se aproximava com o fim da escravidão, mas também como um

modo das elites intelectuais reagirem às desigualdades de cada região que aumentavam naquele período, bem como a decadência da valorização do açúcar e do café. A partir das elites intelectuais de Salvador, na Escola de Medicina da Bahia, e da Escola de Direito do Recife que uniram a medicina, a criminalidade e deficiências físicas e mentais às doutrinas do Rio de Janeiro e São Paulo, o racismo avançou. As preocupações buscavam ser resolvidas por intermédio do *embranquecimento* da população, algo subsidiado pelas políticas empregadas na época que buscavam substituir a mão de obra africana por *imigrantes* vindos da Europa e, de bônus, clarear a população até que o povo negro fosse apagado e somente os atributos (psicológicos, culturais, fenotípicos) da população branca continuassem (GUIMARÃES, 2004; SÁ; COELHO; MENDES, 2012; SANTOS, 2012).

Com os estudos de Gilberto Freyre na década de 1930, as teorias raciais recebem um novo olhar com a busca pela "alma nacional", algo que ganha cientificidade quando se encontra com a antropologia cultural do americano Franz Boas ao substituir "a noção biológica de raça pela noção de cultura, enquanto expressão material e simbólica do *ethos* de um povo" (GUIMARÃES, 2004, s.p.). Influenciado pela ideia de nação criada na França, Freyre herda a ambiguidade do conceito existente naquele país com relação ao tratamento da raça (COSTA, 2002). Gilberto Freyre "não opera uma inflexão definitiva no discurso racista dominante", pois enquanto rompe com o biologicismo, não o faz com a ideia de raça, defendendo, assim, uma "concepção eurocêntrica de embranquecimento" (GUIMARÃES, 1999; COSTA, 2002).

Com essa revolução ideológica no Brasil, o *ethos* do povo passou a ser relacionado com a "democracia social e étnica", conceito que atualizou "na linguagem das ciências sociais emergentes, o precário equilíbrio político entre desigualdade social, autoritarismo político e liberdade formal, que marcou o Brasil do pós-guerra" (GUIMARÃES, 2004, s.p.). Dessa forma, Gilberto Freyre se utilizou da miscigenação e da ascensão social das pessoas negras de pele

clara[49] para fundamentar na sociedade o que já estava compreendido entre os estudiosos da época:

> (a) o Brasil nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja, o "preconceito racial"; (b) as linhas de classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta, mas progressivamente à sociedade e à cultura nacionais; (d) os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileiros. (GUIMARÃES, 2004, s.p.).

Conforme Guimarães (2004), chegaram novas teorias e métodos oriundos de Donald Pierson, que, utilizando a historicidade, passou a estabelecer três pilares importantes. Em primeiro lugar, determinou a "existência original de raças diferentes", em segundo, a "mistura racial ou miscigenação" e em terceiro lugar, a "mobilidade social de mestiços". Este último pilar foi atribuído como justificativa para dizer que existia a ascensão social de mestiços, pois para Pierson, não existia o preconceito de raça (GUIMARÃES, 2004) – chamado na Figura 1 de *negação do racismo*. Como resposta ao preconceito racial, criou o termo "preconceito de classe" que buscava esconder "tanto a história social da escravidão feita por Freyre quanto a agenda de pesquisa formulada nos Estados Unidos, nos anos 1910, para responder à questão racial americana" (GUIMARÃES, 2004, s.p.).

A "democracia racial" se estabeleceu como discurso buscando incluir os indivíduos em "nações democráticas no mundo" e foi a partir desse conceito que os estudos sobre

[49] O termo citado por Guimarães (2004) é mulato, termo utilizado à época para designar pessoas afro-brasileiras ou afrodescendentes de pele clara. Esse termo é pejorativo para a população negra ou afro-brasileira, visto que a palavra deriva de "mula", algo que se referia ao filhote que era a cruza de um jumento com uma égua.

relações raciais se voltaram a entender se existia ou não preconceito racial e qual era a diferença específica sobre esse assunto entre Brasil e os Estados Unidos. O contexto brasileiro deu foco à miscigenação no debate ideológico-político e balizou o processo de construção de identidades particulares e nacional. A miscigenação entre brancos e negros, a qual era exaltada por Gilberto Freyre como sendo a semente da democracia racial brasileira e base para a construção da identidade nacional, não foi realizada como um processo natural, mas sim determinado pela violência e exploração do europeu contra a africana em cativeiro durante a escravidão (CARONE, 2014).

O fenômeno biológico da miscigenação se tornou algo de importância política, pois dependia da miscigenação o processo de homogeneizar biologicamente a sociedade visando criar a identidade nacional brasileira (MUNANGA, 2017). Aliado a esse contexto, a *ideologia de branqueamento* se tornou uma peça fundamental para a construção da identidade brasileira desejada, pois se acreditava que nasceria uma raça nova mais arianizada, clara e fenotipicamente branca graças à miscigenação (HOFBAUER, 2003; CATOIA, 2018).

Com esses processos de miscigenação e ideologia do branqueamento, as pessoas desenvolveram atitudes e comportamentos sociais que interiorizam marcas invisíveis no imaginário e representações coletivas. Essas marcas, por consequência, interferem nos processos de identificação individual e na construção de uma identidade coletiva. Assim, essa interiorização leva à negação da própria natureza humana nas pessoas negras que veem como único recurso o embranquecimento físico e cultural de seus descendentes, algo permitido pela miscigenação racial e mestiçagem cultural (DOMINGUES, 2002; MUNANGA, 2017).

A ideologia de branqueamento é reproduzida diariamente por intermédio da educação e de mecanismos sociais, bem como pela construção da realidade a partir da linguagem, manifestando o fenômeno em termos, expressões e anedotas. Dessa forma, as populações negras

tiveram, ao longo do tempo, introjetado em seu cotidiano o ideal de branqueamento, algo que afeta a construção da identidade do sujeito negro e do seu coletivo – o que poderíamos chamar de *colonialidade do ser* (MIGNOLO, 2003) –, assim como forma uma baixa autoestima na população negra e uma supervalorização da população branca (DOMINGUES, 2002; MUNANGA, 2017).

Retomando a discussão sobre raça, seus desdobramentos e conceitos, é importante compreender a diferença entre alguns termos comumente utilizados, mas que possuem significados e sentidos diferentes. No Brasil, assim como em outros países, ainda existem aquelas pessoas que acreditam na existência de raças humanas. Por conta dessa crença, acabam por cometer racismo, discriminação racial, preconceito racial ou injúria racial com aquelas pessoas ou grupos que consideram de "outras raças". No entendimento do advogado Luciano Góes (2015, p. 40), racismo é

> [...] uma prática que estrutura, projeta e fomenta ideologias, instituições, valores e atos, coletivos e individuais, públicos ou privados, de caráter explicitamente excludente e violento por parte de um grupo social-racial que se considerou superior, consolidando a posição inferior do negro perante o mundo e nos múltiplos aspectos que formaram diversas sociedades "irradiadas" por esse pensamento, construindo um contexto sociocultural, atemporal e aterritorial, cuja naturalização dessa posição inferiorizada, resultante das relações raciais, tornou-a quase acrítica.

No nosso país, a Constituição Federal de 1988 prescreve em seu Artigo 5º, inciso XLII que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (BRASIL, 1988, s.p.). No entanto,

muitos casos de racismo ainda são autuados nos boletins de ocorrência como injúria racial por parte da polícia. No que concerne ao conceito, a injúria racial é um crime racial definido como ofensa à dignidade ou decoro de alguém no que se refere à raça, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. O crime se encontra previsto no Artigo 140 do Código Penal e possui pena de detenção de até seis meses ou multa (BRASIL, 1940).

Talvez a atribuição do crime de injúria racial a casos de racismo aconteça pelo fato de a polícia não ter uma formação formal para atribuir os casos de racismo de forma adequada devido à estrutura da sociedade racista elaborada desde os primórdios do país. Pode ser também porque a formação tradicional das escolas de policiais ainda possui obras como as de Cesare Lombroso e de Eugenio Raúl Zanffaroni, que estabeleceram o estigma da feiura como característica criminal, além de trazer as características fisionômicas das pessoas negras como ligadas ao feio, à criminalidade e a raças inferiores, as quais a força policial estaria orientada a perceber sempre com base nesses estereótipos (GÓES, 2015). Aliado a isso, a população negra é subrepresentada ou representada sob um viés negativado e marginalizado em diversos setores da sociedade, o que corrobora com a percepção de que uma pessoa negra é vista sempre como suspeita e nunca como vítima por parte da força policial. Como exemplo disso, cotidianamente vemos casos de força policial nas comunidades periféricas das cidades em busca de "bandidos" ou "traficantes", onde, por consequência, acabam por exterminar de forma quase descontrolada pessoas negras inocentes devido a uma pseudo "aparência suspeita" (leia-se ser negra) ao portarem um guarda-chuva[50] confundido com uma arma de fogo; ou por simplesmente estar dentro de um

[50] MOURA, C. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. **El País**, 19 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

carro, levantar suspeita de policiais[51] e acabar morto por mais de 100 tiros. Sobre esse fato, concordo com Moore (2007), quando o autor aborda o racismo e enfatiza que o mesmo está arraigado em todas as instâncias do mundo, indo desde a economia, a política e a cultura até o militar e o policial.

O *racismo* se manifesta de forma individual por intermédio de atos discriminatórios de pessoas contra outras, assim como pode também ser manifestado de forma institucional por meio de práticas de exclusão, isolamento ou discriminação realizadas de forma direta ou indireta pelo Estado (CARDOSO; RASCKE, 2014). Para o sociólogo Hédio Silva Júnior, o racismo

> [...] consiste em um fenômeno histórico cujo substrato ideológico preconiza a hierarquização dos grupos humanos. Diferenças meramente culturais e/ou fenotípicas são utilizadas como justificações para atribuir desníveis intelectuais e morais aos seres humanos, a partir do que estes passam a ser classificados. (SILVA JÚNIOR, 2002b, p. 19).

Carlos Moore (2007) infere que não se pode discutir o racismo sem pensar nos custos e benefícios que ele permite a todos os atores e segmentos sociais que compõem as sociedades historicamente racializadas. Em outras palavras, o racismo resulta em benefícios e privilégios trazidos de forma explícita para as populações fenotipicamente brancas e para os indivíduos integrados nelas ou que estão abrigados e protegidos social, econômica e culturalmente por elas. Não podemos esquecer ainda que desde o seu princípio, o racismo

[51] Cito como exemplo o caso de cinco jovens mortos por 111 tiros em 2015. BRISO, C. B. STJ liberta PMs acusados de chacina de cinco jovens em Costa Barros. **O globo**, 21 jun. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/stj-liberta-pms-acusados-de-chacina-de-cinco-jovens-em-costa-barros-19551007

é fruto da branquitude e se desenvolveu em torno da luta pela posse e preservação dos recursos vitais – antes esses recursos eram território, força de trabalho, riquezas do ambiente e, atualmente, são acesso à educação, serviços sociais, poder político, capital de financiamento, lazer, direito de ser tratado de forma igualitária pela justiça etc. – da sociedade (MOORE, 2007). O racismo restringe o acesso a tudo e as vantagens e benefícios são distribuídos conforme o fenótipo do sujeito, onde uma pessoa africana ou negra terá pouco ou nenhum acesso a bens materiais, imateriais e simbólicos, enquanto as pessoas brancas serão as que usufruirão do acesso a esses benefícios de forma ilimitada.

> A estigmatização da diferença com o fim de 'tirar proveito' (privilégios, vantagens e direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Esse nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional (MOORE, 2007, p. 284).

Assim, a função do racismo está em blindar os privilégios do grupo hegemônico da sociedade, caracterizado pelas suas características fenotípicas, ao passo que torna impotentes e fragilizados grupos subalternizados. Como resultado dos processos históricos de opressão, dominação, colonização (do saber, do ser e do poder), temos universidades que dependem epistemicamente e propagam ideais hegemônicos do norte global ao produzir ciência, epistemologias e práticas profissionais em Biblioteconomia. Em outras palavras: promove uma *Biblioteconomia Branca*.

Em consonância com o entendimento do contexto sócio-histórico apresentado nesta seção, passarei para o combate! A seguir, apresentarei reflexões alternativas para o estabelecimento de uma desobediência epistêmica, a partir da Teoria Crítica Racial e de Epistemologias do Sul.

3.3 POR UMA DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA: DA TEORIA CRÍTICA RACIAL ÀS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Ainda referenciando a Figura 1 presente neste capítulo, esta seção retoma como – em contrapartida ao que o grupo das elites e dos imigrantes brancos receberam enquanto privilégios – as pessoas negras tiveram a negação dos seus direitos e bens materiais, imateriais e simbólicos, os quais teriam possibilitado uma nova realidade daquela vivenciada atualmente por pessoas negras.

No que se refere aos bens materiais, no Brasil do pós-abolição, pessoas negras não tiveram direito a nenhum tipo de reparação, indenização, à terra[52], à moradia, à riqueza e herança oriundas do seu trabalho e de seus antepassados durante o período escravista.

Com relação a bens imateriais, o acesso à educação e ao conhecimento disseminados nas escolas, bibliotecas e universidades, como já demonstrado nas seções anteriores, não foi permitido a populações de origem africana[53]. A educação escolar dentro de estabelecimentos de ensino oficiais à época (incluindo aqui a Constituição Imperial de

[52] Eduardo Lopes (2014, s.p.) infere que "A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabelecia o fim da apropriação de terras: nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do estado. As terras já ocupadas seriam medidas e submetidas a condições de utilização ou, novamente, estariam na mão do estado, que as venderia para quem definisse. Além de impedir que os escrav[izad]os obtivessem posse de terras através do trabalho, essa lei previa subsídios do governo à vinda de colonos do exterior para serem contratados no país, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros e negras".

[53] O Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, em seu artigo 69, dizia: "Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:
§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.
§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.
§ **3º Os escrav[izad]os**. (BRASIL, 1954, s.p., grifo meu).

1824 e até o período do pós-abolição) era destinada somente a pessoas ex-cativas. O ensino era visto como uma forma de "civilizar" os grupos colocados em lugar de subalternização, compreendidos pela elite da época como "impeditivos da coesão social brasileira" (VEIGA, 2008 apud ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 235). Tal educação era destinada a pessoas pobres, mestiças e negras, haja vista que crianças de famílias elitizadas não estudavam em escolas públicas, eram educadas com professores particulares e as aulas eram ministradas em suas casas (ALMEIDA, 2000; ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Em relação aos bens simbólicos, trago como exemplo a construção identitária de pessoas de origem africana. O imaginário social sobre pessoas negras foi constituído pelas elites via proibição e marginalização[54] de elementos africanos de ancestralidade[55], culturais, linguísticos e religiosos, assim como pela dominação e incorporação forçada de valores civilizatórios e de perspectivas de olhar o mundo oriundas do colonizador. Como consequência desses e de outros processos, pessoas negras são atingidas por toda série de desigualdades na sociedade brasileira. Compõem os maiores (71,7%) índices de evasão[56] dos ambientes escolares e universitários (PALHARES, 2020); a taxa de analfabetismo é três vezes maior do que pessoas brancas, configurando 10 a cada 100 negros e negras maiores de 15 anos (BARBON, 2019)[57]; são a maioria dentro do sistema carcerário; e também

[54] A "Lei da Vadiagem", instituída em 1942: Pessoas negras sem documento eram abordadas pela polícia e estavam sujeitas a serem presas acusadas de vadiagem ou qualquer outro crime que a polícia desejasse.

[55] A capoeira, por exemplo, uma arte ancestral de defesa dos povos africanos foi proibida de ser relizada. Quem desacatasse esta lei poderia receber uma pena de 2 a 6 meses de reclusão.

[56] PALHARES, Isabela. Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de São Paulo**, 15 jul 2020.

[57] BARBON, Júlia. Quatro anos depois, Brasil ainda não bateu meta de alfabetização. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2019.

a grande (74,4%) parcela vítima de homicídios (CARTA CAPITAL, 2019)[58].

É necessário ainda apontar a representação social construída sobre as pessoas negras no contexto brasileiro, via mídias sociais e meios de comunicação em massa. Conforme nos lembra Silva (2013, p. 27), "a dinâmica dos meios de comunicação tem papel determinante na organização social, podendo influenciar com intensidade diversa nos âmbitos social, político e econômico".

O racismo, a negação da questão racial em meios de comunicação, a violência dos estereótipos sobre a população negra, a representatividade do povo negro e os mecanismos criados para invisibilizá-lo nas mídias são alguns dos estudos realizados por intelectuais como Liv Sovik, Joel Zito Araújo, Silvia Ramos, Muniz Sodré, entre outros. Conforme alguns dos estudiosos supracitados, é nos meios de comunicação em massa que a reprodução de estereóripos racistas acontece como um espelho que reflete o ideário socialmente construído sobre a pessoa negra. Barreto, Ceccarelli e Lobo (2017, p. 2), inferem que

> A ausência do negro ou sua imagem inferiorizada, quando aparece diante das formas de comunicação de massa como as telenovelas brasileiras, séries, propagandas em outdoor, programa de entretenimento, e entre outros produtos produzidos pela mídia brasileira são consequências de uma exclusão social gerada pelo preconceito racial contra as populações negras do país.

É do imaginário social que se perpetua a construção discursiva da pessoa negra que sempre sabe sambar, da que reside sempre em comunidades periféricas, daquela que está sempre no cerne da criminalidade, da que ocupa lugares de

[58] CARTA CAPITAL. Dois a cada três presos no Brasil são negros, aponta relatório. **Carta Capital**, 19 out. 2020.

trabalho subalternizados, entre outros aspectos. Tais estereótipos, para além de evidenciar o racismo das elites brancas – detentoras dos meios de comunicação em massa – ao construírem via mídias a percepção *do que é ser negro e negra*, interferem na construção positivada da identidade de pessoas negras, de sua negritude, ancestralidade e pertencimento étnico-racial (BARRETO; CECCARELLI; LOBO, 2017). Aliado a isso, quando chegamos aos bancos escolares e aos materiais bibliográficos utilizados para ensino-aprendizagem na escola, a representação das pessoas negras em livros didáticos e paradidáticos ainda é vinculada a estereótipos racistas (BONFIM; JESUS; FÉLIX, 2019).

Em pesquisa elaborada por Ana Célia da Silva em seu mestrado em Educação, cujo título é *Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I*, a pesquisadora investigou os estereótipos existentes nos textos e ilustrações do livro didático sobre a população negra. Nos 16 livros selecionados para análise da pesquisa, a pesquisadora identificou mais de 400 ilustrações de crianças brancas em atividades de lazer ou em sala de aula, e somente 51 ilustrações que se referiam a crianças negras, em sua maioria executando atividades de trabalhos ou consideradas negativas. Tais livros didáticos da década de 1980 apresentavam escassa presença de pessoas negras que, quando apareciam, estavam colocadas em lugares desumanizados e estigmatizados. Em análise dos discursos docentes, a autora identificou que os mesmos não percebiam a discriminação em forma de estereótipos presente nos livros didáticos (SILVA, 1987, 2011).

Posteriormente, no livro *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?*, da mesma pesquisadora, foram investigadas pessoas negras enquanto autoria dos textos e nas ilustrações de livros didáticos de língua portuguesa de ensino fundamental de 1º e 2º ciclos, da década de 1990. O objetivo da pesquisadora foi verificar quais transformações tinham ocorrido – desde os anos 1980 até duas décadas depois – na representação negra e quais fatores determinaram tal mudança (SILVA, 2011). Dentre os

resultados, a autora evidenciou que o *status* socioeconômico e valores atribuídos às personagens brancas continuam positivados. A diferença encontrada entre os livros didáticos da última década foi a representação negra mais humanizada, na qual a pessoa negra é detentora de direitos e de cidadania. Isso se deve, especialmente, aos instrumentos normativos criados para obrigatoriedade da inserção das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no ensino, assim como pela produção de materiais informacionais escritos por pessoas negras apontando vivências, sociabilidades, processos de resistência à dominação, cultura material, cotidiano, construção de identidades, imaginário e suas realidades sociais (ORIÁ, 1996; SILVA, 2011).

No que concerne à atuação docente, a autora entende que é papel de professores e professoras fazer uso consciente e crítico do livro didático, ao mesmo tempo em que se corrige estereótipos e expressões racistas que ainda estejam presentes nos materiais (SILVA, 2019). Ademais, a prática pedagógica vinculada à discussão dos problemas do racismo, preconceito e discriminação dentro do ambiente escolar deve ser parte da formação de estudantes que são os futuros cidadãos de uma sociedade que se pretende ser antirracista (SILVA, 1987, 2011, 2019).

Nos últimos anos, diversos estudos corroboraram com as pesquisas supracitadas ao investigarem as representações da população negra em livros didáticos (NEGRÃO, 1988; ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003; MATTOS et al., 2009; OTTO, 2016), em especial, nos de História (BRANCO, 2005; CARVALHO, 2006; CRUZ, 2011; LAIA; SILVEIRA, 2011; JESUS, 2012), língua portuguesa (SILVA, 2008) e educação básica (OLIVA, 2004; PANTOJA; ROCHA, 2004; OLIVEIRA, 2005). Bonfim, Jesus e Félix (2019), a partir da aplicação do método Análise de Discurso Crítica (ADC), analisaram a produção discursiva de estereótipos em dois livros: um deles foi um livro didático de História, intitulado *História Geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigol, e o outro foi o livro paradidático, *Chiquinha Gonzaga*, de Edinha Diniz. A abordagem de estudos dicursivos escolhida pelos autores

visou identificar os significados da linguagem para a "produção, manutenção e mudanças das relações sociais de poder", assim como o tipo de representação social presente nas obras quando aborda a população negra. Como resultado, as imagens e termos representacionais encontrados pelos autores nos livros supracitados ainda vinculam: a) pessoas negras colocadas em um estereótipo de população pobre e miserável; b) há reprodução de esteróripos raciais a partir da invisibilização e silenciamento de discursos e ações de luta de negros e negras, em especial, as do movimento negro (BONFIM; JESUS; FÉLIX, 2019). Branco (2005) apresenta que o negro, à epoca de sua pesquisa, era retratado em livros de História do ensino fundamental vinculado ao trabalho escravo e suas esferas, ao racismo e à discriminação, à violência física e simbólica, à resistência ao cativeiro, mas, principalmente, os livros silenciavam sobre as pessoas oprimidas e suas lutas por liberdade durante o processo escravista.

Nesse sentido, compreendo que tanto as mídias quanto os materiais didáticos – para citar somente alguns dos espaços onde pessoas negras ainda estão em lugares subalternizados – são colaboradores para a representação de uma identidade étnico-racial negativa da população negra. Não somente colabora para manter os negros e negras em lugares de exclusão, como também promovem a suposta supremacia racial do grupo branco através de suas representações.

Sendo assim, como enfrentar esse cenário racista na sociedade, o qual se reflete na biblioteca e atuação bibliotecária, para criar uma desobediência epistêmica dentro da área biblioteconômica? Em um primeiro momento, entendo que perspassa pelo entendimento e debate da invisibilidade racial na Biblioteconomia como um dos pontos de manutenção do *status quo* de uma Biblioteconomia Branca; em um segundo momento, inserir os estudos da Teoria Crítica de Raça – oriunda de autores e autoras negro-africanos – visando uma conscientização sobre a atuação dos instrumentos de operacionalização da raça, inclusive dentro dos espaços de atuação profissional bibliotecária; e, por fim,

incitar um debate a partir de autores e autoras geograficamente situados no contexto latino-americano, evidenciando perspectivas decoloniais e epistemologias do sul como aquelas que possibilitarão a desobediência epistêmica em Biblioteconomia. Como resultado, entendo que conseguiremos atingir uma *Biblioteconomia Crítica, Antirracista e Decolonial*. Esses pontos, serão brevemente expostos nas seções terciárias a seguir.

3.3.1 A invisibilidade da cor na Biblioteconomia

O bibliotecário e professor de Estudos Asiático-Americanos, Todd Honma (2005) argumenta sobre a necessidade de uma discussão crítica sustentada em torno das questões de raça no campo biblioteconômico-informacional, em especial uma visão crítica do pensamento canônico estabelecido ao longo do tempo. Aborda que necessitamos desafiarmos as ideologias que prevalecem dentro do campo e que tratam as discussões sobre raça e racismo como algo externo à investigação científica bibliotecária.

O estabelecimento de críticas apuradas no sentido de compreensão da raça e do racismo evitaria o que o autor chama de "omissão da cor", ou seja, a negação de que os espaços de bibliotecas e na formação bibliotecária são lugares racializados (HONMA, 2005, 2017). Tais discussões servem para direcionarmos o olhar para dois pontos que o autor chama a atenção: o primeiro é para nos livrar da "cegueira seletiva" sobre raça dentro do campo e expor a lacuna que ainda existe sobre esse assunto, mesmo com importante contribuição de populações negras e outras colocadas à margem em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI); o segundo ponto é para a desconstrução de paradigmas positivistas, que colocam sob enfoque o discurso do "multiculturalismo" e da "diversidade", mas esquecem de interrogar os fundamentos epistemológicos que

estabeleceram a normatividade racial branca em BCI (HONMA, 2005).

Para além desses, uma abordagem "holística" de raça a partir do uso de lentes teóricas de outros campos como estudos feministas, estudos étnico-raciais, entre outros, assim como a compreensão de preconceitos que fundamentam a construção de bibliotecas e do campo biblioteconômico-informacional deve ser reivindicada para que possamos explicar o papel da biblioteca na formação e construção de uma cidadania *racializadamente branca* (HONMA, 2005, 2017).

Dentre os pontos de reflexão e ação para retirarmos a invisibilidade da cor no campo da BCI está o currículo dos cursos de Biblioteconomia. O currículo não pode ser concebido como uma questão simplesmente técnica, pois, conforme Shirley Cristina Lacerda Malta (2013), essa visão reduziria o currículo à discussão de como este seria organizado e as formas de se realizar essa ação, ao mesmo tempo em que se aceitaria facilmente os saberes e conhecimentos dominantes como se fossem apenas teorias neutras, científicas ou desinteressadas. Posto isso, tal invisibilidade deve ser combatida pela escolha (em especial, política) de inserir intelectuais da área que sejam pessoas negras, indígenas, asiáticas, LGBTQIA+, entre outras, dentro da construção do projeto político pedagógico do curso, assim como disciplinas, ementas e bibliografias que evidenciem seus saberes.

Entendo ainda, que a adoção de políticas de ações afirmativas em universidades, programas de pós-graduação e em concursos públicos para docentes também promove um enfrentamento às heranças escravistas e coloniais que retiraram pessoas negras, indígenas e outras dos espaços acadêmicos e de produção de conhecimentos científicos. Docentes pertencentes a populações que foram historicamente oprimidas são uma rebelião poderosa para confrontar a formação orientada para uma perspectiva branca de conhecimento. Além disso, mesmo quando não pautam as questões étnico-raciais, a presença de seus corpos

negros, indígenas, asiáticos etc. atuam indiretamente dentro da universidade para quebrar com esse ciclo de domínio de criação de conhecimentos e elaboração de discursos feitos pela branquitude no ambiente universitário.

Tenho consciência de que ter pessoas negras docentes não quer dizer promover uma consciência racial dentro dos cursos, da formação ou das epistemologias ali evidenciadas. No entanto, a presença negra significa representatividade para outras pessoas negras, para sabermos que podemos adentrar e nos apoderar desses espaços e, a partir daí, promover mudanças que combatam a opressão de grupos invisibilizados e formar profissionais com consciência racial, ética, política e de promoção de justiça social.

3.3.2 Teoria Crítica e Teoria Crítica Racial: breves contextualizações

> A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar[59].
> (MARTIN LUTHER KING JR., 1963, s.p., tradução minha)

Antes de prosseguirmos, entendo que uma breve elaboração sobre o que entendo como teoria crítica e teoria crítica racial seria instrutiva. No campo biblioteconômico-informacional, quando nos referimos à teoria crítica, estamos nos referindo à filosofia desenvolvida por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Hebert Marcuse e Jürgen Habermas, integrantes do *Institut für Sozialforschung* – o Instituto de Pesquisa Social, criado em 1923 filiado à Universidade de Frankfurt (ZANETTI, 2007; SCHROEDER; HOLLISTER, 2014).

A teoria crítica possui, em seu cerne, uma aversão a sistemas filosóficos fechados e também a pretensões de

[59] KING JR., Martin Luther. Letter from Birmingham Jail. **The Atlantic**, agosto 1963, Disponível em: http://www.theatlantic.com/ideastour/civil-rights/king-excerpt.html

verdade absoluta. Além disso, é diferente da teoria social "tradicional", pois evidencia contradições básicas dentro da sociedade capitalista e se coloca fora dos limites da estrutura existente (ZANETTI, 2007). Parte ainda,

> [...] da visão da humanidade como criadora da história e da sociedade; busca uma sociedade de atores livres que transcende a tensão entre, e elimina a oposição ao propósito, espontaneidade e racionalidade do indivíduo e os resultados de seu trabalho. A teoria crítica oferece uma crítica de outras teorias sociais de um ponto de vista que deriva seu impulso ético e estrutura metodológica do marxismo (ZANETTI, 2007, p. 186, tradução minha).

Dentre as contribuições da teoria crítica oriunda da primeira geração de frankfurtianos, Zanetti (2007) destaca a integração das teorias marxista e freudiana, sobretudo pela inegável ligação entre a associação política e processos sociopsicológicos. Embora suas contribuições fossem revolucionárias, os integrantes da primeira geração do Instituto eram oriundos de uma intelectualidade acadêmica com formação burguesa (ZANETTI, 2007).

> Sua atração pela teoria radical resultou de uma repulsa filosófica contra a opressão do capitalismo e a negação hipócrita. Sua maior força - seu arcabouço teórico - também se tornou sua maior desvantagem, pois a teoria desenvolvida era tão radical que era irreconciliável com a *práxis*. O papel da filosofia passou a ser o de expressar protesto, desmascarar a razão e articular o sofrimento humano, mas sem efetuar mudanças (ZANETTI, 2007, p. 186, tradução minha).

Na contemporaneidade, a teoria crítica tem forte influência em diversas áreas do conhecimento, sendo parte da Antropologia, Relações Públicas, Psicologia, Direito, Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre outras. Há princípios que evidenciam e incentivam uma abordagem crítica, a saber: a) há necessidade de compreendermos as experiências dos sujeitos em contextos reais e, para isso, a teoria crítica irá compartilhar de métodos e ideias de teorias interpretativas; b) um estudo crítico é diferente do interpretativo, pois o primeiro interpreta atos e símbolos presentes na sociedade para compreender o *modus operandi* de opressão aos grupos sociais marginalizados; c) abordagens críticas irão examinar condições sociais para descobrir se existem estruturas ocultas (DELGADO; STEFANIC, 2000; ZANETTI, 2007). A Teoria Crítica "ensina que conhecimento é poder", e compreender os modos pelos quais alguém é oprimido permite que haja ação para mudar as forças que o oprimem (ZANETTI, 2007, p. 187).

No campo biblioteconômico-informacional, a teoria crítica teve seu início e desenvolvimento na década de 1970 nos Estado Unidos. Robert J. Antonio (1983, p. 325, tradução minha) infere que:

> Embora a "Escola de Frankfurt" tenha sido fundada em 1923 e muitos de seus principais estudiosos tenham vivido no exílio americano durante a aquisição nazista de sua Alemanha natal, sua abordagem - teoria crítica - não era amplamente conhecida nos Estados Unidos até os anos 1970.

Usando a abordagem da teoria crítica, Michael Harris publicou, em 1972, o artigo intitulado *The Purpose of the American Public Library in Historical Perspective: A Revisionist*

Interpretation[60] no qual realizou uma reavaliação da história romantizada da biblioteca pública americana, e expôs o autoritarismo e elitismo em sua base. Ademais, o autor criticou a visão positivista e pluralista dos bibliotecários, e solicitou que houvesse "um repensar dos fundamentos epistemológicos da pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação" (HARRIS, 1986a, p. 516, tradução minha).

Posteriormente, entre as décadas de 1990 e 2000, bibliotecários como John Buschman (1993), Christine Pawley (1998), John Budd (2003), Ajit Kumar Pyati (2006), Gerald Benoît (2002, 2007) – para citar alguns – usaram as teorias de Gramsci, Bourdieu, Habermas e Marcuse como lentes críticas para questionar os currículos em Biblioteconomia e Ciência da Informação (SCHROEDER; HOLLISTER, 2014). Mais tarde, a teoria crítica passou a ser inserida em estudos da Pedagogia (ACCARDI; DRABINSKI; KUMBIER, 2010), competência crítica em informação (SWANSON, 2004; ELMBORG, 2006; JACOBS, 2008) e áreas da catalogação e classificação (OLSON, 2000, 2001a,b, 2002).

Ajit Kumar Pyati (2006), professor associado da Faculdade de Informação e Estudos de Mídia na *University of Western Ontario*, infere que a teoria crítica ainda não foi totalmente compreendida dentro do contexto biblioteconômico-informacional, haja vista que em alguns momentos tal teoria é colocada em conjunto de outras "tradições críticas" como pós-modernismo e pós-estruturalismo. A partir da apropriação do conceito de Kellner (1989), o autor aborda que a teoria crítica se refere àquela "teoria que pode empreender uma análise sistemática e dialética da economia, do estado e da esfera política e suas ligações com a cultura, ideologia e vida cotidiana" (PYATI, 2006, p. 84).

No que se refere às bibliotecas, Pyati (2006) argumenta que estas são lugares de desenvolvimento de ideologias tecno-capistalistas da sociedade, e por isso, o profissional

[60] O propósito da Biblioteca Pública Americana em Perspectiva Histórica: uma interpretação revisionista (tradução minha).

deve fazer exames críticos da área e de sua atuação visando elaborar alternativas emancipatórias para enfrentamento dessas ideologias. No entanto, apesar de olharem criticamente para a área, poucos autores e autoras vinculados à Teoria Crítica se lembram de pensar na questão da raça, assim como na biblioteca e Biblioteconomia como espaços de propagação de uma suposta supremacia racial branca (HONMA, 2005; BEILIN, 2017).

Como os teóricos de raça, Michael Omi e Howard Winant (2014, p. 13, tradução e grifos meus), afirmam:

> [...] há uma dimensão corporal crucial para o conceito de raça. **A raça é ocular de forma irredutível**. Os corpos humanos são lidos, compreendidos e narrados visualmente por meio de significados e associações simbólicas. As diferenças fenotípicas não são necessariamente vistas ou entendidas da mesma maneira consistente ao longo do tempo e do lugar, mas, mesmo assim, operam em ambientes sociais específicos. Não por causa de qualquer diferença de base biológica ou essencial entre os seres humanos em variáveis fonêmicas como "cor" ou "textura do cabelo", **mas porque práticas sócio-históricas como conquista e escravidão classificaram os corpos humanos para fins de dominação** - e porque essas mesmas distinções, portanto, tornaram-se importante para resistência à dominação também - fenótipos raciais como preto e branco foram construídos e codificados por meio da linguagem da raça.

Assim, entende-se a existência de uma formação racial como um processo vinculado a projetos historicamente situados em que corpos humanos e estruturas sociais são representados e organizados visando à evolução da

hegemonia dentro das sociedades (OMI; WINANT, 2014). Dessa forma, mesmo quando de maneira não intencional, a biblioteca mantém motivos de cunho racial, haja vista que os projetos raciais "são esforços para moldar as maneiras pelas quais as identidades humanas e estruturas sociais são significadas racialmente, e as maneiras recíprocas pelas quais o significado racial se torna embutido nas estruturas sociais" (OMI; WINANT, 2014, p. 13). Tais projetos raciais estão presentes em nosso cotidiano quando a "raça é inovada ou significada onde quer que as estruturas sociais estejam sendo organizadas segundo linhas raciais" (OMI; WINANT, 2014, p. 13).

Para pensar esses processos raciais e as estruturas sociais, nasceu na década de 1970, enquanto um movimento contra-hegemônico, a Teoria Crítica Racial (TCR). Embora a teoria crítica – como brevemente contextualizei – faça parte do campo biblioteconômico-informacional, a Teoria Crítica Racial raramente é usada enquanto lente teórica para incorporar a categoria de raça dentro do contexto do campo.

Estabelecida na comunidade crítica e nas tradições acadêmicas oriundas de W. E. B. Du Bois (1903), a TCR foi inicialmente atuante nas áreas do Direito e das Ciências Sociais na década de 1980 e evoluiu enquanto um movimento com o enfoque em explicar o papel da raça e da persistência do racismo dentro das sociedades (DELGADO, 1995; DELGADO; STEFANIC, 2000; ZUBERI, 2001, 2006, 2016).

Conforme infere a professora do Departamento de Estudos Chicanos, da Universidade da Califórnia, Tara Yosso e colaboradores (2009, p. 662),

> Os estudiosos da TCR inicialmente criticaram o racismo social em andamento em termos binários em preto e branco e se concentraram no ritmo lento e na promessa não realizada da legislação de direitos civis. Eles finalmente desenvolveram a estrutura para examinar as múltiplas maneiras pelas quais afro-

> americanos, nativos americanos, asiáticos, ilhéus do Pacífico, chicanas/os e latinas/os continuam a experimentar, responder e resistir ao racismo e outras formas de opressão.

No Direito, a TCR começou a questionar criticamente as pretensões intelectuais da supremacia branca na lei, desafiando formas ortodoxas, questionamentos e premissas do liberalismo e debatendo outros saberes. Os Estudos Jurídicos Críticos (EJC) – os antecessores da TCR –, possuem grande dívida com o feminismo, a filosofia social e a política continental; inspiram-se na tradição de luta dos direitos civis na sociedade americana, representada por líderes como Martin Luther King Júnior, W. E. B. Du Bois, Rosa Parks e Cesar Chavez; e de movimentos nacionalistas, os quais possuem representantes como Malcolm X e os Panteras Negras (DELGADO; STEFANIC, 2000; ZUBERI, 2001, 2006, 2016).

Embora suas origens intelectuais sejam mais antigas, como uma entidade autoconsciente, o movimento da TCR começou a se organizar em 1989. Enquanto conceito, busca o reconhecimento do racismo como uma parte duradoura da vida de pessoas negras em sociedades racializadas "e trabalha para eliminar a opressão racial como parte do objetivo maior de acabar com todas as formas de opressão" (ROGERS; MOSLEY, 2009, p. 515).

W. E. B. Du Bois, em seu texto *The Souls of Black Folk*[61], infere que o "problema da linha da cor" se tornou foco da atenção acadêmica para pesquisadoras(es) de diversas disciplinas e campos por mais de cem anos. Dentre os teóricos internacionais podemos citar Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Jane Addams, James B. Stuart, Eduardo Bonilla-Silva, Oliver Cox, James Blackwell, W. E. B. Du Bois, os quais promoveram interpretações das desigualdades humanas, realidades sociais e do colonialismo (ZUBERI, 2016). No Brasil, Nilma Lino Gomes, Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli

[61] As almas do povo negro (tradução minha).

Carneiro, Milton Santos, Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga são também teóricos que promoveram discussões sobre as questões de raça interligadas com as relações sociais, gênero e suas interseccionalidades.

Na perspectiva de Mari J. Matsuda, Charles R. Lawrence III, Richard Delgado e Kimberlè Williams Crenshaw, autores do livro *Words That Wound: Critical Race Theory, Assaultive Speech, and the First Amendment*[62], a Teoria Crítica Racial:

> está fundamentada nas particularidades de uma realidade social que é definida por nossas experiências e pela experiência histórica coletiva de nossas comunidades de origem. Os teóricos raciais críticos abraçam a subjetividade da perspectiva e são declaradamente políticos. Nosso trabalho é pragmático e utópico, pois buscamos responder às necessidades imediatas dos subordinados e oprimidos ao mesmo tempo em que imaginamos um mundo diferente e oferecemos valores diferentes. É um trabalho que envolve ação e reflexão. É informado pela luta ativa e, por sua vez, informa essa luta.

O professor de Ciências Sociais, Educação Comparada e Estudos Chicanos, da Universidade da Califórnia, Daniel Solórzano aponta em seu artigo *Images and words that wound: Critical race theory, racial stereotyping, and teacher education*[63] que a TCR extrai e amplia os Estudos da Informação, no que se refere à denominada teoria crítica, entendida como "uma estrutura ou conjunto de perspectivas básicas, métodos e pedagogia que visa identificar, analisar e transformar aspectos culturais da sociedade e manter a

[62] Palavras que ferem: teoria crítica da raça, discurso agressivo e a primeira emenda (tradução minha).
[63] Imagens e palavras que ferem: teoria racial crítica, estereótipos raciais e formação de profesores (tradução minha).

subordinação e marginalização" de pessoas negras, latinas, asiáticas, indígenas, entre outras (SOLÓRZANO, 1997, p. 6, tradução minha). No entendimento de Solórzano, a TCR desafia o discurso dominante sobre raça e racismo, em especial, ao examinar as doutrinas jurídicas usadas para colocar em lugar de subordinados certos grupos étnico-raciais.

Na sua perspectiva, existem cinco princípios compartilhados pelos estudos em Teoria Crítica Racial, a saber:

a) *A centralidade e interseccionalidade da raça e do racismo*: sua relação está na TCR partir da premissa de que raça e racismo são endêmicos, são permanentes e fatores centrais de experiências individuais. Ainda, teóricos de raça como Angela Davis, Kimberlè Crenshaw, Robin Barnes, Tara Yosso, entre outros citados pelo autor, compreendeem que o racismo possui, no mínimo, quatro dimensões, na qual a primeira se refere ao racismo ter micro e macro componentes; a segunda explica que o racismo assume formas institucionais e individuais; a terceira infere que o racismo possui elementos conscientes e inconscientes; e, a última dimensão, que o racismo tem um impacto cumulativo tanto no indivíduo quanto no grupo (SOLÓRZANO, 1997).
b) *O desafio à ideologia dominante*: conforme o autor, a TCR desafia reivindicações tradicionais dos sistemas jurídico e social de objetividade, meritocracia, (pseudo)neutralidade racial e igualdade de oportunidades. Embasado em Calmore e Crenshaw, o autor infere que tais reinvindicações tradicionais servem para camuflar o interesse na manutenção de poder e privilégios dos grupos dominantes (SOLÓRZANO, 1997).
c) *O compromisso com a justiça social*: o autor enfatiza que a TCR possui o compromisso com a justiça social e eliminação do racismo como parte integrante de

uma luta teórico-crítica que visa retirar de espaços de subordinação as populações historicamente marginalizadas (SOLÓRZANO, 1997).

d) *A centralidade do conhecimento experiencial*: a TCR reconhece o conhecimento de mulheres e homens negros, indígenas, latinos, asiáticos como conhecimentos legítimos, apropriados e críticos para análise da sociedade como um todo. As experiências de pessoas colocadas em lugares de subordinação e exclusão – como é o caso das populações negras, indígenas, latinas, asiáticas, ciganas, etc – são forças da TCR, que se utiliza de métodos como contar histórias individuais, coletivas e familiares, biografias, parábolas, crônicas e narrativas para evidenciar as experiências vividas por tais grupos (SOLÓRZANO, 1997).
e) *A perspectiva interdisciplinar:* a TCR desafia o a-historicismo e o enfoque unidisciplinar das análises e insiste na análise da raça e racismo a partir contextos históricos e contemporâneos, via uso de métodos interdisciplinares (SOLÓRZANO, 1997).

A partir desta seção, e parafraseando Solórzano (1997), entendo que a contribuição da Teoria Crítica Racial em BCI está em formar bibliotecárias e bibliotecários conscientes a partir do desenvolvimento de uma pedagogia, currículo, agendas de pesquisas e atuação profissional antirracistas e decoloniais. Ao mesmo tempo, tais profissionais irão se tornar conscientes do papel da raça, do racismo e da branquitude na sua vida (pessoal, profissional e cidadã) e atuarão de forma estratégica para eliminar o racismo e todas as formas de opressão, subordinação e preconceito ainda presentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

3.3.3 Perspectivas decoloniais e epistemologias do sul

> *O que se propõe não é a negação ou ignorância das produções do*

> *conhecimento ocidental e dos seus acúmulos, tampouco a troca de posição entre o Norte e o Sul, entre colonizador e colonizado, entre eurocentrismos modenos e outras opções emergentes [...] (RUFINO, 2019, p. 37)*

A passagem acima presente no livro *Pedagogia das Encruzilhadas*, de Luiz Rufino, me lembra das vezes em que já fui questionada sobre tentar "apagar" aquilo que já temos no contexto brasileiro como referenciais na educação, atuação e pensamento em BCI para buscar reconstruir uma nova narrativa retirando esses saberes e conhecimentos.

Aqui, quero deixar evidente que a luta é para equidade, representatividade e, principalmente, para o entendimento de que não é somente o conhecimento produzido por pessoas brancas de contextos dominantes que é conhecimento válido e científico. Demonstrei, inclusive via um esquema, que nossa área precisa se reconfigurar epistemologicamente e também enquanto *práxis*, pois não cabe mais uma Biblioteconomia centrada em referenciais que promovem a perspectiva hegemônica e excluidora de toda e qualquer contribuição crítica e de saberes de sujeitos que foram colonizados, escravizados e subjugados por uma lógica de hierarquia racial criada para manter determinados grupos no poder.

Assim, proponho o estabelecimento de uma *Biblioteconomia Crítica, Antirracista e Decolonial (BCAD)*, tendo como referenciais, sujeitos e saberes à margem da sociedade, em especial oriundos do sul global. Contribuições de alguns campos teórico-críticos interdisciplinares podem auxiliar no estabelecimento da BCAD, conforme algumas que comento a seguir: as pedagogias decoloniais, o feminismo decolonial, o feminismo negro e as epistemologias do sul.

Os estudos decoloniais têm sido desenvolvidos no continente latino-americano desde a década de 1990, a partir

do reconhecido Grupo Modernidade/Colonialidade[64]. A crítica tecida à colonialidade é um demarcador do Grupo, que se afasta, em certa medida, dos estudos pós-coloniais dominantes detentores de uma forte influência pós-moderna (PAZELLO, 2014). Dentre os integrantes, podemos citar: Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Zulma Palermo, Nelson Maldonado Torres, Arturo Escobar, Boaventura de Sousa Santos, Immanuel Wallerstein, entre outros.

As obras desses intelectuais têm produzido debates acerca da colonialidade enquanto componente constitutivo da modernidade (MIGNOLO, 2005), assim como sobre o colonialismo e colonialidade serem entendidos como conceitos que se inter-relacionam, mas que são distintos. O primeiro, o colonialismo, é entendido como um padrão de dominação e exploração que engloba o controle da autoridade política, dos recursos econômicos e de produção, assim como da força de trabalho de uma população cuja soberania está sob o controle de outra nação que não a sua (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2007). Enquanto isso, a colonialidade

> [...] se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

[64] Para entender melhor sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), leia: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

Além disso, a colonialidade está presente em três bases principais que são o poder, o ser e o saber, sendo este último aquele enfocado neste capítulo.

As **Pedagogias decoloniais**, evidenciadas principalmente pelos estudos da linguista norte-americana radicada no Equador, Catherine Walsh, buscam abrir espaço para outros caminhos e outras perspectivas críticas que façam emergir, reemergir, elevar e edificar práticas pedagógicas que desafiam e se desligam da modernidade ocidental e do poder colonial (WALSH, 2017). Em outras palavras, são:

> Pedagogias que estimulam o pensar a partir e com genealogias, racionalidades, saberes, práticas e sistemas civilizadores e diferentes vivências. Pedagogias que incitam possibilidades de ser, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, ouvir e conhecer de outra forma, pedagogias voltadas e ancoradas em processos e projetos de caráter, horizonte e intenção descolonial (WALSH, 2017, p. 28).

A autora desse conceito, embasada em Paulo Freire e Frantz Fanon, cita em seus estudos os movimentos sociais indígenas equatorianos e afro-equatorianos para relacionar sobre como povos historicamente subalternizados e desumanizados pelos grupos hegemônicos conseguem (re)construir, via lutas pela existência e contra a colonialidade, outras práticas sociais, epistêmicas e políticas. A conscientização desses grupos subalternizados de como a colonialidade do ser, do poder e do ser operam em suas vidas, pode permitir aos mesmos suas insurgências políticas e desobediências epistêmicas. Dessa forma, podem construir ou transformar as relações estabelecidas em espaços de poder, elaborar estratégias de enfrentamento em conjunto com outros grupos marginalizados e racializados, assim como visibilizar pensamentos outros diferentes do pensamento único europeu (WALSH, 2005, 2007, 2017).

Em consonância com as pedagogias decoloniais, trago para somar, as **Epistemologias do sul**. Boaventura de Sousa Santos (1995, 2014) citado por Santos, Araújo e Baumgarten (2016, p. 16), infere que o conceito de Sul não se refere exclusivamente a uma geografia, mas sim a "uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão". As desigualdades promovem conhecimentos invisibilizados pertencentes a sujeitos que tem sua condição de humanidade negada, algo essencial na constituição da modernidade. Dessa forma, saberes e práticas desaparecem e a produção de invisibilidades é propagada por cinco monoculturas de pensamento, conforme infere Santos (1995, 2006, 2014) e Santos, Araújo e Baumgarten (2016, p. 16). Assim,

> [...] a monocultura do saber e do rigor do saber cria o ignorante, a monocultura do tempo linear determina o residual, a monocultura da naturalização das diferenças legitima a classificação do inferior, a monocultura do universalismo abstrato demarca o que é local e estabelece a sua irrelevância e a monocultura dos critérios de produtividade capitalista decreta o improdutivo.

Pensando epistemologicamente, o que se propõe é uma criação de relações sem hierarquia entre os saberes existentes, sejam eles científicos, populares, tradicionais, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, entre outros. Santos e Menezes (2009, p. 15) estabelecem que "toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias". Dessa forma, epistemologia pode ser compreendida como "toda noção ou ideia, refletida ou não sobre as condições do que conta como conhecimento válido" (SANTOS; MENESES, 2009, p. 15). Assim, as Epistemologias do Sul surgem como uma

"proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico" (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 17-18). Enquanto cerne dessas epistemologias, busca-se desafiar as hierarquias estabelecidas entre conhecimentos e experiências do Norte e do Sul do globo para que se criem relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam apagadas ou invisibilizadas por uma dependência epistêmica ao Norte.

O ***Feminismo decolonial***, campo assentado geopoliticamente em Abya Yala[65], conforme infere uma das vozes do feminismo decolonial, a Psicóloga e Doutora em Filosofia, Yuderkys Espinosa Minõso[66], parte de sua

[65] Valho-me da fala da guatemalteca, indígena mayaxinka e feminista comunitária, Lorena Cabnal, para situar o que entendo por Abya Yala: "Meu local de fala não é a América Latina, porque esse é o nome que o colonialismo impôs sobre todo o nosso território. Eu falo desde Abya Yala, que é o verdadeiro nome desta terra" (CABNAL, 2019, s.p.).

[66] Em seus estudos, a pensadora decolonial Yuderkys Espinosa Minõso infere que há um desencontro entre feminismo e a luta antirracista. Busca construir uma genealogia do feminismo no continente latino-americano, o qual possui profundas bases eurocêntricas. Seus estudos demonstram que supostamente o feminismo tem buscado dialogar com mulheres subalternizadas (campesinas, negras, ribeirinhas, indígenas), mas tal diálogo se dá com base em uma violência epistêmica, porque o feminismo produziu teorias que se pretendem universais e acaba por impor tais teorias a essas mulheres. Tal imposição de teorias e a falta de escuta dessas mulheres, resulta em se tornar uma nova forma de opressão, haja vista que o feminismo compreende que deve defender essas mulheres, mas não as considera como iguais e capazes de pensar e tomar suas próprias decisões. Para um maior entendimento do pensamento dessa intelectual, leia: *Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional* (ESPINOSA MIÑOSO, 2009); *Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental*

perspectiva que se vincula à crítica decolonial à modernidade, a partir da crítica da razão feminista, e se desvia da "colonialidade da razão feminista" ou "razão feminista eurocentrada" trazida pelo feminismo hegemônico do norte global (ESPINOSA MIÑOSO, 2009, 2019).

Diana Maffía, Ángela Arruda, Joana Maria Pedro, Alejandra Restrepo, Lourdes Fernández Rius, Lélia González, Lourdes Fernández Rius, María Lugones, Irma Alicia Velásquez Nimatuj, Moira Millán, Aura Cumes, Julieta Paredes, Lorena Cabnal, Adriana Guzmán Arroyo, Patricia Botero Gómez, Gisele Côrtes, Jacqueline Ribeiro Cabral, Nathália Romeiro e tantas outras intelectuais latino-americanas e caribenhas podem nos auxiliar a voltarmos o olhar para os estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação englobando na epistemologia, atuação e formação bibliotecárias perspectivas que permitam insurgências possíveis – via enfoques epistêmicos que, articulando raça, gênero e classe, evidenciem lugares de enunciação e autoridade intelectual de mulheres negras, indígenas, latino-americanas e caribenhas – de forma a instituir resistências e mudanças no sistema hegemônico colonial que ainda vivenciamos.

O **Feminismo negro**, movimento que começou a se fortificar no Brasil nos anos 1980, é importante para trazer à Biblioteconomia um debate político sobre raça, gênero e classe. Além de possuir um arcabouço teórico e crítico embasado em autoras brasileiras como Lélia González, Cidinha da Silva, Luiza Bairros, Vilma Reis, Vilma Piedade, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Marielle Franco, Ângela Figueiredo, Mãe Stella de Oxóssi, Beatriz Nascimento, Antonieta de Barros – para nomear algumas –, o feminismo negro serve enquanto um instrumento para se pensar as realidades sociais, econômicas, educacionais, políticas e de lutas de mulheres negras, assim como o modelo societário em

(ESPINOSA MIÑOSO, 2009); *Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina* (ESPINOSA MIÑOSO, 2019).

que estamos inseridos (RIBEIRO, 2018). Tal movimento é fundamental, pois assim como o feminismo hegemônico (leia-se branco) não atende às mulheres de Abya Yala, não atende também às mulheres negras, independentemente do espaço geopolítico em que estas estejam, haja vista que o feminismo hegemônico está impregnado de racismo e privilégios raciais e de classe (DAVIS, 1981; CRENSHAW, 1989; RIBEIRO, 2018; HOOKS, 2019). Conforme bem lembra Djamila Ribeiro (2018), o feminismo branco se estrutura em um modelo que incorpora o discurso de mulheres brancas como dominante, e assim, acaba por invisibilizar e excluir contranarrativas e reinvindicações de mulheres negras dentro do movimento feminista.

Dessa forma, incorporar o feminismo negro na BCI brasileira, significa inserir outras narrativas e saberes oriundos de mulheres negras. É contribuir para conectar a prática, a formação e episteme em BCI para pensar as interseccionalidades entre raça, gênero e classe. É ainda, produzir reflexões teórico-críticas que possam ir ao encontro de uma prática antissexista e antirracista que se conectam com a realidade social de mulheres negras. Além disso, é colocar mulheres negras em lugar de sujeitos epistêmicos para romper com a lógica da universalidade branca na academia e na ciência (HOOKS, 2019).

Encerrando esta seção, saliento que busquei demonstrar como podemos estabelecer uma relação dialógica com epistemologias e movimentos outros oriundos do Sul global. Embora pudesse ter elencado outras perspectivas (Afrocentricidade de Molefi Kete Asante, Pedagogia das Encruzilhadas de Luiz Rufino, Pedagogia da Ancestralidade de Kiussam Oliveira, entre outras) com as quais a Biblioteconomia poderia se interrelacionar, entendo que a partir das já expostas é possível ampliar os horizontes para outras formas de pensamentos e contranarrativas. Assim, elaborar práticas de ensino e atuação profissional que se proponham a decolonizar o conhecimento no campo biblioteconômico e trazer para o lugar de autoridade epistêmica sujeitos racializados e deixados à margem, assim

como seus debates políticos, reflexões teórico-críticas e epistemologias é o que entendo como cerne da Biblioteconomia Crítica, Antirracista e Decolonial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentei uma arqueologia, via Modelo Conceitual disponibilizado na Figura 1, de como a Biblioteconomia ainda é uma área que corrobora para manutenção de suposta supremacia racial nos espaços de formação, atuação e epistemes ao excluir as perspectivas críticas interseccionadas com discussões sobre raça, racismo, gênero, epistemicídio e branquitude.

Enquanto pessoas bibliotecárias necessitamos de uma ruptura com a dependência epistêmica e com o pensamento colonial para que possamos evoluir enquanto profissionais da informação e fazermos, de fato, a diferença na sociedade em que vivemos. Como demonstrei, há caminhos críticos alternativos para aqueles e aquelas que desejam evidenciar em sua prática profissional, produção de conhecimento científico e em suas reflexões críticas a diversidade de pensamentos e epistemes que constroem uma sociedade antirracista, antissexista, emancipada e comprometida com a diversidade.

É possível nos basearmos em estudos oriundos da BCI latino-americana e caribenha, na Teoria Crítica Racial, nos feminismos negros e decoloniais e epistemologias do sul, entre outras abordagens, para compreendermos estruturas e impactos da branquitude, da raça e do racismo na BCI, assim como estabelecer desobediências epistêmicas dentro do campo. Como demonstrei, tudo que fazemos é político, assim como foi minha escolha em utilizar, em grande maioria, lentes teórico-críticas de mulheres e homens negros, mulheres brancas, pessoas de origem latina e asiática, entre outras – que estão no lugar de subalternizados e oprimidos pelo sistema hegemônico mesmo quando situados geograficamente no norte do globo – que estão presentes

como os autores e autoras que fizeram parte dos dois últimos capítulos desta obra.

Entendo que os debates e as reflexões aqui evidenciadas não se esgotam neste livro. O intuito foi incitar outros olhares e abrir novos caminhos para aprofundamentos teóricos em pesquisas no campo biblioteconômico-informacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Doutorado para a autora deste capítulo.

REFERÊNCIAS

ACCARDI, Maria T., DRABINSKI, Emily; KUMBIER, Alana (Ed.). **Critical library instruction**: Theories and methods. Duluth, MN: Library Juice, 2010.

ALBERTA Civil Liberties Research Centre – ACLRC. **Whiteness**. S.L., 2015.

ALMEIDA, Manuel W. Barbosa. **Racismo nos livros didáticos**. São Paulo: Cedi, 1985.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettin de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte. Ed. Letramento, Justificando, 2018.

ALVES, Ueliton dos Santos. Por uma Biblioteconomia decolonial. **CRB-8**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: http://www.crb8.org.br/por-uma-biblioteconomia-decolonial/ Acesso: 10 jun. 2020.

ANTONIO, Robert J. The Origin, Development, and Contemporary Status of Critical Theory. **The Sociological Quarterly**, v. 24, p. 325-351, Summer 1983.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARBON, Júlia. Quatro anos depois, Brasil ainda não bateu meta de alfabetização. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2019.

BARBOSA, Vera Lucia Rodrigues; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio; PINTO, Marli Dias de Souza; SENA, Priscila Machado Borges. A inserção da etnia negra no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina a partir das ações afirmativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBD 2017, p. 97-214, 2017.

BARRETO, Robenilson Moura; CECCARELLI, Paulo Roberto; LOBO, Warlington Luz. O negro e a mídia: novas possibilidades de referências identificatórios nas redes sociais. *In*: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (Org.). **Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos**. Curitiba: CRV, 2017. P. 709-718.

BEILIN, Ian. The academic Research library's White past and presente. *In*: SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (Ed.). **Topographies of Whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 79-98.

BENOÎT, Gerald. Toward a Critical Theoretic Perspective in Information Systems. **Library Quarterly**, v. 72, n. 4, p. 441-471, 2002.

BENOÎT, Gerald. Critical theory and the legitimation of library and information science**. Information Research**, v. 12, n. 4, 2007.

BENTO, Maria Aparecida S. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169 p. (Tese de doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto dos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações raciais em perspectiva. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 215-222, jul./dez. 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, jan./abr., 2016.

BONFIM, Marco Antonio Lima do; JESUS, Fernando Santos de; FÉLIX, Cristiane de Oliveira. A representação do negro em livros didático e paradidático: uma análise de discurso crítica de estereótipos raciais. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 54-71, set./dez. 2019.

BRANCO, Raynnette Castello. **O negro no livro didático de história do Brasil para o ensino fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Rio de Janeiro, 1950.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Rio de Janeiro, 1854. (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, p. 45, v. 1, pt I).

BRASIL. Presidência da República. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRUNO, Jéssica Santana. Racismo epistêmico, tensionamento e desafios à Universidade. **Revista Nós**: Cultura, estética e linguagens, v. 4, n. 2, p. 34-61, 2019.

BUDD, John M. The Library, Praxis, and Symbolic Power, **Library Quarterly**, v. 73, n. 1, p. 19-32, 2003.

BUDD, John. An epistemological foundation for library and information science. **Library Quarterly**, v. 65, p. 295-318, 1995.

BUSCHMAN, John. **Critical Approaches to Information Technology in Librarianship**: Foundations and Applications. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1993.

CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. **Instituto Pacs**, 26 jun. 2019. Disponível em: https://medium.com/@pacsinstituto/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-

mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%AAncia-4ec7621e790b Acesso em: 15 jun. 2020.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leando. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. *In*: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro (Org.). **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, Iray. Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. **As imagens dos negros em livros didáticos de história**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CATOIA, Cinthia Cassia. A produção discursiva do racismo: Da escravidão à criminologia positivista. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 259-278, maio/ago. 2018.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287 p.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. Considerações sobre Currículo, Diversidades e Ações Afirmativas no Espaço Acadêmico. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 3, p. 003-159, 2019.

COATES, Ta-Nehisi. **Between the world and me**. New York: Spiegel & Grau, 2015a.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015b.

COSTA, Sergio A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

CRENSHAW, Kimberlè. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University od Chicago Forum**, v. 1, n. 8, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Marileia dos Santos. **Pluralidade racial em livros didáticos**: uma análise em conteúdos de História brasileira. São Luís: EDUFMA, 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura Brasileira Contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. London: The Women's Press Ltd, 1981.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. Introducion. *In*: DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean (Ed.). **Critical Race Theory**: the cutting edge. 2nd ed. Philadelphia: Temple University Press, 2000.

DELGADO, Richard (Ed.). **Critical race theory**: The cutting edge. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, 2018.

DOMINGUES, Petrônio J. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 2, p. 563-599, 2002.

DRABINSKI, Emily. What is critical about critical librarianship? **Art Libraries Journal**, v. 44, Special Issue 2, p. 49-57, 2019.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk**: Essays and sketches. Chicago: A. C. McClurg, 1903.

ELMBORG, James. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista**

Venezolana de Estudios de la Mujer, v. 14, n. 33, p. 37-54, jul./dic. 2009.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2007-2032, 2019.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *In*: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana Ochoa; MUÑOZ, Karina (Ed.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **MASP Afterall**, v. 8, p. 1-12, 2020.

FOUCAULT, Michael. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVAN, Angela. Soliciting Performance, Hiding Bias: Whiteness and Librarianship. **In the Library with the Lead Pipe**, Nova York, 03 jun. 2015.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Riode Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GÓES, Luciano. **A "tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil**: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. 242 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos da formação do Brasil. **TransInformação**, v. 9, n. 1, p. 124-137, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HARDWIG, John. Epistemic Dependence. **The Journal of Philosophy**, v. 82, n. 7, p. 335-349, 1985.

HARRIS, Michael H. The dialectic of defeat: Antimonies in research in library and information science. **Library Trends**, v. 34, n. 3, p. 515-531, 1986a.

HARRIS, Michael H. State class and cultural reproduction: Toward a theory of library service in the United States. **Advances in Librarianship**, v. 14, p. 211-252, 1986b.

HARRIS, Michael. **The Purpose of the American Public Library in Historical Perspective**: A Revisionist Interpretation. Washington, DC: ERIC Clearinghouse on Library and Information Sciences, 1972. 88 p.

HOFBAUER, Andreas. O Conceito de "raça" e o ideário do "branqueamento" no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, v. 42 e 43, jan./jul. 2003.

HONMA, Todd. Trippin' Over the Color Line: The Invisibility of Race in Library and Information Studies. **InterActions**: UCLA Journal of Education and Information Studie, v. 1, n. 2, 2005.

HONMA, Todd. Foreword. *In*: SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (Ed.). **Topographies of Whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 79-98.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 8. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JACOBS, Heidi L. M. Information literacy and reflective pedagogical praxis. **Journal of Academic Librarianship**, v. 34, n. 3, p. 256-262, 2008.

JESUS, Fernando Santos de. O "negro" no livro didático de história do ensino médio e a lei 10.639/2003. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

KILOMBA, Grada. "The Mask" *In*: KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. 2. Ed. Münster: Unrast Verlag, 2010.

KILOMBA, Grada. A máscara. Trad. Jéssica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAIA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). **A universidade e a formação para o ensino de História e cultura africana e indígena**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

LAWRENCE III, Charles R.; MATSUDA, Mari J.; DELGADO, Richard; CRENSHAW, Kimberlè Williams. Introduction. *In*: LAWRENCE III, Charles R.; MATSUDA, Mari J.; DELGADO, Richard; CRENSHAW, Kimberlè Williams. **Words the wound**: Critical Race Theory, Assaultive Speech, and the First Amendment. New York: Routledge, 2018.

LECKIE, Gloria J.; BUSCHMAN, John E. Introduction: The necessity for theoretically informed critique in library and information science. *In*: LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. (Ed.). **Critical theory for library and information science**: Exploring the social from across the disciplines. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2010. p. vii-xxii.

LIMA, Juliana Domingos de. O que são slams e como eles estão popularizando a poesia. **Nexo Jornal**, 20 dez. 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ expresso/2016/12/20/O-que-s%C3%A3o-slams-e-como-eles-est%C3%A3o-popularizando-a-poesia Acesso em: 20 jul. 2020.

LIPSITZ, George. **The Possessive Investment in Whiteness**: how white people profit from identity politics. 1st ed. Filadélfia, Pensilvânia: Temple University Press, 2006.

LIPSITZ, George. **The Possessive Investment in Whiteness**: how white people profit from identity politics. 20. Ed. Filadélfia, Pensilvânia: Temple University Press, 2018.

LAO-MONTES, Augustin. Latino-americanismo: atravessando genealogias e cruzando fronteiras. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 32, p. 87-208, jan./jun., 2000.

LOPES, Eduardo. Como a Lei de Terras perpetuou a opressão dos negros. **Insituto Mercado Popular**, s.l., 21 nov. 2014. Disponível

em: https://mercadopopular.org/politica/como-lei-de-terras-perpetuou-opressao-dos-negros/ Acesso em: 22 jul. 2020.

LÓPEZ-McKNIGHT, Jorge R. My Librarianship is not for you. In: SCHELESSELMAN-TARANGO, Gina (Ed.). **Topographies of whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento, CA: Library Juice Pres, 2017. p. 261-271.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Revista Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 340-354, 2013.

MATTOS, Hebe et al. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. *In*: ROCHA, Helenice Aparecida Santos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **A história na escola**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

MENDONÇA, Caroline Farias Leal. **Insurgência Política e Desobediência Epistêmica**: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revistado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina V. Thinking from the borders; shifting to the Geo- and Body-Politics of knowledge. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 205-222, 2006.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Adilson. **O que é Racismo Recreativo?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. [Artigo on-line]. *In*: SEMINÁRIO

NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB-RJ, 3., 2003. Rio de Janeiro. **Palestra** [...], Rio de Janeiro: UFF, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. **Cadernos PENESB**: Especial ERER, n. 12, p. 169-204, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A África, o imaginário ocidental e os livros didáticos. *In*: PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (Org.). **Rompendo silêncios**: a história da África nos currículos da Educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

OLIVEIRA, Rachel de. **Tramas da cor**: enfrentando o preconceito no dia a dia escolar. São Paulo: Selo Negro, 2005.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de; SANTOS, Isabella de Oliveira; SOARES, Michelle Beltrão. Racialismo e antirracialismo em discurso de estudantes universitários. **Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 25-40. jan./jun. 2010.

OLSON, Hope A. Difference, culture, and change: The untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 29, n. ½, p. 53-71, 2000.

OLSON, Hope A. Sameness and difference: A cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, v. 45, n. 3, p. 115-122, 2001a.

OLSON, Hope A. The power to name: Representation in library cataloging. **Signs**: Journal of Women in Culture and Society, v. 26, p. 639-668, 200b.

OLSON, Hope A. **The power to name**: Locating the limits of subject representation in Libraries. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer, 2002.

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial formation in the United States**: From the 1960s to the 1990s. New York: Routledge, 1994.

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial formation in the United States**. New York: Routledge, 2014.

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. **Textos de história**, v. 4, n. 2, p. 154-165, 1996.

OTTO, Angélica Licínio Machado. **A representação social do negro no livro didático e suas complexidades**. 2016. 17 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, Blumenau, 2016.

PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (Org.). **Rompendo silêncios**: a história da África nos currículos da Educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

PAWLEY, Christine. Hegemony's handmaid? The library and information studies curriculum from a class perspective. **Library Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 123-144, 1998.

PAZZELO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. 2014. 545 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PIZA, Edith. **Os caminhos das águas**: personagens femininas negras escritas por mulheres brancas. São Paulo: EdUSP; FAPESP, 1998.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Calos Wlater. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudade Autónoma de Buenos Aires, AR: CLACSO, 2005.

PYATI, Ajit K. Critical theory and information studies: A Marcusean infusion. **Policy Futures in Education**, v. 4, n. 1, p. 83-89, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (comp.). **Los conquistados**: 1492 y la población

indígena de las América. Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992. p. 447.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. IX, n. 9, p. 117-131, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos** 4, ano 17, n. 37, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDEU, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Alfterall**, p. 1-12, São Paulo, 2019. Disponível em: https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf Acesso em: 20 jul. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

ROGERS, Rebecca; MOSLEY, Melyssa. A critical discourse analysis of racial literacy in teacher education. **Linguistics and Education**, v. 19, n. 2, p. 107-131, 2008.

ROGERS, Rebecca; MOSLEY, Melyssa. Alfabetización Racial en una Clase de Segundo Grado: Teoría Crítica de la Raza, Estudios de la

Blancura, e Investigación de la Alfabetización. **Discurso & Sociedad**, v. 3, n. 3, p. 513-579, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016.

SANTOS, Mafoane Odara Poli. **Médicos e pacientes têm sexo e cor?**: A perspectiva de médicos sobre a relação médico-paciente na prática ambulatorial. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SÁ, Bruno Vivas; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. A Escola do Recife e o pensamento racial no século XIX. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. 2012. São Cristóvão/SE. **Anais**[...] São Cristóvão: Faculdade de Direito do Recife, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido o branco e o branquíssimo**: branquitude hierarquia e poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014a. 191 p.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p. 83-94, 2014b.

SCHROEDER, Robert; HOLLISTER, Christopher V. Librarians' Views on Critical Theories and Critical Practices. **Behavioral & Social Sciences Librarian**, v. 33, p. 91-119, 2014.

SILVA, Ana Célia da Silva. Projeto de pesquisa: Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau – Nível I. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 96-98, 1987.

SILVA, Ana Célia da Silva. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou? Salvador: UFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia da Silva. **A discriminação do negro no livro didático**. 3. ed. Salvador: EdUFBA, 2019.

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Camara; SALDANHA, Gustavo Silva. As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 1-21, ago./dez. 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. As Culturas Africanas e Afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, Pensamento Crítico e Meio Social. *In:* SPUDEIT, Daniela et al. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 291-318.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. **Bibliotecári@s Negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 521 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019a.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. **Revista**

Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 15, p. 144-182, 2019b.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, ANCIB, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2019.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos**: estudos sobre os negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002a.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Direito de igualdade racial**: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002b.

SILVA, Natasha ísis Rodrigues da. **Racismo na mídia e a representatividade (ou não) de Mv Bill**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Vinícius Rodrigues Costa da; SILVA, Karine de Souza; RODRIGUES, Vitória Luíza Conceição; CASSIANO, Roberta Ribeiro. Dissecando o racismo epistêmico: afroperspectivizando o ensino de filosofia. **Revista Ítaca**, n. 36, p. 379-406, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio**: os novos contornos da racialização. 1999. 172 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP, 1999.

SOLÓRZANO, Daniel G. Images and words that wound: Critical race theory, racial stereotyping, and teacher education. **Teacher Education Quarterly**, v. 24, n. 3, p. 5-19, 1997.

SOUZA, Francisco das Chagas. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

SWANSON, Troy A. 2004. A radical step: Implementing a critical information literacy model. **portal**: Libraries and the Academy, v. 4, n. 2, p. 259-273, 2004.

TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Onde estão os autores e autoras negras? a literatura afro-brasileira

nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Diacrítica**, v. 34, n. 2, p. 249-263, 2020.

WALSH, Catherine. Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. *In*: WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. *In*: MEMÓRIAS DEL SEMINÁRIO INTERNACIONAL "DIVERSIDAD, INTERCULTURALIDAD Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDAD", 2007, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**: Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Equador: Editora Abya-Yala, 2017. (Serie Pensamiento Decolonial)

ZANETTI, Lisa A. Critical Theory. *In*: BEVIR, Mark (Ed.). **Encyclopedia of governance**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007. p. 187–190.

ZUBERI, Tukufu. The population dynamics of the changing color line. *In*: ANDERSON, Elijah; MASSEY, Douglas S. **Problem of the century**: racial stratification in the United States. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

ZUBERI, Tukufu. Sociology and the African diaspora experience. *In*: GORDON, Lewis R.; GORDON, Jane Anna. **A companion to African-American Studies**. Malden: Blackwell, 2006.

ZUBERI, Tukufu. Teoria Crítica da Raça e da Sociedade nos Estados Unidos. **Cadernos do CEASM**, Salvador, n. 238, p. 464-487, 2016.

ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. Telling the real tale of the hunt: toward a race conscious sociology of racial stratification. *In:* ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. **White logic, white methods**: racism and methodology. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

SOBRE AS AUTORAS

Natalia Duque Cardona

Doctora en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia. Magister en Educación con énfasis en Estudios Interculturales. Bibliotecóloga de la Universidad de Antioquia. Diplomada en evaluación de Programas y políticas públicas en educación; Promoción de lectura, escritura y oralidad; y en Lenguaje y Permanencia. Investigadora perteneciente al Grupo Información, Conocimiento y Sociedad de la Escuela Interamericana de Bibliotecología y al Grupo de Investigación DIVERSER de la Facultad de Educación de la misma universidad. Sus campos de trabajo son: Recuperación, conservación y difusión de la memoria social e histórica - Formación social de lectores, escritores y oradores – Epistemologías del sur para la Bibliotecología - Biblioteca Escolar- Biblioteca Pública - Bibliotecas interculturales- Cultura Escrita, cultura oral, lenguaje y vida social desde la interculturalidad y la decolonialidad - Educación bibliotecológica - Políticas Públicas en lectura y escritura – Género y Educación- Pedagogía y Diversidad Cultural. Se ha desempeñado como docente en la Universidad de Antioquia, en los campos de lectura, escritura, oralidad, estudios culturales y políticas públicas. En la Universidad del Quindío en las áreas de Bibliotecas Públicas, Escolares, Universitarias y Patrimonio Bibliográfico y documental. A coordinado diversos proyectos sociales en el campo de la cultura y la educación en instituciones como Fundación Taller de Letras Jordi Sierra i Fabra, Fundación Dividendo por Colombia, Caja de Compensación Familiar Comfenalco Antioquia y Universidad de Antioquia. En la actualidad se desempeña como Docente Ocasional de la Escuela Interamericana de Bibliotecología y Docente de cátedra en la Facultad de Educación. Es miembro fundadora del Colectivo Social Bibliotecas A La Calle -BAC- y de la Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales-SOLEI-. Algunas de sus

publicaciones son: Caminar la palabra: el caso del Plan Municipal de lectura, escritura y oralidad en las bibliotecas públicas de Medellín (2020), La biblioteca escolar, un encuentro con la palabra en la educación (2020), Funciones culturales o simbólicas en las bibliotecas y su relación con la desigualdad: el caso de Medellín (2020), La incidencia de la biblioteca en las desigualdades sociales: aportes epistemológicos a una Bibliotecología y Ciencia de la Información Latinoamericana (2019), Mujeres, Interculturalidad y Territorio (2019), Bibliotecas A La Calle: luchas sociales, políticas e intelectuales (2019), Aproximación a la biblioteca escolar y al bibliotecario a través de la investigación en Latinoamérica, España y Estados Unidos: un acercamiento inicial a los conceptos, (2019), Representaciones Sociales de la lectura-escritura-oralidad en mujeres negras de la ciudad de Medellín (historias de vida) (2019), La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales (2019), La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: funciones sociales olvidadas (2019), La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir (2018), Bibliotecas y desigualdad social: explorando el estado del arte (2018), Disertaciones acerca de la biblioteca escolar (2018), El territorio de la Biblioteca Escolar en Colombia: Un campo en discusión y construcción (2017).

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013 - 2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integra o Grupo Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD), vinculado à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) atuando como Diretora de Marketing e Propaganda. Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Participou como bolsista de extensão e voluntária no Projeto Biblioteca de Referência e Projeto Espaço Ações Afirmativas, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (2013-2017), e foi bolsista de iniciação científica do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - GpDD (2016). Faz parte da organização das obras: “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política” (2018) e “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações” (2019) juntamente com Graziela dos Santos Lima; “O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2018) e “O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação” (2019) em parceria com Nathália Lima Romeiro; do livro “Mulheres negras na

Biblioteconomia" (2019); e do "Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia" (2019) com Danielle Barroso, Graziela dos Santos Lima, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério. É escritora da obra Biblioteconomia Negra (no prelo). Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Black Librarianship* Americana e Biblioteconomia Negra Brasileira, Estudos Críticos de Branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação, Epistemologias negro-africanas, Teoria Crítica Racial em BCI, Representações Sociais da população negra no ensino biblioteconômico, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais.

A responsabilidade e o desafio da Academia, desde as Ciências Sociais e em particular desde a Biblioteconomia e da Ciência da Informação, em assumir a reflexão como tarefa permanente, sobre as bases epistemológicas que dão suporte teórico a estas disciplinas, pensando-as principalmente no contexto latino-americano, apropriando-se de uma reflexão situada e com um contexto que permita a formação de profissionais íntegros com um olhar atento para seus territórios e, portanto, para sua própria cultura, não é tarefa menor. Por isso precisamos de seres humanos, mulheres e homens, formados a partir do saber, do fazer, mas fundamentalmente do ser, aquele ser que prioriza a alma e, portanto, a permeia em cada ato e em tudo que a envolve. Aquele ser que quer intentar suas ações perguntando, por exemplo, para quem estamos gerando conhecimento, para que e por que o geramos. Um ser capaz de propor outras narrativas que nos permitam passar das tradicionais do mundo ocidental às do nosso contexto.

Exigimos profissionais da informação que articulem seus saberes a partir da construção de novas narrativas que possibilitem a apropriação de nossa cultura como eixo central de desenvolvimento. Esta é uma das possibilidades que encontro neste livro onde duas grandes mulheres: Natalia e Franciéle, fiéis representantes das citadas anteriormente, colocam algumas ideias no nosso caminho para que juntas e juntos possamos construir e repensar a nossa formação e a responsabilidade que temos do lugar que cada um ocupa no campo biblioteconômico.

Dorys Liliana Henao Henao
Diretora da Escola Interamericana de Biblioteconomia
Universidade de Antioquia
Colômbia

ISBN:978-65-87264-16-5